

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE RIO CLARO

**O “CAMINHO NOVO”: O VALE HISTÓRICO DA SERRA DA
BOCAINA — OPULÊNCIA E DECADÊNCIA DA SUB-REGIÃO
PARAIBANA PAULISTA (REINTEGRAÇÃO DE UM ESPAÇO
GEOGRÁFICO ‘DEPRIMIDO’)**

FADEL DAVID ANTONIO FILHO

Exigência parcial para obtenção do
título de Livre-Docência em Geografia,
na disciplina “Visões do Mundo e
Paradigmas Geográficos na Literatura
e em outros Documentos”, do
Programa de Pós-Graduação em
Geografia do IGCE / UNESP –
Campus Rio Claro, SP

Rio Claro, SP
2009

910.09 Antonio Filho, Fadel David
A635c O “caminho novo”: o vale histórico da Serra da Bocaina –
opulência e decadência da sub-região Paraibana Paulista :
reintegração de um espaço geográfico “deprimido” / Fadel
David Antonio Filho. - Rio Claro: [s.n.], 2009
191 f. : il., figs., fots., tabs, mapas

Tese (livre docência) - Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas

1. Geografia - História. 2. Cultura cafeeira. 3. Visão do
Mundo. 4. Mares de morros. 5. Região estagnada. 6.
Tropéireismo. I. Título

BANCA EXAMINADORA

Rio Claro, ____ de _____ de 2009

Resultado _____

DEDICATÓRIA:

Aos meus queridos netos:

Layla, Felipe e Théo

AGRADECIMENTOS

À chefia do Departamento de Geografia do IGCE, UNESP, Campus de Rio Claro, nas pessoas da Prof^a Dra. Sandra Elisa Pitton (chefe) e do Prof. Dr. Antônio Carlos Tavares (vice-chefe), pelo apoio total, sem o qual seria muito difícil levar a termo este trabalho de Livre Docência;

Ao Gilberto Donizete Henrique, desenhista do Departamento de Geografia, pela ajuda na montagem digital das figuras, fotos e mapas;

Ao Carlos A. C. Prochnow, técnico do Departamento de Geografia, pela ajuda na montagem das fotos “compostas” da Serra da Bocaina;

Ao Ubirajara Gerardin Junior, pela preciosa colaboração na formatação de todo o material aqui apresentado;

A minha orientanda de doutorado, Maria Dalva de Souza Dezan, pela ajuda na confecção do Currículo Lattes;

Ao meu filho Alexei David Antonio, bibliotecário da Universidade Federal de Uberlândia, pela ajuda na organização das referências;

A minha esposa, Marisa Merli Antonio, pela inestimável ajuda na digitação e correção dos textos;

A todos os colegas do Departamento de Geografia, IGCE, UNESP – Campus de Rio Claro que, de modo direto ou indireto, incentivaram e apoiaram esta Livre Docência.

A todos, meu muitíssimo obrigado.

RESUMO

A pesquisa resgata o trecho paulista do “Caminho Novo”, antiga estrada geral de São Paulo, ligação terrestre com o Rio de Janeiro, a partir do século XVIII. No chamado Vale Histórico da Serra da Bocaina, cujo relevo se apresenta muito movimentado, a cultura do café penetrou em território paulista. Esta sub-região do Vale do Paraíba tornou-se uma das mais prósperas do país. A fase posterior, de queda na produção cafeeira, transformou-a numa região “deprimida” e estagnada. Atualmente, existem esforços para, através dos diversos ramos do turismo, reativar e dinamizar esta região vale-paraibana paulista, de modo a reintegrá-la ao pujante sistema econômico de São Paulo.

Palavras-chave: região “deprimida”, cultura do café, aristocracia rural, tropeirismo, “mares de morros”, sistema escravocrata, “visão do mundo”.

ABSTRACT

The research rescues part of Paulista's "New Way", an old general highway of São Paulo, a linking land connection with Rio de Janeiro, from eighteenth century on. Through the known as Historical Bocaina's Valley, whose relief presents itself as a turnover, the coffee culture penetrated in the paulista's territory. This sub-region of Paraíba's Valley became one of the most prosperous regions of the Country. The later phase, of a drop in coffee production, transformed it in a depressed and stagnant region. Currently there are efforts, through various branches of tourism, and re-energize the region of Paraíba Paulista valley, to reinstate her to the vibrant economic system of São Paulo.

Key-word: depressed region; coffee culture; rural aristocracy; "seas hills", slavery system, "world vision".

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS E PLANTAS.....	9
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE FOTOS	10
1 - INTRODUÇÃO	11
1.1 – Importância Didática	14
1.2 – Revisão Bibliográfica	16
2 – METODOLOGIA DA PESQUISA E TÉCNICAS DA PESQUISA	21
3 – O ESPAÇO ORIGINAL: A PAISAGEM NATURAL	27
4 – OS CAMINHOS E A FASE TROPEIRA	34
4.1 – O “Caminho Velho”	34
4.2 – O “Caminho Novo”	37
4.3 – A Fase Tropeira – uma atividade econômica e um modo de vida	39
5 – AS CIDADES DO VALE HISTÓRICO DA SERRA DA BOCAINA	46
5.1 – Silveiras	48
5.2 – Areias	51
5.3 – São José do Barreiro	56
5.4 – Bananal	64
6 – HABITAÇÕES, VIDA COTIDIANA, COSTUMES E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....	76
6.1 – As Habitações.....	76
6.2 – Vida Cotidiana	82
6.3 – Costumes.....	87
6.4 – Relações de Produção.....	93
7 – O CAFÉ E O PERÍODO DA OPULÊNCIA NO VALE HISTÓRICO DA SERRA DA BOCAÍNA	100
7.1 – Aspectos Econômicos, Sociais, Históricos e Ambientais da Fase Cafeeira.....	100
7.2 – O Sistema Escravocrata e a Economia Cafeeira.....	107

7.3 – As Fazendas de Café do Vale Histórico da Bocaina	110
7.3.1 – Fazenda BOA VISTA	110
7.3.2 – Fazenda do RESGATE	112
7.3.3 – Fazenda BOM RETIRO	113
7.3.4 – Fazenda TRÊS BARRAS	114
7.3.5 – Fazenda BOCAINA	114
7.3.6 – Fazenda RIALTO	115
7.3.7 – Fazenda das FORMIGAS	116
7.3.8 – Fazenda BELA VISTA	116
7.3.9 – Fazenda PAU D’ALHO	117
7.4 – A “Visão do Mundo” e o Pensamento Geográfico no Relato dos Viajantes	120
7.4.1 – Spix e Martius	121
7.4.2 – Auguste de Saint-Hilaire	129
7.4.3 – Augusto Emílio Zaluar	137
8 – A DECADÊNCIA DA ECONOMIA CAFEIEIRA E A SUB-REGIÃO “DEPRIMIDA” DO VALE HISTÓRICO DA SERRA DA BOCAINA	149
8.1 – A Exaustão e o Mau Uso dos Solos, Técnicas de Plantio e as Pragas	149
8.2 – As Crises na Economia Mundial e o Comércio Cafeeiro	151
8.3 – A Abolição da Escravatura e as Mudanças da Base Econômica	154
8.4 – “Cidades Mortas”: degradação e estagnação	158
9 – TEMPOS ATUAIS: TENTATIVAS DE REINTEGRAÇÃO À ECONOMIA PAULISTA ...	167
9.1 – Possibilidades e Potencialidades	167
9.2 – O Parque Nacional da Bocaina	171
10 – CONCLUSÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	177
ANEXOS	186

LISTA DE MAPAS E PLANTAS

Mapa 1 – Vale Histórico Serra Bocaina.....	27
Mapa 2 – O “Caminho Novo”.....	46
Mapa 3 – Situação do café em 1836.....	101
Mapa 4 - Situação do café em 1854.....	102
Mapa 5 - Situação do café em 1886.....	104
Mapa 6 - Situação do café em 1920.....	153
Mapa 7 - Situação do café em 1935.....	154
Mapa 8 – Expansão do café no estado de S. Paulo.....	164
Mapa 9 – Parque Nacional da Bocaina.....	172
Planta 1 – Cidade de Silveiras	188
Planta 2 – Cidade de Areias	189
Planta 3 – Cidade de São José do Barreiro.....	190
Planta 4 – Cidade de Bananal.....	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cidades X nº Habitantes X ano.....	160
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pouso de Tropeiros.....	44
Figura 2 – Escravos trabalhando.....	98

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Vale da Serra da Bocaina.....	28
Foto 2 – Visão Panorâmica S. Bocaina.....	187
Foto 3 – Bocaina – Neblina e Pluviosidade.....	31
Foto 4 – Imponência da Serra.....	33
Foto 5 – Igreja Matriz de Silveiras.....	49
Foto 6 – Vista aérea de Silveiras.....	50
Foto 7 – Vista aérea de Areias.....	53
Foto 8 – Igreja Matriz de Areias.....	55
Foto 9 – Igreja Matriz de S. J. Barreiro.....	58
Foto 10 – Túmulo do Cemitério Velho	59
Foto 11 – Portão do Cemitério Velho.....	60
Foto 12 – Casarão S. J. Barreiro.....	61
Foto 13 – Antigo Teatro de São José.....	61
Foto 14 – Antigo solar de S. J. Barreiro.....	62
Foto 15 – Rio Bananal.....	64
Foto 16 – Igreja Matriz de Bananal.....	66
Foto 17 – Vista geral da cidade de Bananal.....	67
Foto 18 – Antiga Estação Ferroviária de Bananal.....	69
Foto 19 – Locomotiva de Bananal.....	69
Foto 20 – Sobrado de Dona Laurinha.....	70
Foto 21 – Balcão Mourisco.....	71
Foto 22 – Velhos Sobrados de Bananal.....	72
Foto 23 – Pharmacia Popular.....	73
Foto 24 – Lixão de Bananal.....	75
Foto 25 – Senzala da Fazenda Pau D’Alho.....	82
Foto 26 – Chafariz em Bananal.....	92
Foto 27 – Fazenda Boa Vista.....	111
Foto 28 – Fazenda Bocaina.....	115
Foto 29 – Fazenda Pau D’Alho.....	118
Foto 30 – Sede da Fazenda Pau D’Alho.....	119
Foto 31 – Fazenda Quilombo.....	120

1 - INTRODUÇÃO

O chamado Vale Histórico da Serra da Bocaina, sub-região do Vale do Paraíba do Sul, no trecho paulista, constitui um exemplo de como o sistema econômico baseado no capital se utiliza de diferentes vias para incorporar/integrar/desenvolver/usufruir/descartar espaços. Este processo de valorização/desvalorização e, muitas vezes, revalorização de certos espaços, pode ocorrer num período de tempo relativamente curto, vivenciado por uma ou duas gerações.

Nesta sub-região do território paulista, que inclui os municípios de Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal, a via utilizada pelo sistema econômico, nos fins do século XVIII e início do século XIX, foi a agricultura de exportação, sustentada pelo cultivo do café, cujo apogeu se estendeu da década de 1850 até 1880.

A ocupação daquele espaço ocorreu com a devastação da mata atlântica e o uso intensivo e inadequado do solo, numa região característica de “mares de morros”. As técnicas inadequadas de plantio de café, mesmo proporcionando excelentes safras durante um período de tempo relativamente longo, de 20 a 30 anos, levaram à exaustão do solo e sua intensa degradação. Este processo de esgotamento dos solos e a consequente queda da safra cafeeira forçaram a migração do capital e de gente para outras frentes, em direção ao centro e ao oeste de São Paulo e ao sul mineiro.

A substituição dos cafezais pelo pasto, para a criação de gado leiteiro, de início pareceu ser a saída para compensar, de algum modo, a perda da riqueza produzida pelo “ouro verde”. Entretanto, o Vale Histórico da Serra da Bocaina não recuperaria o fausto do período cafeeiro, assistindo, durante todo o século XX, a uma profunda estagnação.

Apesar de, a partir de 1950 até o início da década de 1990, surgirem alguns laticínios, ao longo da chamada Via dos Tropeiros (SP-068), antiga estrada Rio - São Paulo, que corta o Vale Histórico, a população masculina, economicamente ativa, fluía para outras regiões. Com o advento do Mercosul e a entrada do leite

argentino mais barato, os laticínios foram inviabilizados, com grandes prejuízos para a pecuária leiteira do Vale Histórico. Desta vez, a mão-de-obra feminina também foi afetada.

A estagnação desta sub-região, conhecida como Vale Histórico da Serra da Bocaina, aprofundou-se ainda mais com a abertura da Via Dutra, rodovia moderna que liga o Rio de Janeiro a São Paulo. O trânsito de veículos entre o Rio de Janeiro e São Paulo, até 1928, quando da inauguração da Via Dutra, utilizava obrigatoriamente a estrada do Vale Histórico. Entretanto, apesar de inaugurada em 1928, o trânsito pela Via Dutra, antes Estrada Rio - São Paulo, era precaríssimo, só normalizado com a reinauguração da via nos fins de 1950. Isso significa que a estrada da Bocaina continuou a ser utilizada até aquela data.

Com a duplicação da Via Dutra, em 1967, a Via dos Tropeiros sofreu o seu golpe fatal. Ao longo dos seus 140 Km de extensão, a partir de Cachoeira Paulista, às margens da Dutra, até a localidade de Pouso Seco, a alguns quilômetros de Bananal, no limite interestadual entre Rio e São Paulo, esta estrada sinuosa se deteriorou. Alguns trechos ficaram quase intransitáveis, por falta de manutenção, em especial no período das chuvas mais intensas de verão. Somente na década de 1990, o governo estadual paulista procedeu a um novo recapeamento, com manutenção da sinalização e abertura da estrada que liga Areias a Queluz, na Dutra, e a melhoria da ligação de Bananal com Barra Mansa (RJ) e com Rio Claro-Angra dos Reis (RJ).

O que se observou, então, a partir da década de 1980, foi um crescente interesse pelo Vale Histórico da Bocaina. Situado entre as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, próximo do eixo principal do Vale do Paraíba, ao longo da Via Dutra, corredor industrializado e rico, o Vale Histórico da Bocaina começou a ser visto como uma opção de lazer. Com muitas áreas preservadas nas vertentes da Bocaina, com porções da Mata Atlântica e cenários paisagísticos incomparáveis, esta sub-região tornou-se um filão em potencial, para o desenvolvimento do ecoturismo.

Até o fim da década de 1970, muitos casarões e solares estavam em franca deterioração, se não em ruínas. Construções históricas como, por exemplo, a Estação de Trem de Bananal, importada da Bélgica, apesar de tombada pelo CONDEPHAAT(Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico

e Turístico do Estado de São Paulo), estava abandonada, tomada pelo mato e à mercê das intempéries.

Contudo, o que temos observado, no decorrer desses últimos trinta anos, é uma recuperação fantástica no que diz respeito aos muitos solares urbanos, casarões de fazendas, igrejas e outras edificações históricas. A antiga Estação de Trem de Bananal, hoje, depois de recuperada e revitalizada, é um centro cultural da cidade, de apoio ao turismo.

Houve, entre o fim da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, uma tentativa de integrar as cidades do Vale Histórico da Bocaina numa espécie de “conselho cultural e turístico”, através do qual as secretarias municipais ligadas à cultura e turismo promoveriam parcerias, informações e tentativas de um planejamento integrado, visando desenvolver ações para dinamizar o turismo. Parece que tudo isso ficou no papel.

Ainda assim, há um esforço, mesmo incipiente em algumas localidades, no sentido de incrementar melhorias visando o turismo, seja ele de aventura, rural, histórico ou de qualquer outra modalidade. Para que isso aconteça, porém, ainda há muito que fazer. Há necessidade de ampliar e qualificar mão-de-obra especializada; ampliar e melhorar a oferta de hotéis, pousadas e similares; o mesmo no caso de restaurantes e locais de alimentação adequados e toda infraestrutura de apoio ao turista, como placas indicativas, melhoria das vias vicinais, maior visibilidade do calendário de eventos etc.

Transformar o Vale Histórico da Serra da Bocaina numa área turística por excelência requererá muita vontade política, muito investimento (a falta de dinheiro é ainda a principal reclamação do poder público), um planejamento estratégico que inclua, entre tantas outras coisas, um levantamento minucioso dos recursos naturais e culturais disponíveis e uma consulta à população sobre quais seriam suas perspectivas e quais os tipos de turismo mais adequados para gerar riqueza na região.

O planejamento, sem dúvida, deverá eleger um amplo estudo de impacto ambiental e social, de modo a criar mecanismos para controlar ou regular possíveis problemas que venham surgir.

1.1 – Importância Didática

A sub-região vale-paraibana, conhecida como Vale Histórico da Serra da Bocaina, no trecho paulista, em razão do seu histórico peculiar, apresenta-se ao pesquisador de uma forma didática. Parte do chamado “norte paulista”, assim conhecido principalmente no período Colonial e durante o Império, o Vale Histórico apresenta fases bem delineadas. No aspecto ambiental, a cobertura original da Mata Atlântica, predominante, sofreu intensa ação antrópica, devastada para dar lugar aos cafezais. Com o esgotamento dos solos e a migração do capital cafeeiro para novas frentes, no interior paulista, o pasto e algumas capoeiras tomaram conta das paisagens. Trechos de ravinamentos e voçorocas tornaram-se comuns, inviabilizando os solos, outrora férteis. Há, em vertentes mais íngremes ou áreas de difícil acesso, remanescentes da cobertura florestada original. Porém, trata-se de áreas circunscritas, rodeadas de pastagens ou morros desnudos de vegetação arbórea/arbustiva. Existem, atualmente, no Vale Histórico, algumas áreas de reflorestamento, com elementos exógenos (pinus, p.ex). Desta forma, é possível observar o resultado da devastação decorrente da ação humana sobre as áreas florestadas em relevo montanhoso.

Quanto ao aspecto econômico, é extremamente didático observar o comportamento do capital. No caso específico da região do Vale do Paraíba e, em particular, com relação ao Vale Histórico da Serra da Bocaina, ocorreu a reprodução do processo econômico que se configurou antes na região vale-paraibana fluminense e na Baixada. Como explica Motta Sobrinho (1968, p. 23):

Com a crise da indústria açucareira, a lavoura do café, mesmo assim, encontra, nas duas primeiras décadas do século XIX, certa resistência, para se implantar, onde existiam velhos canaviais. Passa a coexistir com eles, em muitas zonas rurais, até ser, a partir de 1830, a atividade agrária predominante, de ponta a ponta, em toda a região. Vai ocupando lugar de outras formas de produção agrícola, servindo-se principalmente da estrutura canvieira exercida em glebas extensas e com mão de obra mais ou menos vultosa.

Guarda-se semelhança com o comércio da borracha na Amazônia. Enquanto a produção dos seringais amazônicos conseguia abastecer a demanda mundial, os créditos internacionais eram fartos. Os lucros eram altos e satisfaziam a longa cadeia de atravessadores e intermediários. Com a produção asiática de borracha, mais racional e mais abundante, a borracha amazônica foi praticamente desbancada e os fluxos de crédito e capitais rapidamente deslocados, deixando à míngua toda uma estrutura que compunha a chamada “civilização da borracha”. Falências, suicídios, miséria e decadência foram o rastro deixado para trás, e seus efeitos se fizeram sentir por muitos decênios.

No caso da cafeicultura, o sistema de crediário não existia e a rede bancária era insipiente, o que não favorecia o produtor, levando-o, em situações de crise, a endividar-se, chegando, em casos extremos, à falência

É preciso ainda considerar as flutuações do mercado, as pragas, as intempéries e as extravagâncias de certos fazendeiros. Com tudo isso, toda a engrenagem do comércio cafeeiro, tanto interno como externo, incluindo o importador internacional, absorvia a maior parte do lucro do produtor.

Com a exaustão dos solos, no caso do Vale Histórico da Serra da Bocaina, o cafeeiro buscou novas terras noutras regiões paulistas e deixou para trás os que não podiam ou que não tinham condições de acompanhá-lo. Com isso, os créditos e o dinheiro, a riqueza e a fartura também sumiram. Sobreveio a pobreza e a estagnação.

A cena descrita por Lobato (1995, p. 24) é a exata medida da realidade de uma área “deprimida”, após decênios de opulência.

A gente olha assombrada na direção que o dedo cicerone aponta.
Nada mais!... A mesma morraria nua, a mesma saúva, o mesmo sapé de sempre. De banda a banda, o deserto – o tremendo deserto que o Átila Café criou.

Nas últimas décadas do século XX, a sub-região do Vale Histórico da Serra da Bocaina vem sofrendo um processo, lento certamente, mas que visa uma revitalização daquele espaço, de modo a dinamizá-lo para poder acompanhar o nível socioeconômico do eixo principal do Vale do Paraíba paulista.

No aspecto sociocultural, o Vale Histórico encerra em si um riquíssimo acervo para o pesquisador interessado. Em razão do isolamento, mesmo parcial, provocado

pela estagnação daquele espaço, muitos usos e costumes foram preservados ou sofreram menos modificações do que em outras regiões mais dinâmicas. Especificamente no Vale Histórico, não houve significativa presença de migrantes estrangeiros. A influência mineira, desde os tempos da colonização, quando da decadência aurífera e da introdução da pecuária leiteira, em substituição ao café, se faz sentir até os dias de hoje.

Além disso, o Vale Histórico apresenta rico acervo cultural, desde os variados tipos de “habitat”, aos monumentos históricos, cemitérios, igrejas, solares etc. Acrescentem-se a isso as festas religiosas e profanas, as tradições folclóricas, culinárias e artísticas, como o artesanato em Silveiras.

Didaticamente, pois, o espaço do Vale Histórico é riquíssimo em temas para a exploração do pesquisador, seja ele geógrafo, historiador, antropólogo, sociólogo e outros.

1.2 – Revisão Bibliográfica

Estudos de cunho geográfico, voltados especificamente ao Vale Histórico da Bocaina, são escassos. As referências sobre esta sub-região do Vale do Paraíba paulista são mais comuns quando aparecem inseridas em pesquisas ou escritos mais amplos, que abordam o eixo principal do Vale do Paraíba, ou pesquisas sobre as Serras do Mar e da Mantiqueira.

As cidades do Vale Histórico, muitas vezes, são estudadas ou relatadas em diários de viagens, em levantamentos de historiadores locais ou em estudos sobre o período cafeeiro, mas trata-se de generalizações. Não raro, o Vale Histórico aparece nos relatos, “en passant”, ou em situações genéricas. Existem alguns trabalhos históricos sobre as antigas fazendas de café do Vale do Paraíba, incluindo as do Vale Histórico da Serra da Bocaina.

Entre os escritos mais recentes sobre o Vale Histórico, que retratam a realidade daquele espaço nos últimos dez anos, constam alguns artigos de revistas e jornais, e vídeos de cunho turístico, produzidos para a televisão.

Especificamente sobre o Vale Histórico, entre os trabalhos de cunho histórico-literário, podemos citar o livro de Rogério Ribeiro da Luz – **5 Cidades Paulistas** –

Uma Pequena Viagem (2002), que retrata as origens, as características urbanas e históricas de Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Bananal e Pindamonhangaba; o livro **O Caminho Novo – Povoadores do Bananal** (1980), de Píndaro de Carvalho Rodrigues, onde o autor faz um amplo relato histórico das origens de Bananal e do povoamento do Caminho Novo, valendo-se de completo quadro genealógico das famílias dos povoadores; a obra **Cidades Mortas**, um expressivo trabalho literário, onde Monteiro Lobato relata, em trinta pequenos contos, a vida daquela região no tempo em que viveu em Areias.

Existem inúmeros trabalhos que citam aquele subespaço vale-paraibano, dentro de um contexto maior de temas específicos. É o caso do artigo de Darcílio de Castro Rangel, “Velhas Fazendas de Café”, publicado nos Anais do Congresso Brasileiro de Geografia (1944), que descreve os costumes e os métodos de cultura do café das fazendas do Vale do Paraíba paulista. Apesar de não explicitar as fazendas do Vale histórico, as descrições feitas se encaixam perfeitamente nelas. Há também o artigo de Francis Ruellan e Aroldo de Azevedo, “Excursão à Região de Lorena e à Serra da Bocaina”, publicado nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1945/1946), que reproduz os relatórios sobre Geomorfologia (Prof. João Dias da Silveira), Biogeografia (Prof. Pierre Dansereau), Geografia Humana (Prof. Pierre Monbeig) da região de Lorena e da Serra da Bocaina, sintetizados em 18 páginas; o artigo de Carlos Borges Schmidt, “A Serra da Bocaina”, publicado no Boletim Geográfico (ano VI, nº 71, Fevereiro de 1949), que faz um breve relato sobre as observações feitas pelo autor com relação à ocupação humana e às paisagens da Serra da Bocaina; os “Apontamentos sobre o “Habitat” rural no Vale do Paraíba (Estado de São Paulo)”, de Nice Lecocq Müller, artigo publicado nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (vol.X, tomo I – 1955-1957), editado em 1958, que descreve as diversas formas de “habitat” e os tipos de habitação da região do Vale do Paraíba, incluindo a Serra da Bocaina.

Aziz Nacib AB’Saber e Nilo Bernardes, no livro **Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo** (1958), descrevem os aspectos físicos e a ocupação humana da região, detalhando aspectos econômicos e sociais, inclusive da Serra da Bocaina, com fotos, mapas, gráficos e blocos diagramas, de modo detalhado, mas sem especificar o Vale Histórico, que aparece no contexto geral da região do Vale do Paraíba. Ary França, no livro **A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras** (1960), retrata as observações de campo realizadas no XVIII Congresso

Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro. Com riqueza de detalhes, mapas e fotos, enfatizando os aspectos físicos, humanos e econômicos, enfatiza as áreas cafeeiras do oeste/centro/nordeste paulista.

Sobre a Bocaina e as cidades do Vale Histórico, há também alguns breves relatos. Alberto Ribeiro Lamago, no livro **O Homem e a Serra** (1963), rico em fotos, mapas e gráficos, enfatiza a região fluminense, mas escreve sobre a região da Serra da Bocaina e as cidades do Vale Histórico de forma breve, abordando os aspectos físicos, particularmente a Geomorfologia e Geologia, e os aspectos humanos. Alves Motta Sobrinho, no livro **A Civilização do Café** (1968), com fotos e gravuras, aborda o ciclo do café, em especial no Vale do Paraíba, citando, em algumas passagens, as cidades do Vale Histórico. No seu diário de viagem, **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo – 1822** (edição de 1974), Auguste de Saint-Hilaire, no capítulo VI, relata sua passagem pela Vila das Areias, fazenda Pau d'Alho e aldeia de Bananal, expressando sua “visão do mundo” com relação aos costumes, às habitações e às paisagens naturais e cultivadas. Augusto Emílio Zaluar, no livro de viagem **Peregrinação pela Província de São Paulo** (1860-1861), editado em 1975, relata suas impressões (visões do mundo) sobre os costumes, as paisagens e os aspectos urbanos de Bananal, Barreiro, Areias e Silveiras. Tom Maia, no livro **Vale do Paraíba – Velhas Cidades** (1977), faz um relato histórico das cidades do Vale do Paraíba, incluindo as cidades do Vale Histórico (Bananal, São José do Barreiro, Areias e Silveiras), com belíssimas gravuras do autor. Spix e Martius, no livro **Viagem pelo Brasil, 1817-1820, 1º volume** (edição de 1981), relatam suas impressões na rápida passagem por Bananal, pelo povoado de Barreiro, pela vila de Sant'Ana e por Silveiras. Pierre Monbeig, no livro **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo** (1984), faz algumas referências às cidades do Vale Histórico, no que diz respeito às fazendas de café e à população escrava.

Os mais recentes trabalhos sobre o Vale Histórico correspondem a pequenos artigos publicados em revistas e jornais. Destacamos, entre eles: o artigo de Luiz Motta, “Uma Cidade que Renasce”, publicado no Boletim do Interior, nº 10, de 1984 (revista da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior), sobre os costumes e tradições de Silveiras; o artigo de Armando Pereira Antonio e Fadel David Antonio Filho, “A Reintegração das ‘Cidades Mortas’ do Vale do Paraíba Paulista” (jornal Diário do Rio Claro, de 26/06/1991), que apresenta um panorama geral sobre o Vale Histórico e suas cidades; suplemento do jornal Vale Paraibano, de São José dos

Campos, chamado Vale Montanha, edição especial sobre as cidades da Serra da Bocaina, de 21/06/1991; artigo de Carolina Tarrio e fotos de Luciana Napcham, “A Serra do Passado”, publicado na revista Terra, nº 12, dezembro de 1997, narrando as velhas tradições e costumes tropeiros das cidades do Vale histórico; artigo de Elizabeth Antonia Pasin Planet, “Restauração: uma fazenda no século XIX no Vale do Paraíba Paulista”, publicado na revista Ângulo (do Centro Cultural Tereza D’Ávila, de Lorena), nº 76, de abril/junho de 1999, relatando sobre a restauração das fazendas do Vale, numa síntese da monografia de conclusão do curso de pós-graduação em museologia; e o artigo da jornalista Simone Menochi, “Cidades lembram histórias e costumes de tropeiros”, publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 24/08/2003, p. C-4, sobre as tradições revividas nas cidades do Vale do Paraíba, incluindo as do Vale Histórico.

Se, aparentemente, a revisão bibliográfica acima pode sugerir que os trabalhos escritos sobre a sub-região vale-paraibana, chamada Vale Histórico da Serra da Bocaina, são abundantes, relembramos que os de cunho essencialmente geográfico, sobre toda a região, são poucos.

Esta pesquisa, entre outros objetivos, visa suprir a lacuna sobre o Vale Histórico, especificamente por considerarmos tratar-se de um espaço geográfico riquíssimo em informações, didático e pouco valorizado pelo sistema econômico vigente. Talvez por se desconhecerem as potencialidades do Vale Histórico, que, somente agora, e de modo lento, está sendo redescoberto.

Para tal empreendimento, dividimos este estudo em dez partes, considerando a Introdução como a primeira parte, a que faz a apresentação da pesquisa. No capítulo 2, apresentaremos, de modo sucinto, as metodologias da pesquisa e as técnicas usadas para analisarmos os diversos escritos sobre o tema, focando nas “visões do mundo” e nas abordagens críticas do Pensamento Geográfico brasileiro e da geografia Cultural, e nas hipóteses levantadas sobre a área estudada.

No capítulo 3, será descrito o espaço original, recompondo a paisagem natural da região e enfocando os aspectos geomorfológicos e climático-botânicos do Vale Histórico da Serra da Bocaina.

No capítulo 4, Os “Caminhos” e a Fase Tropeira, relataremos a história do “Caminho Velho”, e a importância da abertura do “Caminho Novo” e do tropeirismo, como modo de vida da época.

No capítulo 5, serão descritas as quatro cidades mais importantes do Vale Histórico da Serra da Bocaina, suas origens e suas características urbanas: Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal. São as cidades situadas nas margens do “Caminho Novo”, a atual Via dos Tropeiros

No capítulo 6, um breve relato sobre as habitações características da região, dos séculos XVIII e XIX; aspectos da vida cotidiana, em especial na época áurea do café; os costumes vigentes na época e as relações de produção, particularmente do sistema escravocrata.

O 7º capítulo, a Cafeicultura e o Período de opulência do Vale Histórico da Serra da Bocaina, inclui os aspectos econômicos, ambientais, sociais e históricos da fase cafeeira. Apresenta um relato sucinto sobre as principais fazendas de café do Vale Histórico e o relato de impressões (“visões do mundo”) dos mais importantes cientistas e viajantes que passaram pela região, no século XIX.

No capítulo 8, a decadência da cafeicultura e a consequente “depressão” que assolou o Vale Histórico. No capítulo 9, apresentaremos uma visão dos tempos atuais e as tentativas de reintegração do Vale Histórico ao sistema econômico do Estado de São Paulo, suas potencialidades e possibilidades, e um breve relato sobre o Parque Nacional da Bocaina.

As conclusões finais serão retiradas de nossa própria experiência e conhecimento de mais de 30 anos sobre a região estudada, com sugestões e críticas sobre o futuro do Vale Histórico.

Em seguida, serão elencadas as referências, tanto as citadas como as consultadas.

2 – METODOLOGIA DA PESQUISA E TÉCNICAS DA PESQUISA

Ao longo da história, a realidade já foi interpretada a partir de inúmeros parâmetros. Na antiguidade e nas sociedades primitivas, a realidade certamente era explicada através de mitos. Como explica Magee (1974, p. 64), biógrafo do filósofo alemão Karl Popper:

As primeiras descrições do mundo parecem ter sido animistas, mágicas, cheias de elementos vindos da superstição. Pôr em dúvida essas descrições ou qualquer outro fator que assegurava a coesão da tribo era tabu – e podia acarretar a morte dos dissidentes.

Assim, se sob nossa visão moderna, a explicação mítica da realidade é considerada inconsistente, para aquelas sociedades e grupos humanos tratava-se de uma explicação objetiva da realidade.

Num momento posterior, o parâmetro mítico foi superado por uma visão teleológica, vinculada fortemente às crenças religiosas, que embutia a idéia de finalidade das coisas do mundo e da realidade (DEMO, 1985). Esta forma de interpretar a realidade e o mundo era, e ainda é por muitos, aceita como algo “revelado”, implicando na conotação de “sagrado”, como uma verdade que se encontra acima da capacidade de entendimento das pessoas e está estabelecida em ideias, valores imutáveis e certezas incontestáveis. Nesse sentido, Antonio Filho (1999, p. 61) escreve que:

[...] A interpretação do mundo, desta forma, embasada em concepções *a priori*, dispensa ou mesmo não admite contestações, juízo crítico, especulações, incertezas ou necessidade de comprovação.

Numa fase seguinte do processo histórico, o movimento conhecido como Iluminismo (movimento intelectual que caracterizou o pensamento europeu do século XVIII, particularmente na França, Inglaterra e Alemanha, baseado na idéia do poder da razão para solucionar os problemas sociais), introduziu uma nova forma de ver e entender a realidade e o mundo.

Como explica ainda Antonio Filho (1999, p. 62):

Por fim, a visão do mundo estabelecida pelo conhecimento científico. Trata-se de um processo mental **a posteriori**, que tem por base a observação detalhada dos fenômenos, a teorização de 'modelos' ou conjecturas (hipóteses), a experimentação e a confirmação ou não das hipóteses, no intento de entender as leis da natureza. Essas leis não são prescritivas, mas descritivas, daí não caracterizarem comandos que devam ser 'obedecidos' ou 'seguidos' e que não podem ser 'violados', mas asserções explicativas de caráter geral, factuais e que, em razão disso, devem ser modificadas ou abandonadas, na medida em que se verifiquem serem inadequadas. A leitura do mundo através do conhecimento científico requer o uso pleno da razão e da elaboração dedutiva ou indutiva do processo mental. Neste caso, o raciocínio é dirigido e instigado a curiosidade, a admiração, ao estabelecimento de relações, de comparações, selecionamentos etc.

Sagan (2002), ao explicar o que é ciência, diz que é mais do que um corpo de conhecimento, é um modo de pensar. E vai mais longe ao afirmar que a ciência está longe de ser um instrumento perfeito de conhecimento, mas ainda é o melhor que temos.

Enquanto a ciência se propõe a captar e manipular a realidade assim como ela é, a metodologia se preocupa em como concretizar isso (DEMO, 1985). Neste sentido,

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia. (DEMO, 1985, p. 19).

Entendemos assim que a metodologia é um arcabouço mental embasado nos paradigmas vigentes, mas também na visão do mundo dominante, portanto, calcada na ideologia igualmente dominante.

Nas ciências sociais, as possibilidades metodológicas são inúmeras. Desde o empirismo (que busca a cientificidade na observação e no trato experimental dos fenômenos); o positivismo (na verdade, positivismos, devido a várias versões

calçadas em Comte, as quais aceitam a neutralidade científica como uma das opções possíveis: a dele próprio, com um cunho religioso; o positivismo lógico; o positivismo de Popper e Albert); o estruturalismo (baseado na idéia da ordem interna das coisas); o funcionalismo (que enxerga a consensualidade na realidade social); o sistemismo (embasado na teoria dos sistemas e com a sobrevivência dos sistemas e a idéia do conflito); a dialética (que vê a história como um processo, não somente como o fluxo das coisas, mas também a origem explicativa principal).

Sobre esta última teoria, a dialética, Demo (1985, p. 67) escreve que:

[...] imaginamos coerente propor para as ciências sociais uma metodologia própria, denominada dialética, que não busca diferença absoluta para com outras metodologias mais próprias das ciências exatas e naturais; ao contrário, convive com elas, delas aprende, mas não abdica de especificidades próprias.

Compreendendo que a realidade é suficientemente contraditória e considerando que o comportamento humano expressa sempre uma tentativa de responder, de modo significativo, a cada situação particular com que se depara, na busca de encontrar certo equilíbrio entre o sujeito da ação e o meio no qual ela se efetiva, fica óbvio que esse equilíbrio sempre apresenta um caráter transitório e falível. É essa dinâmica que existe no processo de interação entre o comportamento humano e o mundo, a qual os caracteriza como agentes transformadores e agentes transformados. O equilíbrio alcançado pode ser mais ou menos satisfatório entre as estruturas mentais do sujeito e o mundo que o envolve. Esse equilíbrio, porém, torna-se insuficiente, na medida em que ocorrem transformações e novas situações se apresentam, exigindo novas respostas significativas, gerando a necessidade de um novo equilíbrio a ser alcançado que, entretanto, mais cedo ou mais tarde será também superado.

Compreende-se, desta forma, que as realidades humanas apresentam-se, sempre, num constante processo de desestruturação das antigas estruturas e de estruturação de novas realidades, de tal maneira que venham a responder satisfatoriamente às novas exigências dos grupos sociais envolvidos.

Sob essa perspectiva, os procedimentos metodológicos visam analisar e avaliar os fatos humanos e os fenômenos que ocorrem no mundo real, sejam eles econômicos, políticos, sociais, culturais e mesmo os de conotação natural,

originados da ação humana, de modo a compreender os processos geradores e buscar esclarecer tanto os equilíbrios desfeitos como os que tendem a ser criados.

Neste sentido, ao entendermos que toda metodologia traz consubstanciada uma concepção de realidade, a dialética também traz consubstanciada uma concepção dialética da realidade. Seu pressuposto fundamental é de que toda formação social é suficientemente conflituosa, portanto, contraditória, sendo historicamente superável. O diferencial da visão dialética é que ela capta as estruturas da dinâmica social. (DEMO,1985).

Contudo, a dialética não explica tudo e é necessário ter sempre em mente que, muitas vezes, outras abordagens metodológicas, para certas especificidades, nos trazem maior clareza.

Considerando que a atividade básica da Ciência é a pesquisa, através da qual descobrimos a realidade (DEMO, 1985), e sendo a realidade social complexa, os esquemas explicativos nunca irão esgotar a realidade. Neste sentido, justifica-se a possibilidade de lançarmos mão de outras metodologias, em certas circunstâncias da pesquisa, quando uma abordagem diferente possibilita melhor explicação do fenômeno social.

Neste sentido, também entendemos que a pesquisa científica é orientada não somente por teorias tradicionais, mas por alguma coisa mais ampla e abrangente: o paradigma, que é o conjunto de leis, conceitos, modelos, valores, analogias, regras, princípios (metafísicos, inclusive) e que tem uma grande semelhança com o que denominamos “visão do mundo” (ALVES – MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998).

Para compararmos, tomemos aqui a explicação de Goldmann (1979, p. 19) sobre a “visão do mundo”:

[...] é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente de uma classe social) e os opõem aos outros grupos.

Quanto às técnicas de pesquisa, que correspondem à ampla gama de procedimentos que traduzem na prática as linhas ou os caminhos metodológicos adotados, podemos elencar as seguintes:

- Levantamento e revisão bibliográfica de material publicado, relacionado à área de pesquisa;

- O trabalho de campo, importantíssimo, em especial no caso do Geógrafo, com vistas à documentação fotográfica, cartográfica e levantamento dos aspectos sociais, culturais, econômicos e naturais da área em questão.

- Na leitura dos textos dos viajantes, o uso da técnica das “palavras-chave”, que possibilita a identificação de determinada ‘escola’ ou ‘corrente do pensamento’, de acordo com Mota (1980) e Bray (1993). Os ‘recortes’ nos textos podem identificar significados e usos de palavras, conceituações que expressem, de modo significativo, o domínio de certas formas de pensar, características de uma corrente ou escola do pensamento.

Neste contexto, esta pesquisa insere-se tanto dentro das idéias da História do Pensamento Geográfico, como da Geografia Cultural e da Geografia Regional. Dentro das idéias do Pensamento Geográfico, porque aceita as concepções de espacialidade no maior elenco possível de expressões, sejam puramente da Geografia, ou também de outros textos, literários, jornalísticos etc. Na Geografia Cultural, ao entendermos que ela é a aplicação da ideia de cultura aos problemas geográficos (WAGNER e MIKSEL, apud CORRÊA e ROSENDAHL, 2000). Na Geografia Regional, na medida em que nos leva ao estudo comparativo de áreas geográficas. Como explica Hartshorne (1978, p.138):

[...] uma “região” é uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção. A natureza da distinção é determinada pelo pesquisador que empregar o termo. Se não for explicitamente enunciada, deve ser inserida no contexto.

Ademais, a Geografia Regional é uma síntese de todas as geografias, possibilitando assim uma visão ampla do espaço pesquisado.

Dentro deste contexto e no estudo da área correspondente ao Vale Histórico da Serra da Bocaina, levantamos algumas hipóteses.

A primeira é a de que, no modo de produção capitalista, o espaço é mercadoria e todo capital aí investido busca sempre o lucro. Quando esse espaço não satisfaz mais às necessidades do sistema, o capital é rapidamente transferido para outros espaços, deixando o espaço original abandonado à própria sorte. Comumente, este espaço é desvalorizado e entra em decadência (região geoeconômica “deprimida”), com todas as consequências para as populações aí envolvidas. Um exemplo clássico é o que ocorreu na Amazônia Brasileira, no ciclo

borracheiro. O colapso da produção de borracha, superada pela produção externa, trouxe à Amazônia um longo período de marasmo, com a rápida saída dos capitais investidos e a consequente decadência da região, entre a primeira década do século XX e os anos 60 daquele século, quando então houve a criação da Zona Franca de Manaus, que iniciou um novo ciclo econômico, embora muito aquém de período da borracha.

No Vale Histórico, foco de nossa pesquisa, o ciclo do café foi o mote que levou a região à opulência e ao declínio, posteriormente.

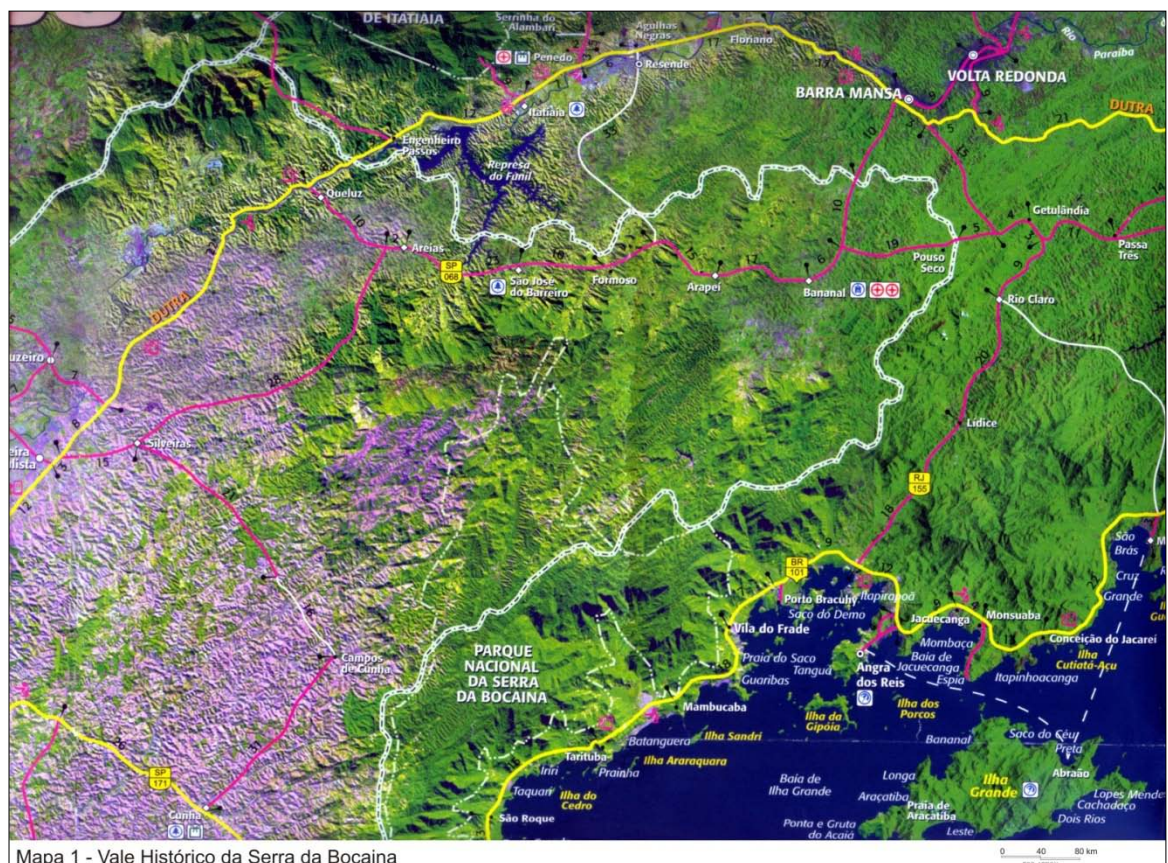
A outra hipótese levantada é referente às relações de produção, dentro do modo de produção capitalista. Essas relações são reproduzidas também com relação à natureza. Sendo as relações de exploração do trabalho, conflituosas e desiguais, no caso do Vale Histórico, relações escravagistas, com o componente da opressão e da violência, essas relações são reproduzidas com relação à natureza. O meio ambiente local, formado basicamente pela Mata Atlântica, sofreu intensa dizimação para dar lugar aos cafezais. O relevo morreado, sob um regime pluviométrico de alta incidência de precipitações, sofreu rápido desgaste, com a formação de ravinamentos e voçorocas. O carreamento do material particulado do solo exposto, em poucos anos tornou-o impróprio para o plantio do café, obrigando a abertura de novas áreas de mata.

Nas relações homem-homem e homem-natureza, no sistema capitalista, o resultado das relações desiguais e conflituosas é um quadro de grandes impactos ambientais, com consequências para toda a sociedade, em termos de qualidade de vida.

3 – O ESPAÇO ORIGINAL: A PAISAGEM NATURAL

O espaço correspondente ao Vale Histórico da Bocaina (**mapa 1**), situado nos limites do Médio Vale Superior e Médio Vale Inferior do rio Paraíba do Sul, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, faz parte integrante do Planalto da Serra do Mar. Segundo Ab'Saber e Bernardes (1958, p. 67):

A Serra do Mar, a imponente escarpa atlântica do planalto brasileiro, é atravessada pelas vias de comunicação que demandam o Vale do Paraíba e São Paulo, em seu trecho mais rebaixado (altitude média de 500-700 metros). Festonada pela erosão fluvial que se guiou, parte pelas direções das estruturas antigas (sudoeste – nordeste) e parte pelo mosaico das diáclases e falhas, a serra apresenta-se nesse trecho localmente rebaixada por influências tectônicas mal definidas. Sua escarpa não tem aí a imponência que costuma caracterizá-la e a assimetria existente entre a vertente atlântica e a vertente continental é medíocre quando comparada com o que se passa em outros pontos do reverso da Serra do Mar, no sul do Brasil.



Mapa 1 - Vale Histórico da Serra da Bocaina

Quanto aos aspectos geológicos/geomorfológicos da Serra da Bocaina, Lamego (1963) escreve que a serra ainda não foi completamente estudada, mas acredita que a sua formação tenha grande influência do magma granítico, e que num exame recente ficou demonstrado que ela é constituída exclusivamente de gnaiss e granito. Rueltan e Azevedo (1945/1946) afirmam que as rochas predominantes na Bocaina são o gnaiss e o biotita-xisto. Nos trechos mais elevados (Pico do Tira-Chapéu), afloram gnaisses graníticos que, muitas vezes, formam “matacões” bem arredondados, com sinais fortes de esfoliação.

Para Ab'Saber (2003), a região da Serra da Bocaina faz parte de um dos cinco domínios paisagísticos brasileiros, cujo arranjo geral é poligonal, considerando suas áreas core: domínio dos “mares de morros” florestados. **(ver foto 1)**



Foto 1. Vale da Serra da Bocaina
Fonte: ANTONIO FILHO, F. D. 2006.

O domínio dos “mares de morros” tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação às ações antrópicas. No seu interior tem sido difícil encontrar sítios para centros urbanos de uma certa proporção, locais para parques industriais avantajados – salvo no caso das zonas colinosas das bacias de Taubaté e São Paulo – como, igualmente, tem sido difícil e muito custosa a abertura, o desdobramento e a conservação de novas estradas no meio

dos morros. Trata-se, ainda, da região sujeita aos mais fortes processos de erosão e de movimentos coletivos de solos em todo território brasileiro (faixa Serra do Mar e bacia do Paraíba do Sul). Cada sub-setor geológico e topográfico do domínio dos “mares de morros” tem seus próprios problemas de comportamento perante as ações antrópicas, nem sempre extrapoláveis para outros setores, ou mesmo para áreas vizinhas ou até contíguas. (AB’SABER, 2003, p. 17)

Ainda de acordo com Ab’Saber (2003), a área core do domínio morfoclimático tropical-atlântico, encontrado especialmente nos “mares de morros” florestados do sudeste do Brasil, em termos de fatores fisiográficos, apresenta uma decomposição funda e generalizada das rochas cristalinas ou cristalofilianas, de 3 a 60 m de profundidade. Há a presença de solos do tipo latossolos ou red yellow podzolic. Em decorrência das flutuações climáticas no final do Quaternário, ocorreu a superposição de solos, em sertões sincopados. Ocorreu também a mamelonização geral das vertentes, desde morros altos até os níveis dos morros intermediários e patamares de relevo. A drenagem das redes hidrográficas regionais apresenta-se dentrítica e originalmente perene até os menores ramos. Verifica-se a existência de lençol d’água subterrâneo que alimenta os cursos d’água, durante o período de estio e durante o período chuvoso. Apresenta cobertura vegetal contínua na paisagem primária, desde o fundo dos vales até as mais altas vertentes e interflúvios, num gradiente que vai de próximo do nível do mar até os espigões divisores de água, a mais de 1000 m de altitude. O lençol d’água superficial apresenta-se difuso, anastomosado, escoando pelo chão florestado durante as precipitações pluviais, redistribuindo os materiais particulados finos e os restos de material orgânico vegetal. Baixíssima incidência de luz solar diretamente no chão das áreas florestadas. Umidade alta do ar e equilíbrio precário entre os processos morfoclimáticos, pedológicos, hidrológicos e ecossistêmicos **(ver foto 2 – anexo: p. 187).**

É ainda Ab’Saber (2003) quem afirma a existência de “enclaves de bosques de araucárias em altitudes” na Bocaina, bem como em Campos do Jordão, na Mantiqueira. Nestas mesmas áreas, o autor citado considera a presença de “minirredutos de cactáceas bromélias de lajeados em cimeira de algumas serrinhas e escarpas”.

Ruellan e Azevedo (1945/1946) informam que no topo da Serra da Bocaina a vegetação predominante são os campos de altitude, ou “campos limpos”, que chegam a apresentar aspecto de estepe. São os famosos “Campos da Bocaina”. Contudo, esses autores chegam à conclusão de que essas formações campestres não são naturais e que não representam o clímax. Para provar essa assertiva, apresentam algumas objeções, como: a existência de pequenos trechos florestados nas partes convexas das elevações; a presença, em áreas do topo, das elevações de várias espécies arbóreas; e a uniformidade do tipo de solo, tanto nas áreas de domínio florestado como dos campos de altitude.

Com relação ao mesmo assunto, Viadana (2002, p. 65-66) faz as seguintes colocações:

Nos altos blocos do Planalto Cristalino, tanto na Mantiqueira como na Bocaina, pelas evidências constatadas nesta última unidade morfológica serrana, as formações campestres se impuseram de maneira expansiva, bem provavelmente a partir da cota de 600 m de altitude, em função do refrigério atmosférico e do impedimento da penetração de brisas marítimas carregadas de uma possível umidade, que através do efeito orográfico descarregavam eventualmente o vapor condensado nas vertentes orientadas para o oceano. Mesmo nestas encostas, os campos prevaleceram nas cotas superiores a 800 m de altitude.

A presença de elevado número de espécies, que apresentam um caráter xerófilo “bem acentuado”, ainda segundo Ruellan e Azevedo (1945/1946), demonstra cabalmente a ocorrência de flutuações climáticas durante o Quaternário antigo e recente. Mesmo a presença do pinheiro pode ser a prova de um antigo período xerotérmico, cuja regressão deixou testemunhos desde o planalto sul-mineiro até o Paraná, onde ainda hoje prevalece o clima favorável a sua sobrevivência e predominância.

Num pequeno artigo sobre a Serra da Bocaina, Schmidt (1949, p.1295) descreve o que viu numa excursão pelos Campos de Cunha, cuja fisiologia da paisagem é contígua aos Campos da Bocaina:

Região acidentada esta, não atingem, entretanto, grande diferença de nível os pontos percorridos pelo caminho. Nunca se desce a menos de oitocentos e poucos metros, e nunca se sobe a mais de mil e poucos. Uma só vez alcança-se a cota de mil e cem metros. Pouca mata, a não ser para o lado da Serra; regular área coberta por

capoeiras, bastante invernada de capim gordura. Muitas roças, milho e feijão principalmente.

Ferri (1980), ao se referir aos campos de altitude, descreve um fenômeno importante do ponto de vista ecológico e fitogeográfico : a neblina constante (**ver foto 3**). Nas áreas mais elevadas, escreve ele, esta neblina surge com frequência (em Campos de Jordão é conhecida como “russo”) em diversos pontos da Serra do Mar, não muito distante do oceano.

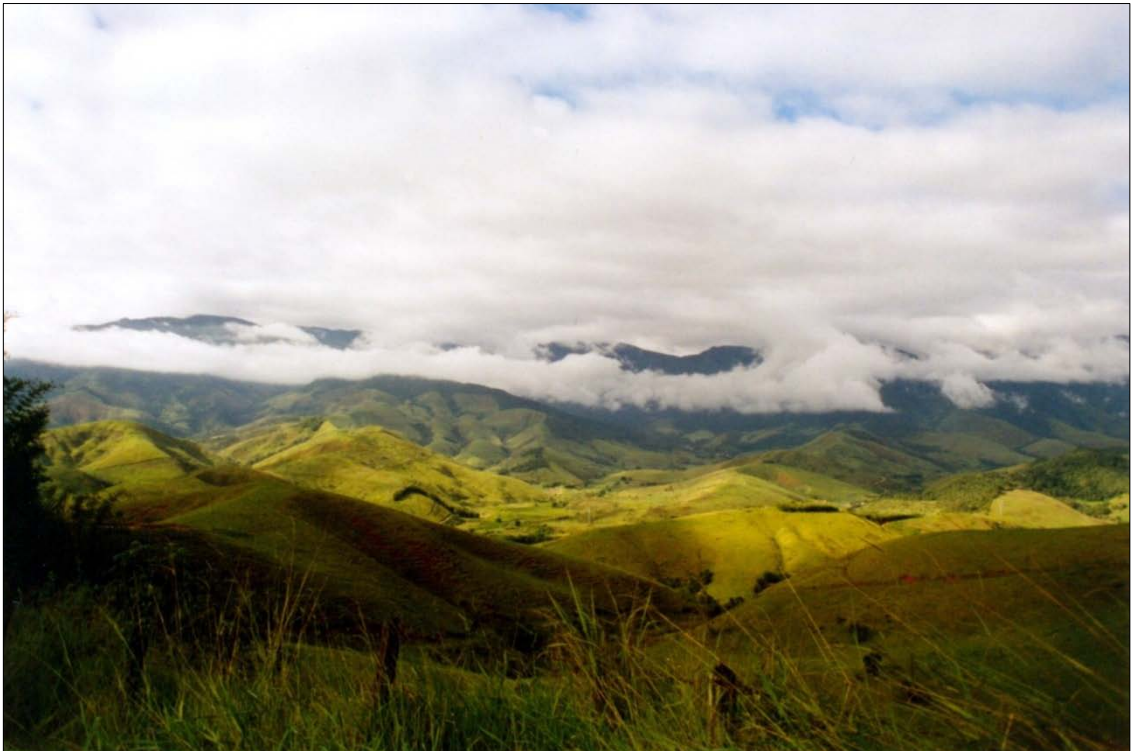


Foto 3. Serra da Bocaina: neblina e pluviosidade

Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 2006.

Na área da Serra da Bocaina, incluindo o Vale Histórico, as chuvas são regulares o tempo todo, com um aumento de precipitações durante o verão (setembro a março), entre 1250 e 1500 mm anuais (AB’SABER; BERNARDES, 1958).

Os ventos úmidos que sopram do mar em demanda do interior, ao subirem resfriam-se e não podem mais conter toda a umidade que possuem; o excesso condensa-se e se precipita, principalmente nas partes mais altas da Serra, em forma de nevoeiro ou chuva. Assim estes ambientes contêm bastante umidade para sustentar as florestas costeiras, densas, com árvores de 20 – 30 metros de altura. Abaixo destas há árvores menores. Em muitas há numerosas epífitas de várias famílias. (FERRI, 1980, p. 71-72).

O chamado planalto da Bocaina, no seu cimo, forma um verdadeiro 'plateau', que se estende por uma grande faixa com seu aspecto "uniformemente ondulado". Em geral, as cotas de altitude sofrem uma ligeira inclinação rumo ao sul, "onde se observa uma elevação do relevo", próximo do rebordo da Serra do Mar, onde são registradas cotas superiores às da vertente norte.

Da erosão resultaram vales amplos, com sinais de maturidade, com frequentes fenômenos de retomadas dos processos erosivos, daí os ravinamentos e voçorocas. Em razão da pouca ou nenhuma cobertura vegetal, o processo erosivo é favorecido. Há, na região da Bocaina, sinais de possíveis capturas de cursos d'água subsequentes, no passado. (RUELLAN; AZEVEDO, 1945/1946).

Esses autores afirmam ainda que a Serra da Bocaina parece constituir "um bloco elevado por falhas escalonadas com frentes dissecadas desse bloco que foi basculado para o sul".

[...] pode-se considerá-las de formação recente, levando-se em conta os seguintes argumentos: a) a juventude da encosta da serra, escarpada e abrupta; b) a diferença de nível entre o planalto da Bocaina e a planície do Paraíba, que chega a ser de 1500 metros; c) a situação das nascentes dos cursos d'água, que dissecam a encosta, nas proximidades da borda do planalto sem progresso notável para o interior; d) a inexistência ou, pelo menos, a não verificação de capturas; e) o perfil abrupto dos cursos d'água dissecando a encosta. (RUELLAN; AZEVEDO, 1945/1946, p. 51)

É interessante comparar os relatos mais recentes com os de observadores, feitos há mais de um século. Na sua viagem para São Paulo, procedente do Rio Janeiro, então capital do Império, Johann Baptist von Spix, zoólogo, e Carl Friedrich Philipp von Martius, botânico, sob a égide da Academia de Ciências de Munique, em dezembro de 1817, deixaram inúmeros registros sobre a exuberante cobertura florestal da região da Serra do Bocaina, os quais serão aqui transcritos posteriormente

Auguste de Saint-Hilaire, em sua viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo, em 1822, passou pela região e registrou em seu diário a presença de extensas "matas virgens". Na primeira visão que teve da "cidadezinha de Areias", registrou-a como situada num vale, entre dois morros cobertos de matos. A cultura

do café, àquela época, ainda era nova na região. (SAINT-HILAIRE, 1974).

Na atualidade, ao longo da Via dos Tropeiros(SP-068), é possível observar os morreados desnudos, cobertos por gramíneas, e alguma mata mista, arbóreo/arbustiva, em colos ou fundo de vale. Nas vertentes, vez ou outra é possível vislumbrar ravinas e voçorocas. A paisagem monótona das pastagens é predominante. Entre o início da estrada, na Via Dutra, e Silveiras, num trecho de cerca de 25 km, há um grande reflorestamento de pinus. Adentrando a serra, através das estradas vicinais, podemos encontrar remanescentes da Mata Atlântica, nas vertentes mais íngremes, nos fundos de vale ou nos colos das encostas dissecadas **(ver foto 4)**.



Foto 4. Imponência da Serra da Bocaina, com os “mares morros” e as vertentes, hoje, desnudas de vegetação, resultado da ação antrópica no decorrer do processo de ocupação
Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 2006.

4 – OS CAMINHOS E A FASE TROPEIRA

4.1 – O “Caminho Velho”

Quem demandava de São Paulo até o Rio de Janeiro, a partir do século XVIII, tinha de percorrer um longo e perigoso caminho, que incluía um trecho marítimo e a possibilidade de ser vítima de piratas.

De São Paulo de Piratininga, seguia-se num caminho que correspondia a uma antiga trilha indígena que, com o tempo, tornou-se de franco acesso, adentrando ao longo do Vale do Paraíba paulista. Ao atingir a localidade de Hepacaré ou Guaypacaré (Lorena), o caminho bifurcava: um ramo seguia em direção à Serra da Mantiqueira, passando pela garganta do Embaú, em direção às Minas Gerais; o outro ramo, conhecido como o ‘Caminho dos Guaianás’, subia o planalto do Facão (Itambé), passando pela antiga Freguesia do Falcão, que mais tarde deu origem à cidade de Cunha.

A partir deste núcleo de povoamento, parada obrigatória dos viajantes e tropas de muares, subia-se ou descia-se a Serra do Mar, em direção ao porto de Parati, na cidade que existia desde 1667, fundada por Martin Corrêa Vasques Anes. De Parati seguia-se de barco até o Rio de Janeiro, com os devidos cuidados na travessia da Baía da Ilha Grande, infestada de piratas que atacavam as embarcações do governo, que transportavam os quintos de ouro vindos das Minas Gerais.

Sobre este antigo caminho, Willems (1947, p. 14-15) escreve que:

Núcleo apenas à “boca do sertão” nos primeiros tempos, Cunha passava a ser, à medida que o sul de Minas se povoava, freguesia à beira da estrada que conduzia de Parati às Minas Gerais. Em Cunha, esse caminho se bifurcava conduzindo a duas cidades do Vale do Paraíba: Guaratinguetá e Lorena. As tropas que vinham de uma dessas duas cidades tinham que pousar em Cunha e aquelas que partiam, ao amanhecer, de Parati, chegavam à noite a Cunha, de maneira que a freguesia se tornava ponto obrigatório de pouso. Ecologicamente, o desenvolvimento da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição ligava-se à colonização do sul de Minas e à articulação comercial dessa área com o litoral. Ficando a meio caminho entre duas jornadas, a freguesia encontrava os principais estímulos de desenvolvimento na necessidade de abastecimento das numerosas tropas que a atravessavam. A importância desse

movimento pode ser avaliada levando-se em conta o fato de ter sido calçado a lajes todo o trajeto do caminho do mar, calçamento esse que ainda hoje se encontra intacto em certos trechos da Serra de Parati.

Esse antigo caminho, na verdade, era uma velha trilha de índios, aberta pelos índios guaianá, que mais tarde foi lajeado para facilitar o trânsito das tropas de muares que iam e vinham entre o planalto e o litoral. Na atualidade, corre uma rodovia entre Cunha e Parati (não necessariamente ao longo do trajeto da antiga trilha), com 71 Km, a SP-171, com um trecho de 10 Km que atravessa área do Parque Nacional da Bocaina.

Capistrano de Abreu (2000, p. 163), em seu livro *Capítulos de História Colonial*, assim descreve o caminho que partia de São Paulo:

O caminho do Rio seguia por terra ou por mar até Parati, pela antiga picada dos Guaianá galgava a serra do Facão nas cercanias da atual cidade do Cunha e em Taubaté entroncava na estrada geral de São Paulo. Mais tarde o entroncamento fez-se em Pindamonhangaba.

Alguns núcleos de povoamento, na região de Cunha, só tiveram seu isolamento amenizado com a construção da estrada de rodagem entre Cunha e Guaratinguetá, em 1932. Mesmo Cunha sentiu esse isolamento, pois desde 1860 viu o velho caminho das Minas abandonado e os portos de Parati, Mambucaba, Ubatuba, São Sebastião e Iguape, perderem a importância. Segundo Willems (1947), o primeiro golpe na “prosperidade” de Cunha foi a ligação de Areias ao porto de Mambucaba.

Com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, em meados do século XIX, passando ao longo do Vale do Paraíba, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, Cunha foi esquecida. A estrada calçada a lajes, que atravessava a Serra do Mar, deixou de ser conservada como antes. Esse momento no processo histórico de Cunha coincide, mais ou menos, com a fase de “decadência” do Vale do Paraíba e do Vale Histórico da Bocaina, e suas zonas cafeeiras.

A estagnação das cidades do Vale e da Bocaina provocou também o agravamento da situação econômica das comunidades entre o Paraíba e o litoral.

Na região de Cunha, o café não se tornou dominante como produto e jamais pôde competir com as cidades do Vale do Paraíba e do Vale Histórico da Serra da Bocaina. Na freguesia, dois sistemas econômicos funcionaram a contento: um de

subsistência e outro de escambo local e regional. (WILLEMS, 1947). Müller (1958) também confirma que na área de Cunha o café não chegou.

A penetração cafeeira se fez em direção ao litoral, passando por São Luís de Paraitinga ou por Paraibuna, em trechos muito semelhantes ao do Médio Vale do Paraíba. Entretanto, um pouco adiante daquelas cidades, em direção ao litoral, a influência cafeeira diminuiu e desapareceu em seguida. Essa relação também ocorreu com Cunha. Sobre isso, Ab'Saber e Bernardes (1958, p. 166) escrevem que:

Não somente as maiores altitudes de alguns trechos, mas também o aumento da pluviosidade e sua maior distribuição anual na faixa vizinha à serra do Mar, constitui limitação à expansão da cultura do café. Uma área, mais ou menos extensa, portanto, da região drenada pelos formadores do Paraíba permaneceu em matas ou utilizada por pequenos agricultores que a cultivam segundo o sistema de "roças". Essas áreas, que há muito vêm sofrendo impiedosa devastação pelos lenheiros e carvoeiros, são referidas regionalmente como o "sertão".

Convém lembrar que, mesmo após a construção do "caminho novo", entre o Rio de Janeiro e São Paulo, no século XVIII, o "caminho velho" das Minas para o litoral continuou em pleno uso pelas tropas de muares e viajantes que demandavam para essas regiões. O golpe maior, que veio influir na "decadência" do "caminho velho" que passava por Cunha, só aconteceu de fato em 1860, com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil (antes chamada Pedro II). Na verdade, esta ferrovia já vinha sendo construída, e seus trechos inaugurados, desde 1855, chegando a transportar 300 mil passageiros em 1862.

A ligação entre Areias e o porto de Manbucaba, uma das inúmeras trilhas ou caminhos feitos pelos índios Guaianá, tamoios e tupinambás, para ir e vir do litoral ao planalto, foi também lajeada por escravos negros, melhorando o trânsito de tropeiros na chamada "Trilha do Ouro". Esse caminho já era usado desde o século XVIII (logicamente que os índios utilizavam-no desde antes da chegada dos portugueses, no século XVI) como uma via franca para escoar ouro e mercadorias entre o planalto e a região das Minas e o litoral. Um historiador filho da região, Rogério Ribeiro da Luz (2002), informa num livro seu que a "Trilha do Ouro" saía de São José do Barreiro em direção a Mambucaba e foi aberta por volta de 1790, por escravos, sendo também denominada de "Estrada Cesárea". A jornalista Carolina

Tarrio (1997), por sua vez, informa que a “Trilha do Ouro” foi aberta por escravos, mas em 1740.

Zaluar (1975, p. 59-60), ao passar por Areias, em 1860, descreveu que:

As estradas mais importantes do município são a estrada Geral de São Paulo e a chamada Cesárea, que comunica esta localidade com o porto de Mambucaba, e por onde se faz a importação dos produtos comerciais e agrícolas. Esta estrada tem onze léguas de extensão e está mal conservada, excetuando a parte que pertence à província de Rio de Janeiro, que se acha quase toda empedrada.

O que concluímos é que a Cesárea passava tanto em Areias como em São José do Barreiro, subindo a Bocaina e lá se encontrando e seguindo até Mambucaba. Willems (1947) e Zaluar (1975) afirmam que ela saía de Areias, e Luz (2002) diz que saía de São José do Barreiro. Acreditamos que todos têm razão, cada um sob sua perspectiva, pois se trata da mesma velha “Trilha do Ouro” ou “Trilha dos Mineiros”.

4.2 – O “Caminho Novo”

A necessidade de abrir uma nova via, toda terrestre, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, fez com que, em 1725, o Governador Geral da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses, em comunicado ao Governo Colonial, informasse ter mandado abrir um “novo caminho”, a partir da Freguesia de Hepacaré ou Guaipacaré, segundo Luz (2002), atual Lorena, até a Real Fazenda de Santa Cruz, nas proximidades do Rio de Janeiro. Como explica Rodrigues (1980, p. 23):

O desenvolvimento crescente dos povoados, freguesias e vilas pelos Vicentinos, Piratininganos e famílias oriundas de Minas Gerais e Portugal e, principalmente, a necessidade da utilização de um caminho melhor, todo terrestre, a fim de evitar os ataques de piratas às embarcações do governo, que transportavam os quintos de ouro de Parati ao Rio de Janeiro, tornavam imprescindível a busca de trajeto mais rápido e seguro.

No início do século XVIII, os riscos da navegação costeira estavam

relacionados ao corso e à pirataria, fomentados principalmente pela Espanha, que disputava com Portugal as terras sul-americanas, particularmente a Província da Cisplatina. Nesse sentido, o Governo de Portugal ordenou aos governadores das duas capitanias, o de São Paulo (Rodrigo Cesar de Meneses) e o do Rio de Janeiro (Antonio da Silva Caldeira), a abertura de uma estrada que assegurasse o transporte de ouro e de mercadorias, de um modo mais seguro e mais rápido do que pelo mar. Como escreve Lamego (1963, p. 102):

O “Caminho Velho” dos Goianás indo por terra de São Paulo a Parati, onde os viajantes seguiam por mar até a Guanabara, punha todo o intercâmbio entre a baía e o interior à mercê dos proprietários de barcos, além do risco de piratas. Urgia a construção de uma nova estrada que diretamente ligasse os dois grandes centros da Colônia [...]

Para tanto, a distribuição de “cartas de sesmarias” foi agilizada e as doações abrangeram um grande número de beneficiados, cujo intuito do governo era povoar rapidamente o trajeto ao longo do novo caminho.

O traçado original da estrada nova, usado quando de sua abertura, em 1725, com a aprovação do Governador Geral de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses, foi substituído ou retificado por outro, em 1776, que encurtou as distâncias e trouxe certas vantagens para o trânsito. Entretanto, o traçado antigo (original) continuou a ser usado por algum tempo, inclusive com o nome de “caminho novo”.

Sobre a abertura dos trabalhos da estrada nova, Rodrigues (1980, p.26) escreve que:

Não foi fácil a abertura do caminho novo, em cujos trabalhos se empenharam elevado número de pessoas, que tiveram que lutar contra os índios Puris (embora o nome signifique “gente mansa ou gente tímida”) ainda que menos belicosos que as outras tribos, sobretudo dos temíveis Goitacás que viviam na parte sul do Paraíba. Estavam os Puris na época do desbravamento localizados nos vales da parte norte do rio e seus afluentes como o Bananal, o Pirai e nas regiões onde depois surgiram Areias, São José do Barreiro e Queluz.

A partir de 1778, teve início o declínio da fase de mineração, nos sertões das Minas Gerais. Esse evento trouxe uma série de consequências para a região do Caminho Novo.

O Capitão-Mor de Guaratinguetá, com os poderes outorgados pelo Capitão

General da Capitania de São Paulo, Marim Lopes Lobo de Saldanha, subdividiu as terras do Caminho Novo em sesmarias menores, “em favor daqueles que o ajudaram a retificar o referido Caminho”. (RODRIGUES, 1980).

Em consequência, verificou-se intenso movimento migratório para a região, mesmo dos que já possuíam terras nela, mas moravam em outras paragens. Registrou-se, igualmente, a vinda de muitos forasteiros, principalmente das Minas Gerais, que rumavam para o novo local com todos os seus bens e haveres. Ali desenvolveram culturas de subsistência, culturas de anil, cana-de-açúcar, milho e feijão. Essa população expandida deu origem às novas freguesias.

O “Caminho Novo” foi uma designação muito comum durante o período colonial e o Império no Brasil. Vamos encontrar, em muitos lugares, estradas que são denominadas “Caminho Novo”. Entretanto, o Caminho Novo que atravessa o Vale Histórico da Bocaina, fazendo a ligação terrestre entre o Rio de Janeiro e São Paulo, no decorrer do tempo, veio a receber diversas denominações. Inicialmente (1725), “Caminho Novo”, para contrapor ao Velho Caminho pelo mar, através de Cunha e Parati; Saint-Hilaire (1974), ao sair do Rio de Janeiro rumo a Minas, passou por um trecho que ele denominou de “Caminho Novo do Paraíba”; depois, em 1822, em homenagem pela passagem do príncipe Regente D. Pedro I, em direção a São Paulo, o caminho passou a chamar-se “Estrada do Imperador”, ficando mais tarde conhecida como “Estrada da Corte”. Entre 1860 e 1861, durante sua passagem pelo Vale Histórico, Zaluar (1975) registrou o nome de “Estrada Geral de São Paulo”; no decorrer do século XX passou a ser “Estrada Rio - São Paulo e, depois da inauguração da Via Dutra, “Antiga Rio - São Paulo”. Na atualidade (século XXI), o nome oficial é SP – 068 – “Via dos Tropeiros”.

4.3 – A Fase Tropeira – uma atividade econômica e um modo de vida

Barros (1967a) escreve que, no São Paulo setecentista, dois profissionais se destacavam: o lavrador e o tropeiro. Enquanto a lavoura representava uma atividade econômica estável, o tropeirismo, por sua vez, se tornou uma atividade empresarial liberal que impulsionou a circulação da riqueza. A partir da segunda metade do século XVIII, a atividade tropeira tornou-se comum e o tropeiro um “introdutor de

hábitos civilizadores”. Portador de notícias verídicas ou boatos, às vezes exercia as funções de correio ou de jornal vivo, precursor dos mascates sírios e libaneses, os famosos “turcos”, outra atividade comercial que se difundiria em São Paulo e outros rincões, a partir do começo do século XX. O mascateamento anterior, nos séculos XVIII e XIX, era feito por portugueses e italianos.

Por toda a área do vale paraibano, incluindo a da Bocaina, o tropeirismo tornou-se uma verdadeira instituição, um modo de vida, com costumes peculiares e regras bem definidas para os diversos tipos de trabalho que envolviam aquela atividade. Tornou-se, enfim, uma autêntica cultura incorporada à sociedade e fundamental para dinamizar sua existência material.

Desse modo, inúmeras atividades profissionais atrelavam-se ao tropeirismo. Por exemplo, o muladeiro, que comercializava os burros e mulas, comprando lotes de uma a duas centenas de animais, nas feiras de muares, como a de Sorocaba. Dali, os animais seguiam para os currais para fazer a doma, chamada de “primeira quebra”. Após amansá-los, começava o treinamento para acostumá-los e adaptá-los com os apetrechos e a carga, de modo a não corcovear e perder a mercadoria pelo caminho.

Especificamente com relação à região do Vale do Paraíba Paulista, Ferreira (1997, p. 86) explica:

Durante quase três séculos, porém, esse foi o único tipo de transporte possível nessa região montanhosa de trilhas íngremes que, na época, nenhum veículo de rodas conseguia vencer. Só esses animais, com suas cargas, enfrentavam os obstáculos difíceis das ladeiras de pedras soltas, contornando abismos e vencendo os desafios das trilhas na floresta. Por esses caminhos, cruzando as serras da Bocaina e do Mar, eles alcançavam os portos marítimos de Parati, Angra dos Reis e Mambucaba, no atual Estado do Rio de Janeiro, em viagens que consumiam, às vezes, uma semana inteira.

A articulação criada, em razão desta atividade, foi muito grande. Nas fazendas e mesmo nos núcleos urbanos, e nas mais distantes ou modestas paragens, havia uma infraestrutura de apoio: estalagens, abrigos, ranchos abertos ou fechados, currais, profissionais que lidavam com o couro, arreamento, selaria, o ferreiro, os artesãos que fabricavam cestos e bruacas (o seleiro, o cangalheiro), o funileiro, o ferrador, o jacazeiro, todos imprescindíveis para as tropas, encontrados em todas as cidades do vale e, em alguns casos, nas fazendas e pousadas.

As tropas correspondiam aos comboios de muares, e cada mula ou cargueiro levava costumeiramente em torno de quatro arrobas de cestos ou de bruacas. Como explica Barros (1967a, p. 172):

Empreendiam os tropeiros viagens diárias em trajetos de sete a oito léguas de extensão, por entre chapadas escondidas em capoeiras grossas, encharcadas barrancas de rio, ou por serrarias continuadas; as tropas de cangalha marchavam, no máximo, de três a quatro léguas por dia, chegando a transportar de dez a doze arrobas de açúcar ou café, por sua vez. Compunham-se as tropas de lotes de sete ou nove bestas, embora algumas, como as goianas, se constituíssem de onze bestas e até mais.

Deste modo, cada tropa era formada por dezenas ou centenas de muares, formando um grupo que, por sua vez, era dividido em lotes. Cada grupo ou tropa era comandado por uma mula treinada para a função e, em geral, arreada como um cavalo de sela. Atrás dessa mula, chamada “madrinheira” ou “mula de cabeça”, seguiam, obedientes, os outros muares. Essa “madrinheira”, mula guia, levava ao pescoço um sino de lata, o cincerro, que emitia um ruído que mantinha unido e dava direção ao grupo. Ademais, a “madrinheira” recebia adornos especiais, guizos de bronze e outros enfeites. Logo após a “madrinheira” seguia o dianteiro ou deanteiro, um burro encangalhado como os outros, mas com arreios mais bonitos, com guizos e outros enfeites coloridos, chamados “bonecas”, o que o destacava dos demais.

Segundo a tradição, esse dianteiro nunca deixava outro animal ultrapassá-lo, coiceando ou mordendo os que tentavam tomar-lhe a frente.

Por fim, atrás do grupo seguia uma mula chamada de culatreiro ou culatra, normalmente um animal mais tranquilo e manso, acostumado a não deixar nenhum animal da tropa se atrasar ou se extraviar. Era o que transportava o “trem” da cozinha.

Para as jornadas da tropa, os tropeiros se encarregavam de diferentes tarefas. Acompanhando o grupo, seguia o madrinheiro ou guiador, em geral um garoto entre oito e quinze anos que, além de guiar o deslocamento da caravana, montado numa mula mansa, nos pousos servia de cozinheiro. O madrinheiro devia ser um grande conhecedor dos caminhos e ia sempre ao lado da mula madrinheira. Às vezes, adiantava-se à tropa, esperando-a no próximo pouso, aguardando o comboio com um café quente e cheiroso, a água fresca nas morangas de barro, ou mesmo o almoço ou o jantar pronto para ser servido ou quase pronto. Não havia

necessidade de se preocupar com a direção da tropa, com o avanço do menino guiador, pois os animais, comumente, seguiam o caminho certo, por instinto ou por condicionamento.

Ao tocador cabia a condução da tropa e ao arreador (nome dado em São Paulo, em Minas é “arrieiro”), que em geral era o dono da tropa ou pessoa de grande confiança do dono, a responsabilidade por tudo mais, isto é, pela carga, pelos peões, pelos animais, pela escolha dos pousos e pela ordem da tropa.

Pela própria necessidade, a cultura tropeira incorporou também todo um procedimento de uma medicina veterinária popular, empregada para os casos de ferimento ou doenças nos animais. A castração, por exemplo, requeria cuidados especiais para evitar hemorragias e infecções. O emprego de ervas, benzimento ou poções destinavam-se a tratar de cascos, picadas de cobras ou curar “bicheiras”, rendidura (problemas com a hérnia dos machos) ou barriga caída.

O tropeiro, no ato de aparelhar o animal, seguia regras detalhadas e obedecidas ao pé da letra. Desde a colocação do cabresto e da cangalha, dos demais arreios e apetrechos, nos quais iam presas as cargas e os sacolões de couro para carregar as bagagens, até o estender de um couro de boi, para proteger a carga, o ligal, que servia também de cama para os peões à noite, as regras de aparelhamento eram seguidas conforme a tradição e a eficiência comprovada pela prática. (FERREIRA, 1997).

Os apetrechos usados no labutar cotidiano do tropeiro eram em grande número e tais que necessitavam de um verdadeiro “especialista” para poder lidar com todos eles. Conforme escreve Barros (1967a, p. 172):

O “arrieiro”, lugar-tenente do patrão no comando atilado da tropa, devia ser homem afeito aos tropeiros do sertão; precisava conhecer a fundo o ofício, as manhas dos animais, a fidelidade ao “madrinha”, assim como a lidar com o complexo aparelhamento empregado: as mantas, baixeiros, sobrecincha, sobrecargas, lombilhos, pelegos, caronas, albardas, socadinhos, cutucas, cabrestos, bucais, cangalhas com retrancas e peitorais, seligotes, bastos, cabeça das tintilantes, diversas espécies de couros, um conjunto que se afigurava [...] “bizarro, de rude e bárbaro aspecto”.

Os comboios tropeiros também eram distinguidos ou classificados, conforme Luz (2002), de acordo com os volumes que transportavam. Evidentemente isso influía no número de lotes de bestas que compunha a tropa. Tropeiros de pequenos

volumes transportavam diversos tipos de mercadoria (sal, fumo, pinga, óleo etc). Os de grandes volumes transportavam açúcar, num primeiro período, e depois café, numa fase posterior. Levavam a mercadoria até os portos, no litoral paulista e fluminense.

Prado Junior (2000), ao se reportar ao tropeirismo e à “indústria dos transportes”, desde a colônia, cita que ao longo das estradas havia estabelecimentos destinados a apoiar as tropas que por ali trafegavam, os chamados ranchos, grandes telheiros nos quais viajantes e suas cargas encontravam abrigo contra as intempéries. Eram construídos e mantidos, via de regra, pelos fazendeiros que, embora não cobrassem pela sua utilização, “compensavam-se com a venda do milho para as bestas” (**ver fig. 1**). Existiam, em menor número, os chamados “Ranchos Reais”, construídos por iniciativa da administração pública. Em geral, próximo aos ranchos, não raro era possível encontrar as “vendas”, onde era encontrada toda a sorte de artigos que os viajantes podiam necessitar, principalmente bebidas alcoólicas. As vendas também se constituíam num importante ramo de negócios para o fazendeiro das margens da estrada. Saint-Hilaire (1974), em sua viagem do Rio de Janeiro para as Minas Gerais, descreve em seu diário de viagem a atividade tropeira, observada em março de 1822.

Depois de nós, várias caravanas vieram sucessivamente aboletar-se no rancho. Vêm umas do Rio de Janeiro para S. João e Barbacena, carregando sal; vão outras destes arredores para a capital e levam toucinho e queijos. Estes gêneros que constituem dois ramos de comércio muito importantes para a comarca de S. João transportam-se em cestas de bambu (jacás), achatados e quadrados. Cada cesto contém cinqüenta queijos e dois formam a carga de um burro. Os de toucinho pesam cada um três arrobas se o burro os leva é novo, e quatro, quando já acostumados à carga. O sal é transportado em sacos.

Quando chegam os tropeiros, arrumam as bagagens em ordem e de modo a ocupar menor lugar possível. Cada tropa acende fogo, à parte do rancho, e faz cozinha própria. Antes e depois das refeições, conversam os tropeiros sobre a região que percorreram e falam de aventuras amorosas. Cantam, tocam violão ou dormem envoltos em cobertas estiradas ao chão sobre couros. (Saint-Hilaire, 1974, p.49).

Houve um período também que comboios de tropas transportavam para o governo os quintos do ouro arrecadado nas Minas Gerais, para os portos, como

Parati, com destino ao Rio de Janeiro ou à Metrópole portuguesa.

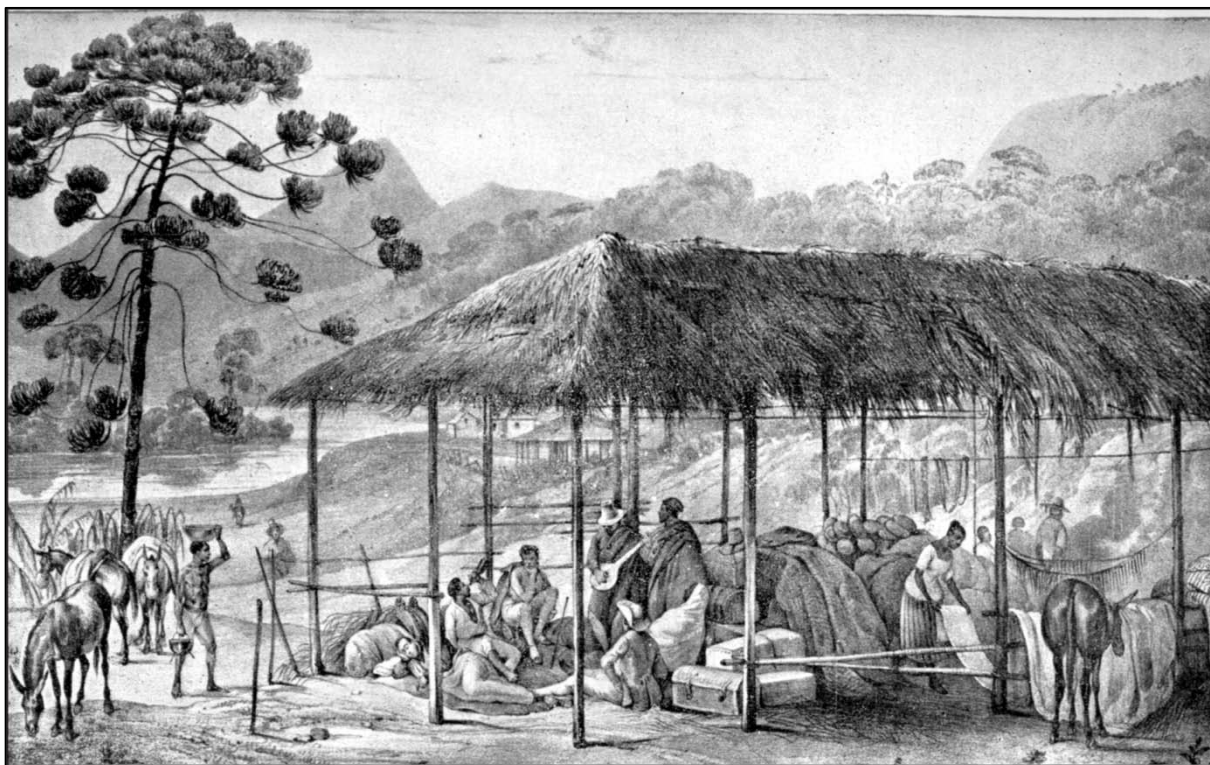


Fig. 1 - Pouso de tropeiros (Rugendas, 1980)

Barros (1967a) lembra que este intenso comércio empreendido pelo tropeirismo, que abrangeu boa parte do século XIX, foi a origem de muitas fortunas e inúmeros chefes de grandes famílias paulistas, mineiras, paranaenses e gaúchas foram tropeiros. Esse ciclo da economia Planaltina, e em particular paulista, deu origem, posteriormente, a muitos empreendimentos ligados ao ciclo açucareiro e cafeeiro. A negociação de muares gerou muitas fortunas, principalmente em São Paulo, e esse lucrativo comércio, particularmente concentrado na feira de muares de Sorocaba, perdurou até o advento da ferrovia. Como escreve Luz (2002, p. 88): “Muita poeira levantou o tropeiro, muita carga levou até que um dia, cortando o seu caminho, cruzou um trem.”

Mas, antes disso, muita carga, muito açúcar, muito ouro e muito café foram transportados no lombo dos muares, pelos caminhos de São Paulo, pelo Vale do Paraíba, pelo Caminho Velho, pelo Caminho Novo, no Vale da Serra da Bocaina, subindo o sertão e descendo o planalto em direção ao litoral.

Sobre este processo, Motta Sobrinho (1968, p.30) escreve que:

Em 1883, a produção cafeeira paulista igualou-se à fluminense, ultrapassando-a, nos anos seguintes, e distanciando-se cada vez mais. Com o transporte por via férrea, livrou-se o fazendeiro das perdas de mercadorias e dos encargos da tropa.

De acordo com Barros (1967b), o Vale do Paraíba recebeu as melhores tropas, recém-criadas nos campos de Lages, nos Campos Novos dos Curitibanos ou no Viamão e vendidas na feira de Sorocaba. O preço do muar no mercado sorocabano era cotado entre 30 mil a 50 mil réis por animal. O Vale do Paraíba configurou-se, desse modo, num entreposto regular e importante de tal comércio.

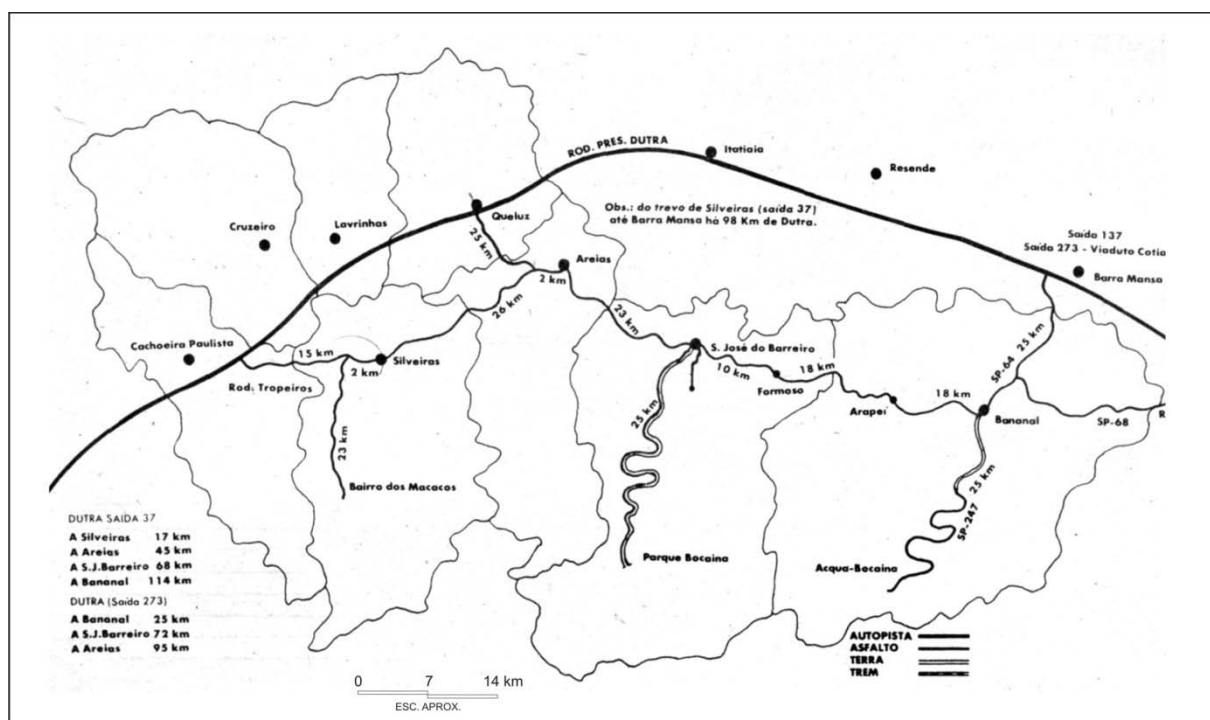
Na região do Vale Histórico da Serra da Bocaina, em particular, o tropeirismo foi intenso; afinal, o “Caminho Novo” representava uma rota vital para a circulação de mercadorias. Outras importantes rotas convergiam ou cruzavam os caminhos do Vale Histórico. Um exemplo citado é o chamado “Caminho do Ouro” ou a “Trilha do Ouro”, que passava em Areias e São José do Barreiro, atravessava a Serra da Bocaina e atingia o litoral, na altura de Mambucaba, próximo a Parati. Tropeiros faziam essa rota para, inicialmente, transportar o ouro das Minas Gerais, depois, num outro momento, o café.

Luz (2002) lembra que os peões de Silveiras, que transportavam café conduzindo as tropas de muares, eram dos mais conceituados. Sua profissão e sua experiência entraram em decadência com o advento da ferrovia que passava ao longo do Vale do Paraíba (a Estrada de Ferro Pedro II, depois Central do Brasil), ligando São Paulo ao Rio de Janeiro e recolhendo a safra cafeeira ao longo das estações do Vale: Guaratinguetá, Lorena, Queluz, Rezende, Barra Mansa, para levar direto ao porto do Rio de Janeiro.

5 – AS CIDADES DO VALE HISTÓRICO DA SERRA DA BOCAINA

Ao longo da Via dos Tropeiros, destacam-se 4 cidades históricas, inúmeros “bairros rurais”, núcleos de povoamento e um município recentemente emancipado – Arapeí.

Neste estudo, destacaremos apenas as quatro cidades históricas: Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal, todas situadas ao longo da Rodovia dos Tropeiros (**mapa 2**).



Mapa 2. O Caminho Novo e os Municípios do Vale Histórico da Serra da Bocaina (adaptado, Vale Montanha, 1991)

Para chegarmos à formação destas cidades, iniciaremos enumerando situações que mostram como os habitantes da colônia eram explorados e espoliados pela metrópole portuguesa. Inúmeras atividades eram simplesmente proibidas de serem exercidas ou executadas em solo colonial. As taxações e tributos exigidos dificultavam o enriquecimento ou a acumulação de riqueza.

O comércio de sal, por exemplo, era monopólio real desde 1576, durando até

1801; o transporte marítimo só podia ser realizado por nau portuguesa, exigência do decreto real, desde 1771; a profissão de ourives fora proibida desde 1751, sendo revogada somente em 1815; a proibição da existência de topografias, no Brasil, durou de 1706 a 1808. Além disso, impostos pesados sobre a mineração do ouro chegavam a arrecadar mais de 25 arrobas ouro/ano (1718), sendo que, por conta do terremoto ocorrido em Lisboa, em 1755, todos os habitantes das colônias portuguesas tiveram de arcar com uma taxa especial para a reconstrução da cidade. Uma idêntica taxa “especial” foi cobrada dos brasileiros pela Coroa Portuguesa para o dote da infanta Maria Bárbara, em 1727. A rainha de Portugal, D. Maria I, a louca, proibiu qualquer tipo de atividade industrial no Brasil, em 1785, excetuando a produção de tecido grosseiro para a fabricação de sacaria e roupas para os escravos, proibição essa suspensa somente em 1808.

A proibição da presença de estrangeiros nos domínios portugueses datava de 1605 e, ao longo do tempo, desde a chegada dos portugueses, a língua francamente falada era a chamada “Língua Geral”, uma variante do tupi, modificada pelos jesuítas. A pressão do Estado Português não havia impedido, pelo menos por um bom tempo, a expansão da Língua Geral e do Guaraní, como línguas francas, das missões do sul até a Amazônia. A língua geral era a fala dos bandeirantes e dos mamelucos, usada nos lares paulistas até o século XIX e imposta a outras nações indígenas, chegando aonde os tupis nunca chegaram. Derivados da língua geral, como o Nheengatu, predominaram no Vale do rio Negro, na Amazônia, até 1940, e são usadas ainda na atualidade. Nas senzalas e quilombos, a língua geral tinha por base o quicongo e o quimbundo (banto), o mina (em Vila Rica, no século XIX) ou o nagô (em Salvador, também no século XIX). Em 1757, entretanto, por decreto do Marquês de Pombal, o português tornou-se língua obrigatória no Brasil.

Outras proibições impunham sobre as populações da colônia a mão de ferro da Coroa Portuguesa. Com o advento da descoberta aurífera, em Minas Gerais, o governo português proibiu a abertura de novos caminhos para aquelas regiões, em 1773. Com isso, podia controlar a saída da produção do ouro nas poucas estradas existentes. A revogação dessa proibição só se deu em 1816.

Todas essas proibições e as duras leis portuguesas impostas aos habitantes da colônia fomentaram e instigaram a incrível criatividade dos brasileiros. As artimanhas para escapar do fisco não demoraram a se manifestar em todos os meios e ao longo do tempo. Um dos ardis para transportar ouro ou mesmo pedras

preciosas, de modo a passar incólume pelos postos de fiscalização, era a fabricação de imagens sacras com cavidades para acondicionar ouro em pó ou pedras preciosas no seu interior – os conhecidos “santos do pau oco”, que eram famosos na época. Entre outros truques para burlar a fiscalização, conforme Luz (2002) explica, havia o da utilização de caminhos ou estradas pouco conhecidas, que, afinal, acabaram expandindo as regiões de povoamento e estabelecendo novos limites. Desse modo, os caminhos alternativos acabaram se consolidando e novas áreas foram incorporadas ao processo de povoamento.

Muitos desses caminhos, chamados de “veredas da roça”, foram usados pelos bandeirantes, no lado do Vale do Paraíba paulista, nos séculos XVII e XVIII. Essas trilhas indígenas foram, posteriormente, transformadas em caminhos percorridos pelos aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas, do outro lado da Mantiqueira, do lado mineiro da serra, rico em minas de turmalina. Mais tarde, quem passou a usar esses caminhos foram os tropeiros, com suas bestas carregadas de mercadorias, contribuindo para a fixação de famílias e disseminando pousos de descanso, ranchos e arraiais, que futuramente dariam origem às cidades aqui estudadas.

5.1 – Silveiras

Por volta de 1800, consta que afluíram para a região as famílias Rego Barbosa, Rego da Silveira, Bueno da Cunha e Antonio da Silveira Guimarães, atraídas por notícias de que naquela localidade as terras eram boas e desocupadas. Acompanhados de parceiros e meeiros, iniciaram as primeiras benfeitorias.

A localidade, situada entre o rio Paraíba e as nascentes do Paraitinga, era inicialmente um pouso de tropeiro, à beira da Estrada da Corte, local conhecido, já havia tempo, como “Pouso do Ventura” (hoje Bairro do Ventura). Por aí passavam os tropeiros, desde 1725, como parte do Caminho Velho da Estrada Real, usado para o transporte do ouro das Minas Gerais a Parati.

Outras famílias, que posteriormente se dirigiram para a localidade, o faziam para as bandas dos Silveiras. Embora as famílias mais numerosas fossem dos Guedes e dos Abreus, os Silveiras acabaram dando o nome ao bairro que surgiu e que, em 1830, foi elevado à categoria de Freguesia, pertencente ao município de Lorena, sendo ali instalada a paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Silveiras **(ver foto 5)**.



Foto 5. Igreja Matriz de Silveiras

Fonte: ANTONIO FILHO, F. D, 2006.

Em fevereiro de 1842, foi elevada a Vila, mas sua instalação foi adiada devido à Revolução Liberal, sofrendo com isso intervenção Imperial, e sua instalação só veio a ocorrer em 1845. Durante a intervenção do Governo Imperial, Silveiras foi anexada à Vila de Areias.

Por Lei Provincial de fevereiro de 1842, também foi instalado o município de Silveiras, desmembrando-se de Lorena. Em 1864, Silveiras recebeu o foro de cidade. **(ver planta 1 – anexo)**

Considerada o Portal do Vale Histórico, possui cerca de 415 Km² de área e está a aproximadamente 220 Km da capital paulista, cerca de 15 Km da Via Dutra. Conta com 5.562 habitantes (IBGE, 2007)

Silveiras, conforme Milliet (1982), atingiu o auge de 24.500 habitantes, em

1886. Perdeu população, e em 1920 registrava uma população de 7.398, chegando em 1935 a 7.552. Na década de 1970, quando conhecemos a cidade pela primeira vez, a informação era de que havia uma população em torno de 6.000 habitantes.

A totalidade do município constitui uma Área de Proteção Ambiental (APA) do estado de São Paulo, e a altitude média da cidade é de 615 metros do nível do mar. O município é o centro da tradição do tropeirismo no Vale Histórico da Bocaina e na região do Vale Médio do Paraíba do Sul **(ver foto 6)**.



Foto 6. Vista aérea de Silveiras
Fonte: Prefeitura Municipal de Silveiras, 1998.

A economia do município está relacionada à pecuária leiteira e ao artesanato (entalhe/pintura em madeira) e uma pequena, mas tradicional produção artesanal de licores. É possível encontrar, nos morros ao redor da cidade, trincheiras abertas durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

Na Semana Santa, ao longo do trajeto da procissão católica, a população ornamenta e enfeita as ruas com desenhos sacros, usando serragem e areia colorida, e colocam nas janelas toalhas e colchas coloridas ou rendadas, em homenagem ao santo.

A antiga cadeia pública de Silveiras, que ainda é usada para a função e abriga uma unidade da polícia militar, teve sua construção iniciada pelo engenheiro Cristiano Ribeiro da Luz, em 1901, e concluída em 1902, por Euclides da Cunha, na

época engenheiro da Superintendência da Viação e Obras Públicas do estado de São Paulo.

Embora tendo, no passado, sua economia dependente do maior ou menor movimento dos tropeiros, inclusive com uma feira permanente de muares (LUZ, 2002), e posteriormente do ciclo cafeeiro, Silveiras deixou de preservar sua arquitetura peculiar. Muitas demolições deram lugar a novos prédios que nada tinham de representativos de uma época de opulência, da qual os silveirenses pudessem se orgulhar.

5.2 – Areias

A localidade, inicialmente, era passagem e pouso para reabastecimento de tropeiros, entre as Minas Gerais e o porto de Parati. Em torno de 1770, já existia uma povoação com o nome de Sant'Ana da Paraíba Nova, passagem do Caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro. Servia de pouso, também, entre as terras de Guaypacaré (ou Hepacaré), atual Lorena, e as de Campo Alegre, atual Resende.

Elevada à Freguesia, pertencente ao território de Lorena, em janeiro de 1784, recebeu o nome de Areias. Por solicitação de seus habitantes, em novembro de 1816, Dom João VI concedeu-lhe o título de Vila, com o nome de Vila de São Miguel das Areias, tornando-se a única vila em território paulista por ordenação do monarca, que, com isso, substituiu a padroeira por São Miguel, em homenagem a seu filho Dom Miguel. Contudo, o povo continuou a venerar e comemorar Sant'Ana como padroeira de fato. Como município, desmembrou-se de Lorena.

Em março de 1857, por Lei Provincial, alçou à categoria de cidade. Mas, ainda em 1842, durante a Revolução Liberal, juntamente com várias cidades do Vale do Paraíba e do Vale Histórico da Bocaina, perdeu suas garantias constitucionais, sendo anexada à Província do Rio de Janeiro, voltando a pertencer a São Paulo, posteriormente, em agosto de 1843.

A localidade sofreu um afluxo de imigração quando começou a decadência das atividades de mineração do ouro nas Minas Gerais. Pequenos agricultores que se dirigiram para a localidade, no fim do século XVIII, chegaram a plantar cana-de-açúcar por um pequeno período. Com a introdução do café em São Paulo (1795), Areias foi um dos municípios pioneiros no seu plantio, sendo o primeiro no estado a

cultivar o café tipo “Brasilea fulcrum”.

Areias chegou a produzir, no auge do período cafeeiro, mais de 100 mil arrobas de café, sendo reconhecido como um dos municípios cafeicultores mais importantes do país. Com isso, na época, a cidade teve um grande surto de desenvolvimento, materializado com a construção de inúmeros sobrados ou solares em estilo colonial, nos quais seus proprietários vinham deleitar-se nos dias de festas religiosas ou nos domingos. Como escreve Luz (2002, p. 116):

Ao redor de 1840, Areias era o principal produtor [café] da Província de São Paulo, à frente de Bananal, o segundo colocado. Suas fazendas chegavam a produzir cem mil arrobas por ano, e o sucesso do empreendimento da rubiácea entusiasmou proprietários de terras e braços escravos.

[...] Além do bom café, produzia em apreciável quantidade tomate, banana-maçã, feijão, fumo. O principal comércio, entretanto, consistia no “ouro verde”, transportado em tropas de Mambucaba, de onde seguia em navios à praça do Rio de Janeiro.

Outra opção de transporte, ainda segundo Luz (2002), era pela cidade de Queluz, no Vale do Paraíba, separada de Areias pela Serra da Fortaleza, atualmente interligada por moderna rodovia, mas que naqueles tempos tinha fama de mal-assombrada, onde pairavam lendas sobre bruxas, donzelas encantadas e duendes, histórias que se perdiam nas névoas do tempo.

De acordo ainda com Luz (2002), no auge da produção cafeeira, a “grande” Areias chegou a ter mais de 30 mil habitantes e dois jornais: o Areiense e O Mosquito.

Convém observar que, de acordo com Milliet (1982), o registro de 25.661 habitantes para Areias, em 1886, levou em consideração a soma das populações dos municípios de Queluz, São José do Barreiro, Pinheiros e, claro, Areias. Considerando somente o município de Areias, ainda conforme aquele autor, tem-se, em 1836, 9.369 habitantes. Não há registro em 1854, mas em 1886 a população caiu para 6.788 habitantes, chegando a 6.100 habitantes em 1920 e 5.770 em 1935. Na década de 1970, quando estivemos na cidade pela primeira vez, a informação era de uma população em torno de 4.000 habitantes. Neste sentido, acreditamos que Luz (2002) cometeu um engano exagerando no número de habitantes, mesmo entendendo que, ao citar a “grande” Areias, incluía aí também os municípios citados acima. **(ver planta 2 – anexo)**

Atualmente, Areias registra 3.571 habitantes (IBGE, 2007), numa área de 307 Km² **(ver foto 7)**.



Foto 7. Vista aérea de Areias
Fonte: Prefeitura Municipal de Areias, 1998.

Luz (2002) escreve que Areias começou sua rápida decadência no dia 13 de maio de 1888, com a lei que sancionou a abolição da escravidão no Brasil, pela princesa Isabel.

Com a surpreendente abolição da escravidão, mais de dois mil escravos, esforçados trabalhadores agrícolas, se retiraram da região, provocando esvaziamento comercial. Abandonaram o trabalho e, rumorosa e desordenadamente, se puseram a caminho do oeste paulista, desconhecido, mas promissor. (LUZ, 2002: 121).

Vale lembrar que, em 1888, a população escrava respondia por mais da metade dos habitantes do campo. A queda da produção cafeeira foi seguida, em 1907, por um surto de febre amarela e tuberculose, provocando alta mortalidade entre a população e obrigando até ao fechamento do Grupo Escolar, um dos poucos orgulhos da cidade.

Os sucessivos cortejos fúnebres de corpos envoltos em lençóis, transportados em carroças, entulhavam os cemitérios em covas improvisadas. O pânico levou inúmeras famílias, enlutadas e cansadas da sequência de maus acontecimentos, a

venderem suas propriedades e procurarem novas paragens bem distantes. (LUZ, 2002).

Ainda em 1907, veio morar em Areias, assumindo o cargo de promotor público, o advogado e escritor José Renato Monteiro Lobato. Ficou lá até 1911, quando morreu seu avô, o Visconde de Tremembé, e lhe deixou a “problemática” fazenda Buquira, para onde se mudou com toda a família.

Lobato deixou muitos escritos sobre Areias e as cidades do Vale Histórico da Bocaina, além, é claro, de suas produções famosas

Areias, com suas migrações, acelerou o processo de decadência, mas, apesar disso, muitas famílias tradicionais paulistas ali se encontravam: os Silva Leme, os Gomes dos Reis, os Pena, os Sampaio, os Maciel, os Junqueiras.

A cidade minguou. O café deslocou-se para o noroeste e oeste do estado e Areias, no dizer de Lobato (1995), passou a fazer parte das chamadas “cidades mortas”. Sobraram uma padaria, um açougue, uma botica, um hotel. Luz (2002, p. 127-128) escreve que:

Circunscrito a poucas vielas, ruas e praças, o comércio informal apresentava os vendedores de frangos e ovos caipiras, conduzindo as aves amarradas de cabeça para baixo; os amoladores de faca, o homem do realejo. Sem esquecer o “fazedor” de algodão doce, que com um centrifugador movido por pedais produzia a guloseima na hora.

Em 1907, o antigo Teatro, onde nos áureos tempos do século XIX até companhias italianas de ópera se exibiram, já ruíra, mas na cidade havia ainda esforçado grupo de atores amadores. Resistia também um ambiente musical apreciável, com pessoas que se exibiam regularmente em eventos artísticos. Pianistas, violinistas, cravistas. Apresentações até irrelevantes para uma cidade que, em tempos idos, tinha tido o Imperial Colégio de Música D. Isabel, cujo título fora conferido em pessoa pela princesa, que viajara especialmente da corte para esse fim.

Areias, em 1907, possuía ainda um carnaval famoso e as ruas ainda iluminadas por lampiões a gás, de origem belga. Ali registrou-se, também em 1908, uma das longas paradas do Conde Lesdain, na primeira viagem de automóvel entre Rio de Janeiro e São Paulo, num percurso que incluía o caminho do Vale Histórico da Bocaina, na Estrada Rio – São Paulo. A aventura demorou quase quarenta dias entre escalas e panes, de março a abril de 1908, mas terminou com sucesso na capital paulista.

Na atualidade, Areias conserva muitos casarões ou solares da época áurea do café: o sobrado que hoje aloja a Prefeitura Municipal de Areias, antigo solar do major Leme, construído nos meados do século XIX; o atual Hotel Santana, solar construído em 1798, por Gabriel Serafim da Silva, no qual pernitoou o príncipe D. Pedro I, em 1822, na sua viagem para São Paulo, quando proclamou a independência do Brasil. O mesmo solar serviu de quartel para as tropas paulistas, na Revolução de 1932. No prédio da antiga Câmara e Cadeia, erguido em 1833, hoje funciona a Fundação Cultural de Areias. Há ainda o prédio da antiga Santa Casa de Misericórdia de Areias; o casarão onde morou Monteiro Lobato; a emblemática Velha Figueira, onde os tropeiros se abrigavam e em cujo local se deu o início do povoado de Santana da Paraíba Nova, na beira do Caminho Novo, hoje Via dos Tropeiros. Infelizmente, a mais que centenária figueira morreu e foi retirada no fim da década de 1990.

Imponente, a Igreja Matriz de Santana, de Areias, no nosso entender, a mais importante do Vale Histórico da Bocaina, mereceria uma atenção especial dos órgãos de defesa do Patrimônio. Possui um belo acervo de arte sacra, incluindo a escultura de madeira do Nosso Senhor Morto, que beira a perfeição e data do século XVIII. Sua construção inicial data de 1792, com o término das obras em 1874, tendo sido reformada em 1890. O seu sino maior tem a fama de ser ouvido a longa distância. Suas paredes de taipa e de estuque medem mais de 2 metros de espessura **(ver foto 8)**.



Foto 8. Igreja Matriz de Sant'Ana, em Areias
Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 2006.

Os areienses se orgulham também de sua produção artesanal de cachaça. Areias produz também milho, feijão, batata, um pouco de cana e o alho, como cultura de inverno.

Na área do município, divisa com o de Silveiras, encontram-se as nascentes do rio Paraitinga e, a três quilômetros da cidade, na direção de São José do Barreiro, encontramos a Represa do Funil, que fornece água para produção de energia para a barragem do mesmo nome.

Areias está a 180 Km da capital paulista e dista cerca de 30 Km de Silveiras, 12 Km de Queluz e 23 Km de São José do Barreiro. É interessante que o topônimo Areias derive do tupi “haie”, que significa “atalho”. Mas, conta a tradição que na localidade havia um areial que os tropeiros usavam para retirar areia e preencher os sacos de ouro, deixando apenas uma camada superficial de ouro sobre a areia, de modo a burlar os postos de fiscalização da Coroa Portuguesa. Não seria aí a origem do famoso “jeitinho” brasileiro?

5.3 – São José do Barreiro

Desde o século XVII, a partir do porto de Mambucaba e pelo rio do mesmo nome, os primeiros aventureiros e colonizadores já utilizavam antigas trilhas indígenas, subindo a vertente da Serra do Mar, em direção ao planalto e às terras mineiras.

A partir das montanhas mineiras, de Pouso Alto, em direção a Mambucaba, pelos caminhos já conhecidos, o alferes José Gomes dos Santos; o Sargento-Mor João Ferreira de Souza e seus cunhados, os capitães Fortunato, José e João Pereira Leite, com seus agregados e familiares, se detiveram em uma localidade de difícil passagem, em especial na época das chuvas, um atoleiro que os obrigou a pousar.

Esses primeiros colonizadores fundaram naquela localidade, em território pertencente a Areias, um pequeno arraial. Como era passagem de tropeiros, e o atoleiro na época das chuvas e das cheias os obrigava a ficarem ali detidos, foram construídos ranchos que, mais tarde, fizeram surgir um pequeno arraial. Em 1820, uma capela dedicada a São José foi erguida. A migração de mineiros, para a localidade, logo se fez sentir, devido aos bons solos e ao clima ameno, além da

proximidade do porto de Mambucaba, para o qual convergia grande movimento do comércio de São Paulo e Minas Gerais.

Sobre este assunto, Luz (2002, p. 172) escreve que:

A trilha era a principal rota utilizada pelas tropas que partiam do litoral carregadas com peixe seco, cachaça, farinha e sal, mercadorias que eram comercializadas ao longo das Minas Gerais, e depois faziam o caminho inverso, ao escoar até os portos ouro e diamante extraídos na região, para embarcá-los com destino à Europa.

Por muito tempo foi usada clandestinamente, como forma de fugir dos impostos da Coroa Portuguesa, e apenas contrabandistas se aventuravam por ela, dispostos a enfrentar até a fúria dos índios guaianazes. Enfrentavam também a topografia do caminho que, embora mais curto que o oficial, apresentava-se mais difícil, por causa das inclinações acentuadas de certas montanhas.

A chamada “Trilha do Ouro” ou “Trilha dos Mineiros” tem seu início em São José do Barreiro. São aproximadamente noventa quilômetros de extensão, atravessando toda a Serra da Bocaina, descendo a vertente em direção ao porto de Mambucaba. Por volta de 1790, este caminho foi quase totalmente calçado pelas mãos escravas, de tal forma que tornasse a viagem das tropas mais segura. A Coroa Portuguesa tornou este caminho oficializado, criando postos de arrecadação e controle ao longo do trajeto. Entretanto, o ciclo aurífero, no começo do século XIX, já chegara ao seu fim e a estrada passou a ser um escoadouro para o café produzido no Vale do Paraíba e na região da Bocaina.

São José do Barreiro recebeu os foros de Freguesia em 1842 e de Vila em 1859, desmembrando suas terras de Areias e Queluz. Tornou-se cidade através da Lei Provincial de março de 1885. É curioso que, por um decreto estadual de novembro de 1938, a cidade passou a denominar-se simplesmente Barreiro. Somente em 1953, uma outra lei devolveu-lhe o nome de São José do Barreiro. A cultura cafeeira já havia atraído para a região do barreiro muitos agricultores, antes mesmo de São José do Barreiro se firmar como um simples arraial.

O Sargento-Mor José Ferreira de Souza, desde 1817-1818, já era proprietário da Fazenda Pau D'Alho, onde, a partir de 1822, passou a plantar café. A propriedade dista cerca de três quilômetros de São José do Barreiro e está a cavaleiro da Via dos Tropeiros, à direita da direção de São José. Cercada de muros altos, ornada de palmeiras imperiais, mais parece um castelo no meio do “mar de

morros”.

O príncipe D. Pedro I, na sua jornada de 14 dias, feita entre a Corte e São Paulo, pernitoou na Pau D'Alho. Atualmente, é tombada pelo patrimônio histórico nacional, propriedade que é do governo federal, transformada em Museu do Café.

A Igreja Matriz de São José do Barreiro é outra edificação de interesse histórico e cultural. Começou a ser construída em 1865, sob o mando do coronel João Ferreira de Souza, antigo Sargento-Mor, e um dos pioneiros fundadores da cidade. A construção, com o frontispício que lembra a arquitetura neoclássica, foi concluída em março de 1891. Em seu interior, lembra Luz (2002), existe uma imagem de Nossa Senhora de Soledade, em tamanho natural, vinda de Portugal, e na sua capela-mor jazem os restos mortais dos fundadores da cidade, o coronel João Ferreira de Souza e sua esposa, Maria Rosa de Jesus **(ver foto 9)**.



Foto 9. Igreja Matriz de São José do Barreiro

Fonte: ANTONIO FILHO, F. D, 2006.

Sob a administração da Diocese está o antigo cemitério, construído em 1860, com túmulos de mármore, alabastro, bronze e imagens produzidas por artistas europeus. No Cemitério dos Escravos ou Cemitério Velho, construção feita pela mão

escrava, encontram-se túmulos de pessoas da nobreza da época e também os últimos escravos negros de São José do Barreiro. Foi usado até o início do século XX, quando então foi interditado. Durante muitos anos, este memorável cemitério sofreu intensa deterioração, inclusive o magnífico acesso, feito por uma larga escadaria de pedra, de mais de quarenta degraus. **(ver foto 10 e 11).**



Foto 10. Túmulo do Cemitério Velho
Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 1996.

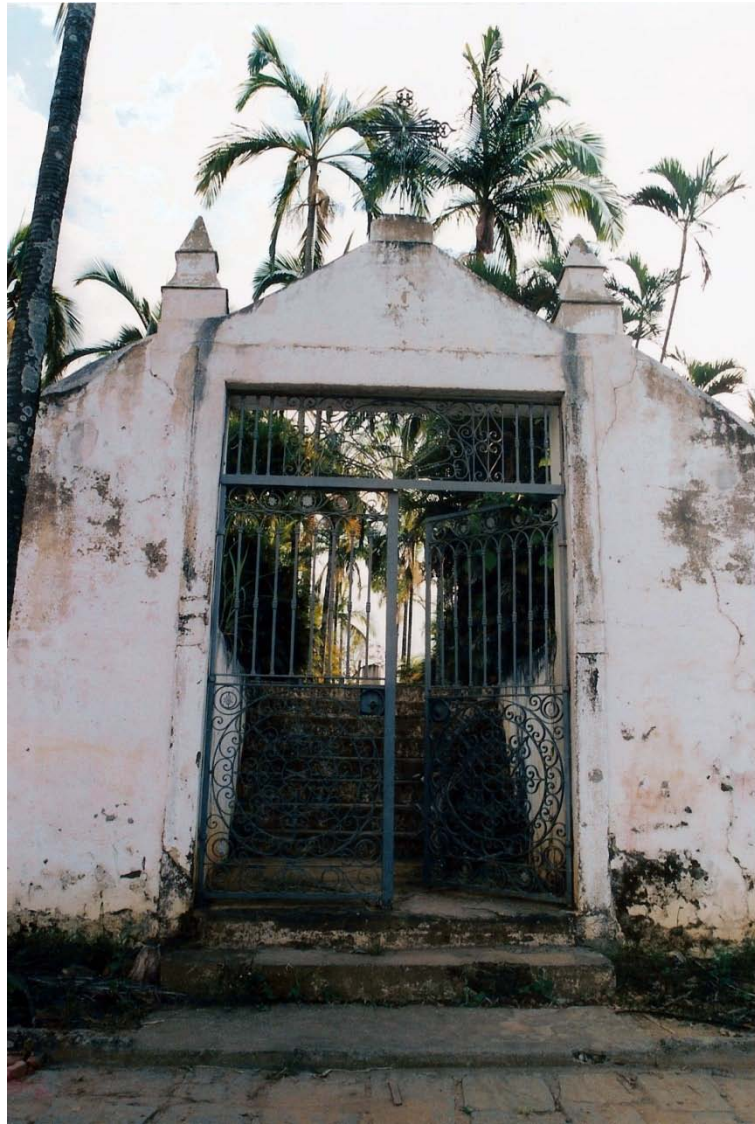


Foto 11. Portão de entrada do Cemitério Velho ou dos Escravos
Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 1996.

Durante a Revolução de 1932, o cemitério que está situado num nível acima da cidade, foi local de instalação de tropas paulistas. A aviação das forças federais, usando o famoso avião denominado “vermelhinho”, bombardeou a área, danificando muitos dos belos e requintados túmulos, acelerando, a partir daí, o processo de degradação do cemitério, que se acentuou com o tempo.

Na atualidade, ainda sob a administração da Igreja Católica, sofreu uma ampla reforma, das escadarias até os muros e o portão de entrada. Mas, ainda encontramos a sua parte interna completamente deteriorada.

Em São José do Barreiro, ainda podemos encontrar belos casarões ou solares, como o da família Maia Nóbrega, na Praça Quinze de Novembro, saída da cidade para Bananal. **(ver foto 12)** Nesta mesma praça, pode ser visto ainda o antigo teatro São José, inaugurado em 1926, adaptado para cinema e, hoje, fechado. **(ver foto 13)**

Outras construções de destaque em São José do Barreiro são o solar da

família Magalhães e a Casa da Câmara e Cadeia. **(ver foto 14)**



Foto 12. Casarão em São José do Barreiro

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2006



Foto 13. Antigo teatro São José

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2006



Foto 14. Antigo solar em São José do Barreiro

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2006

Entre 1902 e 1903, Euclides da Cunha, lotado como engenheiro do 2º Distrito de Obras, da Superintendência de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, com sede em Lorena, tinha a missão de vistoriar e, se preciso fosse, restaurar estradas vicinais, pontes e edificações públicas, na área do Vale Histórico da Bocaina, não servido pela linha férrea. Além de Lorena, chegou a morar uns tempos em Areias. Em São José do Barreiro, reconstruiu estradas rurais e pequenas pontes destruídas por enchentes e deu inúmeras opiniões técnicas, como no caso da restauração de uma das paredes da cadeia pública da cidade.

No decorrer do tempo, São José do Barreiro perdeu população. De acordo com Milliet (1982), São José tinha 3.916 habitantes em 1854, 7.070 em 1886, 4.879 em 1920 e 7.445 habitantes em 1935. Entre as décadas de 1960 e 1970, quando estivemos na cidade pela primeira vez, a informação passada foi de uma população de 6.500 habitantes. **(ver planta 3 – anexo)**

Atualmente, São José do Barreiro, com seus 4.278 habitantes (IBGE, 2007) e 571 Km² de área do município, busca uma saída para reavivar sua economia através do ecoturismo, apesar de ainda incipiente. A cidade tem atraído muitos praticantes de trekking, feito principalmente ao longo da antiga Trilha do Ouro, numa caminhada

de três a quatro dias, atravessando a Serra da Bocaina até o litoral, em Mambucaba. Como a entrada principal para o Parque Nacional da Bocaina é atingida a partir de São José do Barreiro, a subida da serra proporciona, à altura de 1.800 metros, rampas para voos de asa delta, atraindo centenas de aficionados na prática deste esporte. É possível realizar ainda excursões até o ponto culminante da Serra da Bocaina, o Pico do Tira-Chapéu, a 2.088 metros do nível do mar. A cidade está a 510m de altitude.

Os barreirenses orgulham-se muito dos atrativos naturais do entorno da cidade, como belas cachoeiras (Santo Isidro, do Veado, da Mata, da Usina, o Cachoeirão) e matas virgens. Em razão de tantos atrativos, São José do Barreiro foi reconhecida como Estância Turística, em 1998.

A cerca de 10 Km, em direção a Bananal (distante 75 Km), pela Via dos Tropeiros, encontramos o distrito de Formoso, pertencente ao município de São José. Nesta localidade, situa-se o Clube dos 200 (inicialmente destinado a 200 sócios, depois aberto para o público), famoso hotel-fazenda, inaugurado em 1928. Em suas dependências encontram-se vitrais importados e lustres de cristal. Foi um ponto de referência na Velha República, no Estado Novo e no período imediato do pós Segunda Guerra Mundial. Parada obrigatória de viajantes ilustres que ali se hospedaram, como os presidentes Washington Luiz, Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, além do Marechal Rondon e o jornalista e magnata Assis Chateaubriant, entre tantos. Muitas reuniões e acordos políticos foram realizados ali. (MAIA ; MAIA, 1988).

Com a revitalização da Via Dutra, no início dos anos 1950, o Clube dos 200 viu seu movimento declinar. A agora velha Estrada Rio – São Paulo, o velho Caminho dos Tropeiros, o antigo Caminho Novo da Piedade a Santa Cruz, perdeu o sentido de uso e o trânsito foi escasseando. Muitos postos de abastecimento foram fechados e aquelas paragens esquecidas.

Revivendo esse momento histórico, Lobato (1995, p. 25) escreveu:

A cidadezinha onde moro lembra soldado que fraqueasse na marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com os olhos saudosos pousados na nuvem de poeira erguida além. Desviou-se da civilização. O telégrafo não a põe à fala com o resto do mundo, nem as estradas de ferro se lembram de uni-la à rede por intermédio de humilde ramalzinho.

Na atualidade, o hotel-fazenda Clube dos 200, depois de décadas de decadência, inclusive com o encerramento de suas atividades, foi adquirido por um grupo budista (2006), que está, aos poucos, tentando revitalizá-lo e fazê-lo voltar às atividades hoteleiras.

5.4 – Bananal

Há registros que afirmam a presença dos índios puris, na região do curso médio do Rio Paraíba, em 1540, num trecho que vai de Guaratinguetá, Barra Mansa, até Bananal. Chegaram ali expulsos pelos goitacases, grupo indígena que ocupava o baixo curso do rio Paraíba, numa região que vai de Campos a São João da Barra, com domínios que se estendiam para o norte e para o sul do litoral brasileiro.

A origem do nome Bananal vem de “Banani”, que na língua dos Puris significa “rio sinuoso”. Mas, não foram os índios que atrasaram a distribuição de terras e ocupação da região compreendida hoje pelas cidades do Vale Histórico da Bocaina **(ver foto 15)**.



Foto 15. Rio Bananal. Esgotos, poluição e uso inadequado das margens, problemas que podem se agravar.

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 1996

A distribuição de sesmarias ao longo do Caminho Novo sofreu atraso, no trecho da Capitania de São Paulo, conforme explica Rodrigues (1980, p. 53), por outro motivo:

Em carta ao Rei, datada de 16/11/1728, Rodrigo Cesar de Menezes anunciava a conclusão dos trabalhos de abertura do Caminho Novo, no trecho da Capitania de S. Paulo; entretanto, o trecho fluminense sofria delongas devido à oposição dos jesuítas de Santa Cruz à passagem do caminho por suas terras. Necessário se tornou ordem terminante do Rei (24/4/1733) para compeli-los à obediência.

Assim, a distribuição de terras ao longo do Caminho Novo, em sesmarias, em Bananal só se verificou a partir de 1762, “embora essas terras já estivessem ocupadas, sem licença, por vários anos”. (RODRIGUES, 1980)

Na região próxima ao longo do caminho novo, além de Bananal, surgiram ranchos e pousos para atender aos tropeiros, que mais tarde deram origem às localidades de Pouso Seco, Rancho Grande, Cachoeirinha e Capitão-Mor (atual Arapeí). Muitas roças e benfeitorias foram surgindo nas proximidades destes locais e, mediante solicitação dos posseiros para as autoridades, foram aos poucos legalizando as terras ocupadas, em sesmarias.

O sesmeiro João Barbosa de Camargo, morador no Retiro (distante apenas um quilômetro da cidade atual, que hoje se constitui num bairro de Bananal), obteve suas terras em 1780. A pedido de sua esposa, Maria Ribeiro de Jesus, em 1783 ergueu uma capela em suas terras, dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento, que logo se tornou referencial e padroeiro da incipiente localidade. Por tal motivo, João Barbosa e sua esposa são considerados os fundadores de Bananal.

Como a capela atraísse cada vez mais as pessoas das redondezas e mesmo viajantes, e o local fosse de difícil acesso, mormente no período chuvoso, em 1809 foi transferida para outro local. O novo local, doado por André Lopes Corrêa, genro de João Camargo, desta vez em local acessível, corresponde exatamente ao local onde está edificada a atual Igreja Matriz de Bananal. (RODRIGUES, 1980). De acordo com Luz (2002), a edificação do templo é de 1811 e foi feita em taipa de pilão (**ver foto 16**).



Foto 16. Igreja Matriz de Bananal

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2002

A Freguesia de Bananal foi criada em janeiro de 1811, ligada ao município de Lorena. Em novembro de 1816, o distrito de Bananal foi transferido do termo da Vila de Lorena para o município de Areias. O desmembramento só ocorreu em julho de 1832, quando Bananal foi elevada à categoria de Vila e sua instalação verificou-se em 17 de março de 1833. Por força de Lei Provincial, Bananal recebeu os foros de cidade em abril de 1849.

O município possui 616 Km² e a cidade está situada a 454 m do nível do mar, num vale largo cercado de morros **(ver foto 17)**.

Na época do café, em pleno Império, Bananal chegou a ter em torno de 18 mil habitantes, sendo metade de escravos negros. Num retrospecto, com base em Milliet (1982), Bananal tinha, em 1836, cerca de 6.599 habitantes; em 1886, no auge populacional já mencionado, chegou a 17.654 hab., caindo para 11.507 em 1920 e depois crescendo para 12.932 habitantes em 1935. Na década de 1970, quando fomos, pela primeira vez, às cidades do Vale Histórico da Serra da Bocaina, Bananal tinha 14 mil habitantes. Caiu para 13 mil, em torno do ano 2002. Atualmente, segundo dados do IBGE (2007), são 10.233 habitantes. O município incluía, desde 1944 até dezembro de 1991, o distrito de Arapeí. Bananal foi considerada uma Estância Histórica e Turística a partir da década de 1990. **(ver planta 4 – anexo)**



Foto 17. Vista geral da cidade de Bananal

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2002

Se entre os séculos XX e XXI, a cidade perdeu população, no início de sua formação, de arraial a povoado e daí para Vila e Cidade, o crescimento foi rápido, principalmente durante o período cafeeiro. Em pouco tempo, a cobertura florestada que cobria a região foi devastada e substituída por imensos cafezais.

O traçado do Caminho Novo, ao chegar à zona urbana de Bananal, descia a rua do Fogo (ainda hoje entrada da cidade para quem vem da direção de S.Paulo e cujo nome atual é Presidente Washington Luiz); para transpor o rio Bananal, passava à esquerda da ponte atual, cruzando o rio a vau e ganhava os terrenos baldios da margem direita do rio, mais tarde chamados de rua da Praia, em nível inferior ao da futura “rua de Baixo” (posteriormente Cel. Magalhães Couto, depois Prudente de Moraes e hoje Ernani Graça) até encontrar o Pátio do Rosário e atravessá-lo pelo lado esquerdo e seguir pela rua do Rosário (depois Boa Vista, Benjamim Constant e hoje avenida Bom Jesus) para atravessar o córrego do Lava-Pés um pouco acima de sua confluência com o rio Bananal. Seguiu desse ponto para transpor os terrenos do “Corta Pescoço”, onde se localiza a Santa Casa, e seguir daí para o “Arranca Barba” em direção do Rancho Grande e Rio de Janeiro. (RODRIGUES, 1980, p. 54-55).

Mais tarde, foi construída uma ponte no fim da rua do Fogo, sobre o rio Bananal. Construída de Madeira, sobre pilares resistentes às enchentes do rio Bananal, tinha cobertura e passagens laterais para pedestres. Com a Revolução

Constitucionalista, em 1932, a ponte foi muito danificada pela passagem da artilharia pesada e, posteriormente, foi substituída pela atual.

A principal rua da cidade (atual rua Manoel de Aguiar), aberta sobre um grande atoleiro, ligava-se à ponte sobre o rio Bananal. Esta rua tornou-se a preferida dos comerciantes e dos abastados da cidade para nela construírem suas casas de comércio, no térreo, reservando os sobrados para suas residências. (RODRIGUES, 1980).

Ainda segundo Rodrigues (1980), ao longo do Caminho Novo, passando pela região de Bananal, as famílias que ali se estabeleceram eram originárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Houve também, entre 1762 e 1820, grupos familiares procedentes de Portugal e da França. Ainda no século XIX, em torno de 1836, Bananal recebeu imigração de origem chinesa. Os sírios - libaneses chegaram em 1910. Isso tudo, sem citar a imigração africana, forçada e sem dúvida a mais numerosa, que chegou à região nos primórdios de sua ocupação pelos colonizadores brancos.

Em 1854, Bananal conseguiu o título de maior produtor de café do Brasil. A paisagem do município era de milhares de cafeeiros, em fileiras paralelas, enfeitando as encostas onduladas dos morros. (LUZ, 2002).

A riqueza proveniente do café trouxe a Bananal um período de grande opulência, materializado num modo de vida e nos casarões, solares e outras edificações, não só na cidade, mas também nas fazendas do município.

Entre essas edificações, podemos salientar a Estação da Estrada de Ferro, importada da Bélgica, construída com chapas de aço, pré-fabricadas. Os assoalhos originais são de pinho-de-riça e foi inaugurada em 1889. **(ver foto 18)**. Comprada por iniciativa dos fazendeiros do município, além da estação, os trilhos, a máquina a vapor, os vagões para transporte de carga e passageiros. Fazia a ligação com Barra Mansa, onde passava a Estrada de Ferro D. Pedro II (mais tarde Central do Brasil), e escoava o café das fazendas para o porto do Rio de Janeiro. Foi desativada em 1964 e, quando a visitamos pela primeira vez, em 1975, estava totalmente deteriorada, tomada pelo mato. Nos meados de 1985, teve início sua restauração pelo CONDEPHAAT, servindo, desde então, como Estação Rodoviária, Centro Cultural, além de abrigar a Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura. **(ver foto19)**.



Foto 18. Antiga estação ferroviária de Bananal (importada da Bélgica)
Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2002



Foto 19. Locomotiva da antiga linha férrea de Bananal (em frente à Estação)
Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2002

Luz (2002) denuncia que a devastação das matas, no Brasil, tem muita relação com o uso da lenha para alimentar as locomotivas a vapor. Mas, declara o autor, que também alertou e alimentou a idéia de promover o reflorestamento com o eucalipto e o pinus da Austrália/Nova Zelândia e África do Sul.

O Sobrado de Dona Laurinha é uma das mais antigas construções da cidade, datado de 1811, e ali se reuniu, pela primeira vez, o Tribunal do Júri, em abril de 1836. A edificação apresenta um excelente estado de conservação, tendo sido restaurada por sua proprietária Laura Gomes Sciotta, daí o nome do sobrado (**ver foto 20**). No seu interior há móveis e utensílios de época e na parte externa, voltada para a praça da Matriz (o sobrado fica numa esquina), possui uma raridade árabe, um muxarabiê, espécie de balcão mourisco de rótula, para ver quem está na rua e não ser visto. (**ver foto 21**) No seu térreo, por muitos anos havia um artesanato de crochê feito com barbante cru, mas, ao que consta, foi desativado.



Foto 20. Sobrado da Dona Laurinha, construção de 1811
Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2002



Foto 21. Balcão mourisco de rótula – Muxarabiê

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2002

O antigo prédio da Santa Casa, com características neoclássicas, cuja construção data de 1851, perdeu sua originalidade numa das reformas. Ao fundo, tem um cemitério da antiga Irmandade da Santa Casa, no qual estão sepultados nobres e aristocratas do café.

Zaluar (1975, p. 43), em sua peregrinação pela Província de São Paulo, ao passar por Bananal, entre 1860 e 1861, referiu-se da seguinte forma à Santa Casa de Misericórdia da cidade:

A Casa de Misericórdia, a melhor e mais grandiosa de todas as construções públicas de Bananal, está ainda por se concluir, deteriorando-se, e com pouca esperança de prestar desde já os socorros para que foi instituída.

O Solar de Manuel Aguiar Vallim, de 1855, com características neoclássicas, pertenceu ao Comendador Vallim, grande produtor de café e político, proprietário de várias fazendas. O sobrado ocupa, praticamente, toda uma face da antiga praça do Largo, hoje Praça Rubião Junior, onde se encontram a Igreja do Rosário e o Fórum e Cadeia. Possui 16 portas que se abrem sobre uma sacada de gradil e no seu interior apresenta pinturas de autoria de Villaronga. Nos tempos áureos recebeu

dignatários e personalidades do Império, como o Conde d'Eu. O solar já abrigou, ao longo do tempo, um Grupo Escolar, a Coletoria do Estado e a Prefeitura de Bananal. Por um longo período, ficou praticamente em ruínas, mas foi restaurado em anos recentes. O seu salão nobre apresentava uma curiosidade, as paredes eram removíveis para dar lugar e espaço às grandes festas e bailes da aristocracia cafeeira. **(ver foto 22)**



Foto 22. Velhos sobrados (antigo solar do Comendador Vallin), deteriorados e abandonados. Atualmente (2008) o edifício acima foi totalmente recuperado
Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 1996

A Farmácia Popular (Pharmacia Popular), existente e em funcionamento ininterrupto desde 1830, foi reformada, ao que parece, no final do século XIX. Fundada pelo boticário francês Tourim Mosnier, recebeu o nome de “Pharmacia Imperial”, mudando seu nome para “Popular” com o advento da República. Passou por vários proprietários até chegar às mãos do farmacêutico Ernani Graça, cujos descendentes a administram atualmente. Bem conservada, mantém os balcões, máquina registradora e todo o acervo da época. É considerada a mais antiga farmácia do país, em funcionamento ininterrupto. Fica situada na rua principal de comércio da cidade, rua Manoel Aguiar **(ver foto 23)**.



Foto 23. Farmácia Popular, a mais antiga do país em funcionamento desde 1830
Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2002

O Solar de Luciano José de Almeida, comendador e fazendeiro, construído em 1847, pertenceu a D. Maria Joaquina de Toledo Sampaio, conhecida como a “Matriarca do Bananal”. Em 1928, sob propriedade do inglês Robert Passing, foi instalado um hotel – Hotel Brasil – que se tornou famoso ponto de parada e local de grandes eventos artísticos, sociais e políticos da cidade.

Tanto Rodrigues (1980) como Luz (2002) criticam severamente a incúria, a irresponsabilidade, o pouco caso e a falta de espírito público de inúmeros prefeitos e políticos que, no afã de promover a “modernidade” e o “progresso”, não impediram a demolição de inúmeros prédios que representavam símbolos importantes para as cidades do Vale Histórico da Serra da Bocaina. Quando não, muitos proprietários, com a conivência do poder público, simplesmente deixavam o tempo se encarregar de destruir os belos casarios, solares e edificações importantes, que se arruinaram devido à total falta de conservação ou de vontade de seus proprietários em mantê-los ou do poder público em se interessar ou se responsabilizar por tais edificações. As cidades do Vale Histórico, desta forma, ao longo do tempo, por diversos motivos, perderam parte de sua história. As antigas construções deram lugar a edificações

modernas, sem significado ou mesmo com aspectos descaracterizadores do conjunto urbanístico/arquitetônico.

Ainda com relação a Bananal, duas histórias, entre muitas outras, tornaram-se emblemáticas no decorrer do tempo. Alguns autores, como Maia; Maia (1988), confirmam; outros, como Luz (2002), desmentem categoricamente. A primeira é o fato de Bananal, nos tempos da opulência cafeeira, dar-se ao luxo de possuir, por um determinado tempo, moeda própria. A segunda história é a de que Bananal, ou seja, os fazendeiros de Bananal chegavam a avalizar empréstimos obtidos pelo Governo Imperial, junto aos banqueiros ingleses.

Sobre as moedas de Bananal, que dizem terem sido cunhadas nos porões da Fazenda Resgate, diz Luz (2002) que se trata de um exagero. Nada mais eram do que fichas de cobre, com diâmetros e valores variados, que serviam para facilitar pagamentos. O comendador Vallim as mandou cunhar para solucionar uma crise de moedas divisionárias nacionais, cuja escassez prejudicava o fluxo de dinheiro nos guichês da Estrada de Ferro, no comércio e nas fazendas. Chegou a ser aceita, além de Bananal, em Barra Mansa e até na praça do Rio de Janeiro, com certas ressalvas. Diz Luz (2002) que o uso de tal moeda perdurou até por volta de 1918, mas, não se tratava de um dinheiro oficial de Bananal. Hoje, os raros exemplares são cobiçadas por colecionadores.

No caso dos empréstimos, ainda é Luz (2002) quem afirma que tal “boato” tem origem desconhecida, mas perdurou no tempo e que jamais foi comprovado. O que comprovamos, de fato, é que, a partir de 1975, quando ali estivemos pela primeira vez, contando pouco menos de vinte anos à frente, houve a transformação do cristalino rio Bananal, piscoso e ainda limpo, num rio poluído e praticamente sem peixes. Próximo ao leito do rio, na margem da estrada que liga Bananal a Barra Mansa, o lixão compartilhado pelas duas cidades alimenta dezenas de excluídos e polui ainda mais o curso d’água e, certamente, as águas do lençol freático **(ver foto 24)**.

Apesar da cidade possuir um sistema de tratamento de esgoto que flui para as águas do rio Bananal (a montante do Lixão), conforme constatamos, não existe nenhum plano diretor que indique soluções e direcionamentos a médio e longo prazos. Certamente ainda há muito esgoto não tratado fluindo para os cursos d’água em todas as cidades do Vale Histórico da Bocaina e as ações de preservação e cuidados com o meio ambiente são episódicas e incipientes. Há total carência de

estudos específicos com relação às descargas poluidoras, descartes do lixo doméstico, preservação das matas ciliares e adequação dos tratamentos de água e esgoto. Faltam também políticas de valorização do patrimônio histórico e cultural, e as poucas que existem são mais levantamentos de interesse turístico. Em Bananal, pelo menos, já existe um centro de apoio ao turismo, na velha Estação Ferroviária, e um escritório na rua Manoel Aguiar, a principal da cidade, juntos num esforço para coordenar roteiros etc, apesar das deficiências ainda existentes.



Foto 24. Lixão (próximo a rodovia SP-64), entre Bananal e Barra Mansa (RJ). Sérios problemas ambientais

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2002

6 – HABITAÇÕES, VIDA COTIDIANA, COSTUMES E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

6.1 – As Habitações

O outrora chamado “Norte” paulista abrange toda a região do Alto e Médio Vale Superior do rio Paraíba, incluindo a sub-região da Serra da Bocaina, na realidade situada no extremo Leste paulista. A ocupação de toda essa área ocorreu, inicialmente, por pequenos agricultores, posseiros ou sesmeiros, que levavam uma vida difícil, devido ao isolamento e às precariedades nas comunicações e nas trocas ou obtenção de mercadorias ou produtos de primeira necessidade, como o sal, utensílios ou apetrechos para uso doméstico ou para o trabalho.

As habitações destes pioneiros eram rústicas, feitas de pau a pique barreado, com amarras de cipó e cobertura de sapé. A rusticidade era tal que dispensava os serviços de pedreiros, carpinteiros, serralheiros ou outros artífices. (WILLEMS, 1947).

Com o passar do tempo, ocorreu uma mudança paulatina na tradicional habitação rural, com o desaparecimento ou rareamento do sapé. Com o recuo das matas e das pequenas roças de subsistência, dando lugar aos imensos cafezais e, mais tarde, à pecuária, os sapezais foram substituídos pelo capim gordura.

Ainda segundo Willems (1947), ao descrever o mobiliário destas casas rurais, a simplicidade e a exiguidade caracterizavam o ambiente, até pelo menos o começo do século XX. Poucos móveis, cadeiras, mesas, bancos feitos toscamente. As camas inexistiam, eram apenas as “marquesas”, ou seja, cadres de madeira cobertos por esteiras ou um trançado de couro no lugar do estrado.

As cozinhas eram, dos cômodos, os lugares mais “descuidados” ou “sujos” da casa. Luz (2002) descreve “as casas mais simples e rústicas da roça”, na região da Bocaina, como quadriláteros de pau a pique, cobertos por sapé. Nas proximidades, uma bica de água e, no interior das casas, poucos cômodos, as portas e janelas de madeira lavrada e o chão de terra batida. Poucos e pobres móveis, toscos utensílios, como o local para fixação de velas e potes de barro. A cozinha era um puxado externo, no qual existia um fogão a lenha, feito com argila tabatinga, de forma arredondada e rebocado. Müller (1958) explica que os quartos e as salas, quando

melhores, em geral eram soalhados ou ladrilhados com tijolos vermelhos.

Stein (1961) também descreve essas casas como “utilitárias e toscas ao extremo.” “As paredes construídas com postes desbastados”, sem apuro e ripas de palmeiras trançadas com o cipó-de-São João. Toda essa estrutura tosca era então barreada para dar forma às paredes de pau a pique ou sopapo. A cobertura de sapé e o chão de terra batida, geralmente, apareciam mais nos cômodos dos fundos. As tulhas, onde se guardavam os alimentos ou estocavam os grãos colhidos, eram assoalhadas, de modo a preservar os cereais da umidade e dos roedores.

Müller (1958), ao escrever sobre as formas de “habitat” rural, afirma que na região do Vale do Paraíba paulista predomina o “habitat” rural disperso linear, ao longo das estradas ou dos cursos d’água. A dispersão absoluta ocorre nas áreas de pastoreio, como na Bocaina, no divisor de águas dos cursos Superior e Médio do rio Paraíba. Bastante comum também é a dispersão coagular ou em nebulosa, na qual se constitui o “bairro”. Ainda surgem os aglomerados ao redor das sedes das fazendas de café e os que constituem os povoados e arraiais. Nestes últimos, em geral, agrupam-se os arrendatários, os meeiros e camaradas, que não são proprietários de terras. Nestes núcleos, é possível encontrar também pessoas que não trabalham com a terra, como os donos das “vendinhas”. Entretanto, estes aglomerados são tipicamente rurais, ainda segundo Müller (1958).

Quanto à localização da habitação rural, Müller (1958) distingue três sítios mais comuns: na várzea, quando não há possibilidade de encontrar um local mais elevado e seco; em algum ponto elevado, mas próximo à várzea, dominando o curso d’água, que seria a solução mais desejada; e na meia encosta, em geral quando o vale é encaixado.

O traço comum, tanto nas cidades como na zona rural, em todo antigo Norte paulista, são as construções baixas, de cumieiras longas, cobertas de telhas goivas, aspectos estes registrados por Saint-Hilaire, Spix e Martius, e assinalados por pesquisadores modernos como Müller (1958).

Nas habitações urbanas, as construções eram feitas de taipa de pilão ou pau a pique, sendo comum uma combinação dessas duas técnicas. Os alicerces e as paredes externas feitas até certa altura de taipa, e as divisões internas e às vezes as paredes laterais (oitão) de pau a pique. A cobertura de telhas portuguesas, mais tarde francesas, tornou-se comum nas cidades do Vale Histórico.

A descrição minuciosa dessas casas, feita por Spix e Martius (1981), em sua

viagem pelo Vale do Paraíba e Bocaina, em torno de 1817, pode servir de parâmetro para a maioria das construções da região:

As casas em geral são raramente de mais de um pavimento, as paredes são quase que geralmente de vigas fracas ou ripas amarradas com cipós, barreadas e caiadas com tabatinga, que se encontra aqui e acolá, à margem dos rios; o telhado consiste em telhas côncavas ou tábuas finas de madeira, raras vezes de palha de milho descuidadamente colocadas, e nas paredes abrem-se uma ou duas janelas de rótula. O interior corresponde à efêmera construção e ao material pobre. A porta de entrada, em geral meio ou inteiramente de rótula, dá logo na peça principal da casa que, sem soalho e sem paredes caiadas, mais parece um paiol. Este compartimento serve de sala de estar e de visitas. A despensa e algum quarto contíguo para hóspedes ocupam o resto da frente da casa. Na parte dos fundos estão os quartos da mulher e do resto da família, que aqui, segundo o costume português, logo deve retirar-se para esses cômodos, quando chegam pessoas estranhas. Dessas peças passa-se à varanda coberta, que em geral, ocupa quase toda a extensão e dá para o quintal. Às vezes, também existe uma varanda idêntica na frente da casa. A cozinha, e o rancho dos empregados, em geral um pobre telheiro, acham-se no fundo do quintal, atrás da casa.

O mobiliário dessas casas limita-se igualmente ao estritamente necessário: amiúde, consiste, apenas, em alguns bancos e cadeiras de pau, uma mesa, uma grande arca, uma cama com tabuado assentado sobre quatro paus (jiraus), coberta com esteira ou pele de boi. Em vez de leitos, servem-se os brasileiros, quase por toda parte, de redes tecidas ou entrelaçadas (maqueiras), que, nas províncias de São Paulo e Minas, são mais fortes e caprichosamente feitas com fio de algodão branco e de cor. (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 127).

Nas casas mais ricas, em geral assobradadas, havia emprego misto das técnicas de taipa de pilão e pau a pique. Nestas, entretanto, encontramos mais requinte, como comprovam os inventários das antigas famílias, proprietárias de solares e sobrados nas cidades da região. (RODRIGUES, 1980; STEIN, 1961).

A presença de janelas envidraçadas, no século XIX, foi registrada por Spix e Martius (1981), em sua passagem pelo Vale do Paraíba paulista, em 1817. Barros (1967a) comenta que o paulista se preocupou em fabricar e colocar vidraças em suas janelas, já no século XIX, para se proteger das intempéries, com janelas que se fechavam em venezianas, que se erguiam de baixo para cima.

Os casarões urbanos, dos quais encontramos alguns belos exemplares em todas as cidades do Vale Histórico da Bocaina, eram edificadas sem recuo, com janelas que davam diretamente para as calçadas de lajes de pedra. Nos sobrados,

no andar superior, as portas-balcão, em geral, saíam para uma sacada ornada de um gradil. O interior desses sobrados e casarões urbanos era sombrio e opressivo. Alguns ficavam fechados na maior parte do mês, pois seus donos ficavam nas fazendas e só vinham às cidades nos feriados ou dias de festas. Suas salas ou salões só viam a luz nessas poucas ocasiões.

Sobre o mobiliário, Luz (2002, p. 240) escreve: “Móveis incômodos, cadeiras pesadas de espaldar alto, mesa de centro, aparador, além do conhecido conjunto austríaco, com assentos e encostos de palhinha trançada.” As paredes eram ornadas com quadros de imensas molduras. Completavam o ambiente o assoalho de tábuas largas, ricos tapetes, piano, escarradeira, porta-chapéus, lampiões a gás para iluminar as salas, móveis de mogno, estilo Biedermeier, oratório, pratarias, cristais, porcelanas, cristaleira.

Como não havia banheiro nem sanitários no interior das casas, era comum, para os raros banhos, os recipientes côncavos, de formato elíptico, para onde as mucamas traziam água quente direto do fogão de lenha. (LUZ, 2002). O que era entendido como sanitário ficava distante da casa, em lugar discreto e sombrio. O uso de urinóis de porcelana era comum e corriqueiro.

Com relação às fazendas de café, suas edificações e suas características, durante o século XIX, eram reproduções materiais quase idênticas à “cenarização sócio-econômica dos avelhantados engenhos de açúcar do nordeste”. (BARROS, 1967b).

Além da ampla casa-grande, construída sobre alicerces sólidos de pedras, reproduziam-se nas fazendas cafeeiras os mesmos elementos materiais que caracterizavam o antigo sistema socioeconômico, patriarcal e escravagista dos engenhos: ali estavam também as senzalas, as tulhas ou os telheiros de depósito, o monjolo, a enfermaria e a capela. Na mansão patriarcal, o requinte e o conforto.

Nas fazendas fluminenses e paulistas, na medida em que o café proporcionava altos lucros, os cafeicultores não mediam esforços em busca do luxo e do requinte que o dinheiro podia adquirir.

Não raro, algumas fazendas possuíam ricas bibliotecas, nas quais os jovens bacharéis, herdeiros daqueles faustos domínios, podiam, nos momentos de lazer, entreter o espírito. Continham também algumas salas de jogos, e muitos abastados fazendeiros contratavam, a peso de ouro, pintores, alguns estrangeiros e pretensamente famosos, para retratar a óleo membros da família ou decorar os

salões dos casarões das fazendas.

Uma das melhores descrições dessas fazendas de café e suas edificações, que caracterizaram uma aristocracia rural estabelecida na região do Vale do Paraíba paulista e no Vale Histórico da Bocaina, pode ser transcrita de Costa e Mesquita (1978), no estudo sobre os tipos de habitação rural no Brasil.

Nesta região o café atingiu sua plenitude, difundindo-se os cafezais no “mar de morros”. No interior do vale, sobre um terraço próximo ao rio, ou num alvéolo perto da queda d’água, situava-se a sede da fazenda. Por suas várias funções – residência do fazendeiro, alojamento de escravos, armazenadora e até mesmo religiosa – compõe-se um conjunto de construções, lembrando uma cidade em miniatura, com diferentes instalações e dependências, que a tornam um conjunto complexo, vultoso e em grande parte auto-suficiente, principalmente quanto à subsistência alimentar. Mas os produtos industriais tinham de ser comprados fora, por isso, algumas fazendas possuíam vendas, mas, mesmo assim, havia necessidade de um centro regional de abastecimento, servindo, inclusive, para pequenos sitiantes. Daí surgirem núcleos urbanos ao longo das vias de comunicação. Esses comerciantes representavam a classe média da região, intermediária entre os escravos e os grandes fazendeiros, Tal conjunto deixou, pela sua importância, traços ainda hoje encontrados no vale do Paraíba, embora a atividade rural dominante seja atualmente a da pecuária leiteira. (COSTA; MESQUITA, 1978, p. 17).

O conjunto já descrito anteriormente era formado de construções interligadas, fechando uma área calçada por grandes lajes polidas, o terreiro, no qual se faziam a lavagem e a secagem do café. Quando as construções não fechavam todo o terreiro, a sede da fazenda era então cercada por um muro com portão de ferro, trancado à noite.

A construção pesada, em geral apresentava, entre os alicerces de pedra e o assoalho, um porão, às vezes provido de janelas, dando à casa a aparência de dois pavimentos, embora algumas sedes realmente tivessem este segundo pavimento. Os porões, além de serem habitáveis, proporcionavam uma melhor ventilação à parte superior da casa. Mesmo as sólidas paredes de pau-a-pique, caiadas de branco, com barras mais escuras, refrescavam o ambiente interno.

Em geral, essas casas eram de quatro águas, cobertas com telha-canal, provindas da olaria da fazenda, formando um beiral que protegia as paredes externas. Quando sem forro, o telhado chamado de “telha-vã” proporcionava melhor circulação de ar.

Uma varanda, cujo acesso se dava por uma escadaria de madeira ou pedra, ornada de grades de ferro, era comum nas fachadas dos casarões, sendo local ideal para o dono observar o terreiro de café. Na fachada, janelas envidraçadas apareciam em grande número, tipo guilhotina, comumente pintadas de azul, como as portas, quase sempre de uma folha só.

Na frente da casa, o salão nobre, a saleta e a capela de um lado; do outro, inúmeros quartos. Dois corredores, um de cada lado, davam para o pátio interno, pavimentado e ajardinado. No meio, uma grande sala de jantar se abria para ambos os lados e para a ala de trás da casa. Ali ficavam a cozinha, os fornos e a despensa.

Inexistiam banheiros na maioria das fazendas. Comuns eram as bacias para banhos e o uso de urinóis, com ou sem tampa, aqui já citados. Algumas fazendas possuíam cozinhas externas, ao ar livre, nas quais era preparada a comida dos escravos.

Os móveis dos casarões das fazendas mais ricas eram peças sóbrias e elegantes, produzidas em madeira de lei, e era comum nos espaldares das cadeiras, sofás e otomanas, o uso da palhinha. As mesas de jantar possuíam tábuas sobressalentes, o que as tornavam “elásticas”. Porcelanas, pratarias, tapeçarias, em geral importadas, davam a dimensão de luxo e requinte ao ambiente. A iluminação era feita com base em velas e lâmpadas de óleo de mamona. (COSTA; MESQUITA, 1978).

A senzala ficava situada no perímetro em torno do terreiro e, em geral, era uma edificação baixa, longa e sem apuro, apesar das paredes caiadas. O chão era de terra batida, com aspecto lúgubre. Os escravos casados se alojavam em cubículos sem janelas, enquanto os solteiros ficavam em senzalas separadas, sem divisória interna e com um grande número de portas, para facilitar a saída para o trabalho. Em geral, a localização das senzalas ficava no nível do terreiro ou dos porões da casa-grande. A única senzala localizada num patamar superior ao terreiro, a qual conhecemos pessoalmente, foi a da fazenda Pau D’Alho, próxima a São José do Barreiro, hoje tombada pelo patrimônio histórico e pertencente ao Governo federal – atual “Museu do Café”. **(ver foto 25)**

Nas fazendas mais ricas, havia também instalações para marcenaria, ferraria, sapataria, olaria e enfermaria.



Foto 25. Senzala da Fazenda Pau D'Alho

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2006

6.2 – Vida Cotidiana

No século XVIII, de acordo com Barros (1967a), em São Paulo, dois tipos de profissionais se destacavam: o lavrador e o tropeiro.

Willems (1947), ao relatar as atividades econômicas da região de Cunha e, por extensão, pode-se compreender todo o vale do Paraíba e da Bocaina, na primeira metade do século XX, cita a agricultura, a pecuária, o comércio, o funcionalismo público e o artesanato.

No século XIX, é possível resgatar, com base nestes autores e no relato de viajantes, como Saint-Hilaire (1974), Zaluar (1975) e Spix e Martius (1981), as primeiras profissões e atividades econômicas existentes ou praticadas na região. Uma delas era a do lavrador, dono ou não da terra, pequeno ou grande, sendo este último o fazendeiro de café, que eventualmente podia exercer, concomitantemente, outra profissão. O fazendeiro cafeicultor podia exercer algum posto político ou uma profissão liberal, como médico ou advogado, por exemplo. Havia ainda o peão, que trabalhava exclusivamente com animais, nas fazendas ou como membro de tropa;

os inúmeros profissionais ligados ao comércio, desde o dono do estabelecimento, o empregado balconista, até o caixeiro-viajante, que representava as firmas comerciais, as quais vendiam no atacado para o comércio a varejo, e também as importadoras comerciais nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro. Entre os profissionais liberais de nível mais alto, encontravam-se o médico, o advogado, o boticário e o professor, e entre os de nível mais baixo, o barbeiro, seleiro, sapateiro, oleiro, ferreiro, alfaiate, parteira, artesão. Eram funcionários públicos os juizes, políticos, policiais, promotores, militares, delegados e também professores. Por último, havia ainda os cartorários e um grande número de elementos burocratas que exerciam suas atividades ligadas ao Estado Brasileiro. Neste caso, até os padres católicos poderiam ser considerados funcionários públicos, na medida em que recebiam proventos do Estado Brasileiro. Somente com o evento da República (laica), foi que a Igreja Católica perdeu o status de religião oficial e as mordomias recebidas até então.

O professor, mesmo de nível elementar, possuía grande prestígio social e era comumente um cargo cobiçado, nomeado por decreto para exercer seu magistério. A escola, frequentada pela classe mais abastada ou mesmo a classe média, nas cidades, só se tornou prática comum, secular e pública, a partir da Assembléia Constituinte de 1823, que permitiu a abertura de escolas de instrução primária, independente de autorização prévia. Até então, o ensino estava nas mãos da Igreja. Em 1827, o Governo Imperial criou a instrução pública primária obrigatória, quebrando o monopólio da Igreja sobre o ensino. Nos primeiros anos, houve muita resistência por parte das famílias ricas, que mantinham seus filhos nas fazendas, sob o cuidado de tutores, que em geral eram os capelães. Nas cidades, a resistência foi menor. (BARROS, 1967b).

Escreve Willems (1947) que “na roça muitos pais consideravam a escola como inutilidade [...] e muitos pais só colocavam seus filhos na escola para serem “controlados e disciplinados” pelos mestres. O castigo severo era permitido e havia consenso de sua “necessidade pedagógica”.

Em Bananal, a Câmara Municipal, em sessão de 22 de agosto de 1834, entre outras atividades, nomeou, como autoridade, o professor público de letras Francisco Antonio Moura (RODRIGUES, 1980).

Zaluar (1975), na sua passagem por Silveiras, em 1860, afirma a existência de duas escolas públicas de instrução primária: uma para o sexo masculino, com 26

alunos, e outra para o sexo feminino, com “poucas educandas”. Ainda em Silveiras, observou a existência de uma escola pública de instrução secundária, frequentada por 10 alunos. Em São José do Barreiro, Zaluar cita uma escola de ensino primário e um colégio para meninas, mantido pela população. Em Areias, Zaluar encontrou duas escolas públicas de instrução primária: uma para meninos, com 61 alunos, outra para meninas, com 26 alunas. Em Bananal, o viajante encontrou duas escolas particulares para meninos, com 20 alunos, e uma escola pública para meninas, com “uma ou duas educandas”.

Não era incomum as famílias mais ricas mandarem seus filhos estudar fora. Em Barra Mansa, em Taubaté ou Lorena, ou mesmo em São Paulo ou no Rio de Janeiro, em geral os filhos varões tinham esse privilégio. As filhas solteiras estudavam, no máximo, até o ensino primário. No final do século XIX e início do século XX é que as mulheres chegaram a cursar a Escola Normal, surgida em 1841, em Niterói- RJ.

Com relação aos filhos homens, se a família não dispunha de recursos para bancar os estudos, o destino certo, no caso dos pequenos e médios comerciantes, era o jovem trabalhar ajudando nos negócios para, mais tarde, se possível, continuar as atividades como herdeiro.

Ao se referir às atividades comerciais, no século XIX, na Província de São Paulo, Barros (1967b, p. 506) escreve que:

Em São Paulo, o ciclo do comerciante, isto é, aquele em que a economia produtora principiou a se subordinar ao comércio urbano, iniciou-se no meio do século XIX. A partir do ano cinquenta, o comércio do planalto deixou de ser mercador, evitando transacionar unicamente com bens de consumo pessoal. Até aí o comércio paulista girava por intermédio do negociante, do comitente, do mascate, todos mercadores sem livros para escriturar as transações, desfalcados de qualquer organização comercial.

É ainda Barros (1967b) quem divide o comércio oitocentista, na Província de São Paulo, nos seguintes termos: o comércio miúdo, a varejo, direcionado à venda de artigos de consumo e serviços de uso pessoal ou doméstico; o comércio médio, dedicado à venda de máquinas, utensílios e adubos para a lavoura; e o alto comércio, como no caso do café, que estava atrelado e dependia do financiamento e do crédito, no processo de compra e venda.

Willems (1947) lembra que, no caso das mulheres, até a década de 1940,

poucas eram as ocupações por elas exercidas, principalmente se essas mulheres pertenciam às classes inferiores. Depois da abolição dos escravos (1888), algumas dessas mulheres puderam exercer trabalho remunerado de lavadeiras, empregadas domésticas, carregadeiras de águas ou verduras.

Luz (2002) lembra que, mesmo após o 13 de MAIO, muitas famílias abastadas ainda mantinham “mucamas submissas”, fato que constatava que “uma ordem social não se inverte do dia para a noite”.

Na classe média era comum, de acordo com Willems (1947), as mulheres terem como fonte de renda a costura de roupas, isso a partir do século XIX, entrando no século XX. Em Bananal, ainda no século XIX, com a construção da Estrada de Ferro, algumas mulheres trabalharam na Estação, nos setores de telegrafia e contabilidade. (LUZ, 2002).

Outro elemento marcante na região do vale do Paraíba e da Bocaina, desde o século XVIII, chegando ao século XX, foi a figura do mascate. No início, portugueses e até italianos faziam do ofício o contato entre o litoral e os longínquos rincões interioranos. O ofício de mascate chegou ao final do século XIX e início do XX nas mãos dos sírios e libaneses, chamados erroneamente e de modo pejorativo de “turcos”. Desde as mulheres simples, moradoras de pequenos sítios, até as senhorinhas e senhoras, filhas e esposas dos ricos “coronéis” e comendadores, todas aguardavam ansiosamente pelo mascate, e sempre tinham pedidos a fazer. Alguns viajavam no lombo de burros ou em carroças, nas quais transportavam suas mercadorias para comercializar nos povoados, nos sítios, nas fazendas e mesmo nas cidades, concorrendo com a lojinha estabelecida. O mascate era introdutor das novidades e das “modernidades” que vinham da Metrópole ou mesmo de outras praças européias: tecidos, perfumes, e toda sorte de quinquilharias úteis e inúteis, mas também os remédios para curar certas doenças comuns.

Stein (1961) relata que, já em 1864, o número de mascates era tão grande que chegou a provocar queixas “exageradas” por parte do comércio de tecidos.

Eles enchem as ruas, as estradas, os terreiros das fazendas, as cozinhas, e até as senzalas; uma onda de italianos com suas malas e malas de mão, sem domicílio ou lar; e, na qualidade de pequenos mascates ou pombeiros, pagam apenas vinte mil-réis por uma licença. Não têm despesas e podem vender suas mercadorias mais barato por não terem nada a perder, nem reputação nem crédito por que zelar, enganam aqui, e mudam-se para lá, e, quando conseguem

um pecúrio que pode fazer-lhes a felicidade, voltam para a terra natal. (STEIN, 1961, p. 108).

Ainda segundo Stein (1961), havia mascate especializado em sapatos, folhas de flandres e aguardente. Em geral e para começar, o mascate cooptava a família do fazendeiro, expondo artigos para o público feminino, como tecidos, fitas, jóias e miudezas. Alguns vendiam até bilhetes de loteria; outros, artigos de ouro e prata, diamantes e “condecorações”, que os barões recém-titulados podiam ostentar na lapela.

Com relação às doenças mais corriqueiras, os boticários tinham uma espécie de manual para consultas: o “Formulário Chernoviz”, publicado regularmente de 1830 a 1924, de acordo com Luz (2002). Nele constavam informações sobre ervas e plantas medicinais e aromáticas, indicações de medicamentos, diagnósticos e outras novidades.

Entre os males mais comuns, no meio rural, destacava-se o bicho-de-pé. As cólicas, prisão de ventre, convulsões, “tosse comprida”, eram igualmente comuns. Temida era a eripsela, doença endêmica no Brasil, cujas consequências podiam chegar à elefantíase ou lepra. Num relatório provincial de 1851-1852, registrava-se também a pneumonia, bronquite, reumatismo, angina, tétano, apoplexia, úlceras escorbúticas e gangrenosas, inflamações hepáticas, sarampo, catapora, diarreias, disenterias, sífilis. (STEIN, 1961).

Na zona cafeeira, tanto paulista como fluminense, a tuberculose fazia vítimas tanto entre os senhores como entre os escravos. Spix e Martius (1981, p.128) registraram, em sua passagem pelo Vale do Paraíba paulista, o bócio. *“Entre os habitantes dessa região observa-se uma inchação endêmica da glândula tireóide em tão alto grau, como nunca talvez aconteça na Europa”*.

Surtos de febre tifóide, febre amarela e outras epidemias, como a varíola, não eram de todo incomuns. Luz (2002) cita que, em 1907, Areias sofreu um surto de febre amarela e tuberculose, tendo pouco antes conhecido uma epidemia de varíola. No cemitério “novo”, na entrada da cidade de São José do Barreiro, no caminho que vem de Areias, existe uma ala de sepulturas de vítimas da febre amarela. O mesmo ocorre no cemitério municipal de Bananal.

A varíola não deixou por menos, ceifou milhares de vidas no interior paulista, desde o século XVIII. Chamada de “bexiga”, confundiu físicos e cirurgiões-

sangradores no século XVIII e médicos do século XIX.

Saint-Hilaire (1974), na sua passagem pelo Vale do Paraíba e região da Bocaina, ficou horrorizado com as cenas de mulheres catando piolhos umas nas outras.

Stein (1961) lembra que, na primeira metade do século XIX, em caso de doença numa fazenda isolada, lançava-se mão dos recursos locais: os remédios caseiros e consultas a pessoas livres ou escravos com fama de curandeiros.

Para certas doenças, o uso das “bichas” (sanguessugas) para fazer “sangria” era comum, até a primeira metade do século XIX.

Além das sanguessugas, outras intervenções médicas comuns até os anos 1900 eram o clister (injeções de água no reto); a purga (beber algum óleo que promovesse a limpeza do intestino, ou seja, diarréia); e o sinapismo (uso de compressas com alguma papa sobre as costas ou o peito do doente). Como as papas usadas deviam estar quentes, era comum que elas causassem queimaduras. (SOALHEIRO, 2006, p. 112-113)

Na São Paulo oitocentista, em toda a Província, a maioria dos partos era feita por parteiras, “a comadre”, “a aparadeira”, cujas habilidades e conhecimentos empíricos eram aprendidos e repassados na prática. Barros (1967a, p 262) escreve que:

Um pormenor sugestivo, que bem ilustrava o prestígio da parteira nos tempos antigos, era o costume instituído e respeitado de albergá-la na intimidade do lar durante a convalescença da parturiente. Nesse período atribulado, a “comadre” assumia ditatorialmente a direção da casa, providenciava tudo, revolucionava os hábitos rotineiros da família, receitava contra seio rachado ou febre, escolhia dieta e contratava ama de leite, esta, geralmente, uma negra sacudida, dessas paridas de pouco tempo.

6.3 – Costumes

Saint-Hilaire (1974), na sua passagem pelo Vale do Paraíba, em 1822, descreve as vestes dos habitantes da região, como reflexo da própria miséria em que viviam. “As mulheres trazem a cabeça descoberta e os cabelos na maior desordem.” Enquanto as mulheres trajavam uma camisa de algodão grosso, em

geral rasgada e suja, como único vestuário, os homens vestiam calça e camisa de algodão e colete de lã. As crianças, com as roupas quase sempre em farrapos. Contudo, os mais ricos, o francês descreve-os como “decentemente vestidos”.

Stein (1961) descreve o vestuário dos senhores e escravos, durante a primeira metade do século XIX, como “simples”, e somente nas ocasiões especiais, como podemos observar através dos retratos da época, as famílias se vestiam no estilo europeu. Os escravos vestiam roupas confeccionadas com “tecido grosso”, o mesmo usado para fazer os sacos para o transporte de café.

Dentro de suas casas, as mulheres e filhas dos fazendeiros vestiam-se com simplicidade. Os homens, calça de brim com camisa de algodão ou linho. As visitas inesperadas tinham de esperar, na sala de entrada, antes de serem recebidas pelos donos da casa, vestidos adequadamente e de forma cerimoniosa.

Willems (1947), por sua vez, afirma que a população urbana também apresentava simplicidade no vestir. No caso da população rural, o uso do “poncho”, como única peça de lã a ser vestida, nos períodos de muito frio, parece ter se difundido em todas as classes sociais. E mesmo quem tinha recursos para adquirir “roupas variadas”, satisfazia-se com calça e camisa remendadas. Mesmo no inverno, homens e mulheres andavam descalços, eles sem paletó e elas somente com um vestido de chita.

Luz (2002, p. 235) descreve o vestuário dos frequentadores das viagens de trem, nos vagões de primeira classe, “considerados prolongamento dos grandes salões sociais dos privilegiados da corte Imperial. Ou da República”. O figurino masculino era o paletó de alpaca e a calça de linho, de cor clara. Camisa peito duro, colarinho com as pontas reviradas e os punhos ornados com abotoaduras chamativas. A gravata, as polainas e o chapéu, todos pretos. O lenço branco, o olhar solene e os cabelos engomalinados. Viscondes, barões, coronéis, comendadores e respectivas famílias se acomodavam nas ricas poltronas.

As senhoras, segregadas, sem autorização para deixar fluir os sentimentos, resignadas em obedecer sem transgredir, usavam, nos luxuosos vagões, chapéus copados com plumas e flores, presos à cabeça por milagre, ou por estiletes que varavam os coques. Os coletes de barbatanas comprimiam fortemente as cinturas, adelgaçando-as, possibilitando as tais “cinturas de vespas”.

Barros (1967a) menciona que no Brasil oitocentista, fosse em qualquer lugar,

a mulher continuava a ser submissa e despersonalizada, como nos tempos coloniais. Em São Paulo, ela era “excessivamente retraída e calada”. E durante o século XIX, a cor predominante dos compridos vestidos era escura, e sobre eles se sobrepunha um xale de seda preta.

Capistrano de Abreu (2000), em seu livro *Capítulos de História Colonial*, já escrevia que “as mulheres poucas vezes saíam a público”, e que, aos dezoito anos, atingiam a maturidade completa. A mulher brasileira, diz ele, “alguns anos mais tarde torna-se corpulenta e até pesadona.”

Stein (1961) lembra que nas fazendas de café, da segunda metade do século XIX, as meninas aprendiam a bordar, costurar, fazer crochê, doces e bolos. E, uma de suas tarefas era vigiar as cozinheiras, copeiras e arrumadeiras da fazenda. E se na geração anterior, poucas haviam aprendido a assinar o nome e a fazer contas das despesas, às filhas, principalmente dos mais abastados, foi dada a oportunidade de aprender a ler, escrever, tocar piano e falar francês. Tais habilidades, contudo, eram vistas pelos mais práticos como “inutilidades”.

Essa educação produzia esposas, mães e avós, com o descortino limitado pelas divisas das propriedades paternais ou, quando muito, de toda a sua família. Quebras da monotonia da vida de fazenda ocorriam quando os aniversários, batismos e casamentos forneciam oportunidades às filhas dos fazendeiros de visitarem os avós, tios e tias; primos de primeiro, segundo e terceiro grau; e de exibirem seus trabalhos de agulha e bordados, ou talvez algumas jóias. (STEIN, 1961, p. 183)

Nas festas religiosas, o comum era a mudança com toda a família para suas residências na cidade, onde então participavam das cerimônias religiosas. Os sobrados da cidade eram abertos para recepções, cujo intuito era aproximar-se da sociedade local, isto é, da classe social mais abastada. Ademais, era o momento para sondar os elementos casadouros e entabular futuros arranjos matrimoniais para os filhos. Afinal, o amor era secundário e o importante era a igualdade de níveis sociais e financeiros.

Os meninos, diferentemente, desde a infância, meninice e adolescência, nas fazendas, tinham maior liberdade e, em geral, conviviam com os filhos de escravos da mesma idade.

Ainda Barros (1967a) afirma que as mulheres brasileiras, no século XIX, independentemente se fossem venerandas matronas ou jovens saindo da

puberdade, “vestiam-se quase da mesma maneira” e viviam quase sempre “encoviladas orientalmente nos quartos de dormir”. Fora de casa, restringiam-se à visitação das igrejas. Mesmo no lar, quem estabelecia o horário das refeições não era a mulher, mas, sim, a profissão do marido.

Se no início do século XIX, a mesa do paulista, habitante do planalto, não se apresentava tão variada como a do comerciante do Rio de Janeiro ou do Senhor de Engenho do Nordeste, era, porém, abundante. (BARROS, 1967a).

Em São Paulo, a presença de sopa, mesmo nos meses frios, era bem menor do que nas mesas do Nordeste ou do Rio de Janeiro. E até os dez ou quinze primeiros anos do século XX, a alimentação, nos meios rural e urbano, consistia em feijão, papa de milho (canjiquinha), torresmo, carne de porco, arroz roxo, farinha de mandioca e café com farinha de milho. Nas famílias mais pobres, o feijão, a canjiquinha e o café com farinha de milho perduraram até os meados do século XX. (WILLEMS, 1947).

Barros (1967a) inclui ainda, na mesa paulista, a galinha, os legumes, o toucinho, tomates e couve. A carne bovina e o pão eram produtos pouco comuns, antigamente, e somente após a segunda metade do século XX começaram a ser consumidos com mais frequência pelas populações paulistas, tanto rurais como urbanas.

Stein (1961), ao comentar o cotidiano alimentar das fazendas de café, recorda que as cozinheiras começavam a labuta antes do sol nascer: o café, a rapadura e o angu de fubá correspondiam às primeiras refeições, inclusive dos escravos, que comiam em cuias ou em pratos de estanho, nas fazendas mais ricas. Nos dias frios e chuvosos, o café era substituído por pequenas doses de caninha, cuja fabricação acontecia na própria fazenda. O jantar era servido às quatro horas da tarde.

Luz (2002) comenta sobre a excepcional culinária das mulheres de Silveiras, na elaboração de doces, o que deu fama à cidade desde o começo do século XX. Nas festas e banquetes, principalmente os oferecidos pela aristocracia cafeeira, por ocasião de algum evento, como o casamento de um filho ou uma filha, não havia medidas de economia. A fartura e o requinte se entrelaçavam. Não havia o costume de celebrar aniversários, principalmente entre as famílias de poucos recursos e os moradores mais pobres do meio rural. Entre a nobreza há registros de comemorações dos “anos”, mas quase sempre aliadas a um batizado ou casamento, pretexto para banquetes pomposos. (BARROS, 1976b).

Bueno (2007, p. 46) escreve que:

À medida que o café ia gerando muitos cifrões e fazendo seus barões, o verbo “civilizar-se” passou a ser constantemente conjugado pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas do Brasil - a ponto de se tornar uma obsessão. Nos dicionários da época, o termo era associado à “cortesia”, “urbanidade”, “polidez”, “boas maneiras”, “etiqueta” e, é claro, ao “asseio pessoal” – ou seja, a tudo que se opunha à rusticidade das camadas menos favorecidas da população.

Com o passar do tempo, há de se notar, pelos registros dos historiadores e outros observadores da vida social do nosso país, que houve, de fato, uma melhora nos hábitos de higiene pessoal, tanto na rua como na mesa, em especial. Mas, ainda assim, na segunda metade do século XIX, não havia banheiros no interior das residências e mesmo no Rio de Janeiro, capital do Império, o calçamento de paralelepípedo só chegou em 1853; a rede de esgoto foi implantada em 1862 e a água corrente domiciliar em 1864.(BUENO, 2007).

Em 1879, em Bananal, foi colocada a primeira pedra do chafariz de ferro para uso da população, que ainda não contava com água encanada domiciliar. Encomendado à Fundação Central, pertencente à empresa Alegria & Cia, do Rio de Janeiro, de acordo com Luz (2002), foi inaugurado em 1880 **(ver foto 26)**.



Foto 26. Chafariz na praça da Matriz de Bananal

Fonte: ANTONIO FILHO, F.D. 2006

Spix e Martius (1981, p.127) observaram, em sua passagem pelo Vale do Paraíba paulista, que “tampouco encontra o viajante em parte alguma poços, e tem que servir-se para todos os fins de águas pluviais ou água de fonte ou de rio”. Ainda no século XIX, a figura das “carregadeiras de água” surgiu para suprir a demanda, nas cidades, para as famílias mais abastadas.

Outro costume da época, na região do Vale do Paraíba paulista e no Vale Histórico da Bocaina, era a viagem da fazenda para a cidade, descrita por Rangel (1944). Como a maioria dos fazendeiros morava nas suas fazendas, iam à cidade mais a negócios ou por questões políticas, raramente a passeio. Por ocasião das festas, como da Semana Santa, era comum a família toda vir para a cidade. Além de numerosa, a família ia seguida de amas, mucamas e outros auxiliares. A viagem era feita em carros de boi, devidamente preparados. Num trajeto de duas ou três léguas, comumente gastava-se um dia inteiro. No trajeto, próximo a uma fonte ou um córrego, parava-se para o almoço, tendo no farnel virado de feijão, galinha assada com farofa de ovo, lombo de porco, filhote de pombo, cabrito ou leitoa, ou, às vezes, paca. Comida típica sertaneja.

Rangel (1944) lembra ainda que as visitas a parentes ou vizinhos eram feitas

no sábado ou vésperas de dia santo, e o retorno só ocorria depois do feriado ou do dia de descanso. O fazendeiro, chefe da família, vinha a cavalo, enquanto as mulheres e crianças no carro de boi ou a pé. Se montada, a mulher usava o silhão (sela onde, de saia, senta-se de lado) e os meninos, não raro, iam carregados dentro dos jacás dos cargueiros. Os menores, para manter o equilíbrio das cestas (jacás), tinham como contrapeso uma pedra ou coisa parecida.

À noite, já nas residências da cidade, havia o terço, puxado pela dona da casa, cuja reza “todos acompanhavam, do patrão até o pretinho, do menino branco à negra velha”. (RANGEL, 1944). Depois, lavavam-se os pés antes do café-com-leite, acompanhado de bolão, bolo frito, farinha de milho ou fubá torrado etc. Os domingos eram também dedicados aos passeios ou às caçadas. Parece que não existia tanta monotonia como nós, hoje, podemos imaginar.

6.4 – Relações de Produção

Em 4 de setembro de 1850, sob pressão da Inglaterra, foi sancionada a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico negreiro. Os efeitos sobre o mercado de mão-de-obra escrava, segundo Sodré (1970), não foram de grande monta. Além do crescimento vegetativo, suficiente para atender à demanda, explica Stein (1961, p.23-24) que:

Depois de proibido o tráfico negreiro em 1850, os capitais até então empregados no comércio de escravos africanos inundaram o mercado de investimentos, vendo os fazendeiros seus recursos crediários aumentarem da noite para o dia, ao mesmo tempo em que dobravam de valor seus haveres constituídos de escravos.

Numa sociedade escravocrata, como a do Brasil nos séculos XVIII e XIX, o escravo era mercadoria e instrumento de produção, por consequência, a própria força produtiva. Neste sentido, as forças produtivas compreendem os meios de produção, criados pela sociedade; os instrumentos de trabalho; “bem como os homens, tendo a experiência da produção, a prática do trabalho e realizando a produção dos bens materiais”. (PODOSSETNIK; SPIRLKINE, 1996).

Durante o Império, a aristocracia rural, em especial a cafeeira e escravocrata, dominava amplamente o aparelho de Estado, a despeito das divergências em seu seio. Essas divergências relacionavam-se ao câmbio, ao sistema político, à implantação de reformas, como a do trabalho escravo, do processo eleitoral, da organização judiciária e do aparelhamento militar (SODRÉ, 1970).

Os primeiros fazendeiros de café, tanto na baixada fluminense como no planalto paulista, na região do vale paraibano, tinham como objetivo precípua, enriquecer materialmente, acumular o máximo de bens pelo domínio das áreas desbravadas e cada vez mais expandidas, sem qualquer critério, sobre a mata original. Não havia, nestes pioneiros, qualquer intento de aprimoramento espiritual ou cultural. O que gastavam em alimentação e vestuários era muito pouco. A educação dos filhos era relegada totalmente. O mais importante era o dinheiro que o café lhes trazia. Toda a renda era investida na compra de escravos negros. E sua riqueza e vaidade eram medidas pelo número de escravos e de pés de café que possuíam. (LAMEGO, 1963).

As gerações seguintes desta aristocracia cafeeira já haviam modificado substancialmente sua “visão do mundo”, seus valores e interesses, e suas relações com o poder se refinaram. Para essa nova aristocracia rural,

A Fazenda constituía-se no meio de ganho e o lucro produzido devia ser gasto nas cortes, na ostentação do luxo urbano dos salões. A terra devia proporcionar ao fazendeiro o lucro necessário para formar os filhos nas escolas superiores, tornando-os aptos a participar da vida política da nação. Os pais almejavam transformar os filhos em homens urbanos, afrancesados ou britanizados, não cuidando de prepará-los para a continuidade das tradições patriarcais. (BARROS, 1967b, p. 431)

A administração das fazendas não exigia dos filhos dos fazendeiros nenhum período de aprendizagem. A adolescência, conquanto livre e sem responsabilidade, era breve, e se não fosse direcionada para os estudos preparatórios, culminava em casamento precoce. O jovem então era favorecido pela conservação da riqueza na própria família. Essa maturidade econômica precoce resultava do fator de continuidade da propriedade, herdada ou doada, na transmissão de pais para filhos: terras e escravos.

A mentalidade dos filhos da aristocracia rural também foi herdada da velha mentalidade, dominante na superestrutura da sociedade brasileira do século XIX. Na

impossibilidade de explicar as profundas causas e efeitos da escravidão, por razões objetivas, a consciência popular foi amplamente alimentada por abstrações: o brasileiro era preguiçoso nato, gostava do luxo, do ócio e não do negócio; o clima tinha influência anestesiante, e os recursos naturais eram tão abundantes que tornava-se desnecessário o esforço do trabalho, etc. Sodré (1970) afirma que essas abstrações têm por base uma “tendência aristocrática”, e, transformadas em preconceitos, criaram no espírito do brasileiro estereótipos que resistem até nossos dias.

As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. (MARK; ENGELS, 1986, p.72)

Considerando que as relações de produção correspondem ao principal papel no conjunto do sistema de relações sociais entre os homens, constituem-se elas “a base econômica da sociedade” (PODOSSETNIK; SPIRKINE, 1966). É sobre essa base que surgem as idéias sociais, os costumes, as instituições políticas, jurídicas, culturais, religiosas e outras, constituindo a chamada superestrutura. Sempre uma superestrutura corresponde a uma certa base, que é a infraestrutura de uma dada sociedade.

Neste sentido, numa sociedade cujas relações de produção se expressam na exploração do homem pelo homem, as idéias e instituições dominantes servem para “justificar”, como algo “natural”, as relações de desigualdade social, política, econômica e cultural. Esses fundamentos de exploração e desigualdade também “justificam” como “natural” as relações predatórias desta mesma sociedade com relação à natureza, explorando-a, exaurindo seus recursos de forma irracional e inconsequente, poluindo, agredindo e desrespeitando, transformando-a em mercadoria.

A força produtiva do trabalho escravo foi, assim, expropriada pela classe dos senhores fazendeiros de café. Marx ([197-]), em sua obra *O Capital*, escreve que a história da expropriação foi inscrita nos anais da humanidade a sangue e fogo. A expropriação escravocrata no Brasil não foi diferente.

As idéias da inferioridade do negro, uma das formas para “justificar” o sistema escravocrata, muito provavelmente não tiveram influência de Gumpłowicz, entre os fazendeiros de café. Talvez, em algum momento, tiveram a influência das idéias do Conde de Gobineau.

Ludwig Gumpłowicz, sociólogo e economista austríaco-polonês, nasceu em 1838 e morreu em 1909. Foi um dos ideólogos da teoria do Conflito e Teoria do Racismo, considerando a luta entre as raças como fator fundamental para o desenvolvimento histórico, prevendo a vitória incontestável das “raças superiores”. Escreveu *A Luta das Raças*, em 1892, e *Sociologia e Política*, em 1898. Sua influência, no Brasil, foi maior entre a intelectualidade, como em Euclides da Cunha. Mas, essa influência ocorreu, possivelmente, em leitores do francês, do alemão ou do inglês, particularmente a partir do último decênio do século XIX e começo do século XX, exercendo, na Europa, grande influência na ideologia nazista, a partir dos anos 20 do século XX.

Já do Conde de Gobineau, título nobiliárquico de Joseph Arthur Gobineau, diplomata e escritor francês, a influência sobre a aristocracia rural pode ter ocorrido. Gobineau nasceu em 1816 e morreu em 1882. Foi embaixador da França no Brasil e muito amigo de D. Pedro II. Escreveu *A Desigualdade das Raças Humanas* (1853-1855), na qual desenvolve uma teoria pseudocientífica de superioridade da raça nórdica. Influenciou vários intelectuais brasileiros, entre os quais Oliveira Vianna. Existe a possibilidade dos filhos da aristocracia rural, que frequentaram a academia, terem entrado em contato com as idéias de Gobineau, ainda na segunda metade do século XIX. (Nota-se que as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife surgiram em 1827). Contudo, as idéias que embasavam o sistema escravocrata, certamente vieram do colonizador europeu, no nosso caso, o português. A submissão do indígena foi sucedida pela do negro, trazido à força da África, que, no início da colonização das Américas, nem o “status” de humanidade lhe era reconhecido.

Seu ser normal era aquela anomalia de uma comunidade cativa, que nem existia para si nem se regia por uma lei interna do

desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontades e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de carga e as mulheres como fêmeas animais [...]

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação de seus interesses. (RIBEIRO, 1995, p. 117-118).

Saint-Hilaire (1974) registrou o caso de uma mulher fazendeira que o tratou com toda deferência e meiguice, mas aos escravos dispensava uma violência assustadora. Stein(1961) também escreve sobre esse tipo de comportamento contraditório. Para os brancos, o fazendeiro mostrava-se atencioso e piedoso, mas para o escravo era “duro e muito cruel”, “pois se recusava a ver nele a natureza e a dignidade do homem.” Vía no escravo algo “pouco mais do que um objeto animado, um instrumento, um apetrecho, uma máquina.”

O chicote representava o mais visível símbolo da autoridade do senhor sobre o escravo. E os castigos eram aplicados pelo feitor, raramente pelo senhor, pessoalmente. Os escravos incorrigíveis e rebeldes, ou eram vendidos para longe ou simplesmente mortos a mando do fazendeiro. Motta Sobrinho (1968) relata sobre o grande número de suicídios entre os escravos, principalmente do sexo feminino, e para encobrir o crime dos senhores, “o escravo era suicidado” com a conivência policial.

Stein (1961) lembra que os casos de indisciplina ou reações individuais de escravos, em geral, podiam ser prontamente controlados, dentro das proporções razoáveis. O temor maior que aterrorizava os senhores e suas famílias, durante todo o período da escravidão, era a insurreição, a reação coletiva.

A violência física e a opressão moral a que eram submetidos levaram inúmeros escravos a empreenderem desesperadas fugas. Se capturados, eram-lhes impostos terríveis castigos. **(ver fig. 2)**

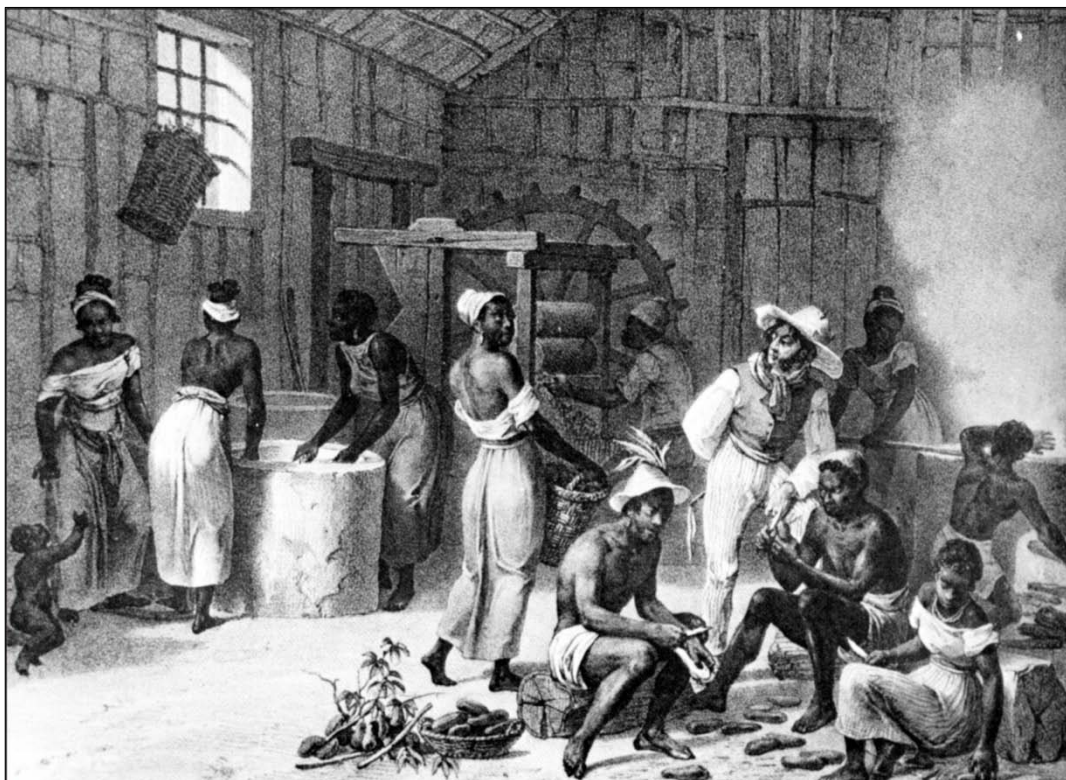


Figura 2. Escravos em trabalhos nas fazendas (Rugendas 1980)

Na literatura pertinente à época cafeeira, na região do Vale Histórico da Bocaina, não há registro de quilombos, para os quais certamente os escravos fugitivos se dirigiriam. Mas, registros existem de escravos que fugiram. Por exemplo, no inventário da Baronesa de Bela Vista, aberto em 1873, está inscrita, no conjunto das propriedades levantadas, a existência de 158 escravos, “inclusive 4 morféuticos, um inválido, sete fugidos e dez ingênuos”. (RODRIGUES, 1980, p. 175).

Entretanto, ao pesquisarmos dados referentes ao Parque Nacional da Bocaina, encontramos onze referências de núcleos de populações quilombolas, no chamado “sertão” da Bocaina (PARQUES, 1999).

O número de escravos também era muito variável por proprietário. O comendador Luciano José de Almeida, proprietário de várias fazendas de café na região, por ocasião de sua morte, tinha mais de 1.800.000 pés de café e cerca de 810 escravos. (RODRIGUES, 1980).

Assim, todo este contexto se resume na explicação de Marx:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. (MARX, 2000, p. 52).

7 – O CAFÉ E O PERÍODO DA OPULÊNCIA NO VALE HISTÓRICO DA SERRA DA BOCAÍNA

7.1 – Aspectos Econômicos, Sociais, Históricos e Ambientais da Fase Cafeeira

Há inúmeras controvérsias quanto à entrada do café no Estado de São Paulo, em especial na região do Vale do Paraíba e no Vale Histórico da Serra da Bocaina .

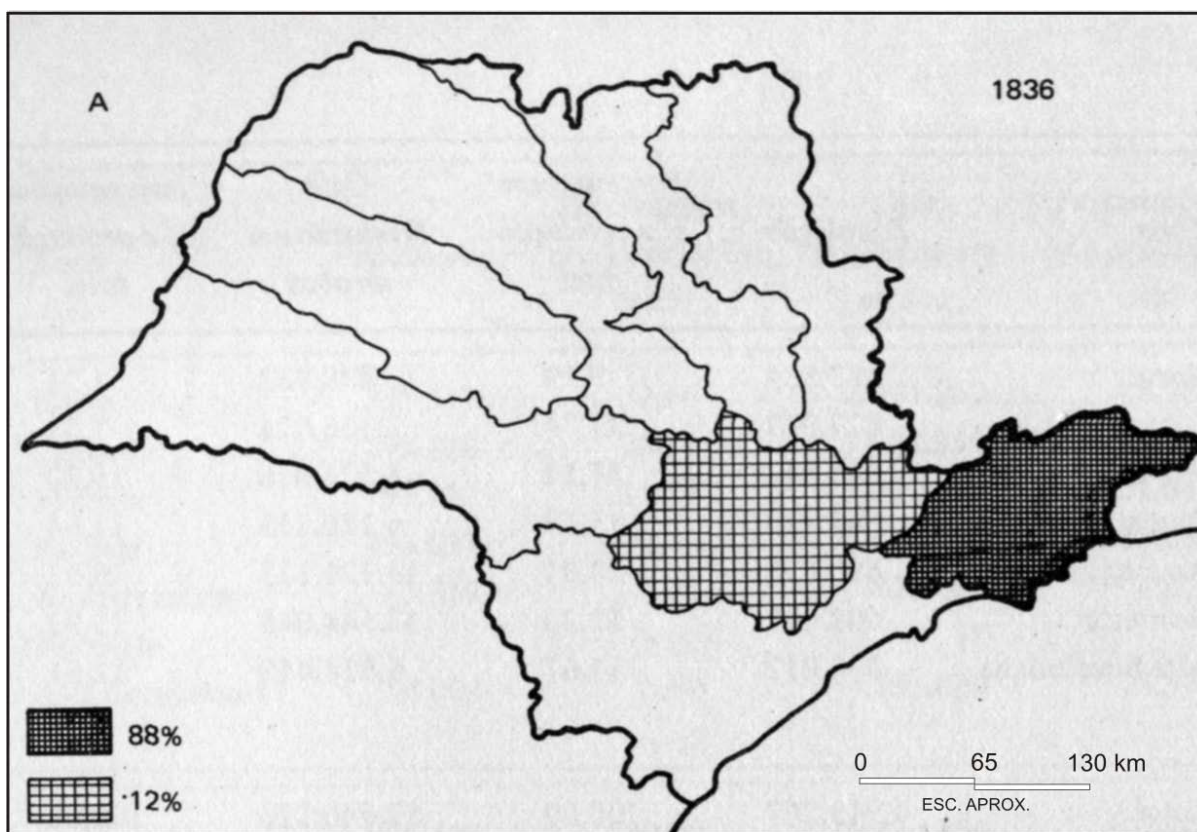
Prado Junior (2000) afirma que o café, inicialmente plantado no litoral norte, buscou as encostas da serra e mais tarde atingiu o “bordo oriental do planalto que sobranceia o mar”.

Milliet (1982) comenta que Afonso de Taunay, grande estudioso da história do café, considerava o assunto de pouca importância, portanto deixou de localizar a primeira plantação em solo paulista. Milliet cita ainda Gustavo Koenigswald, que num “livrinho curioso” afirma que os primeiros municípios produtores foram os de Ubatuba, Bananal e São Luis de Paraitinga e confirma que “Caio Prado Junior é mais ou menos da mesma opinião”. Entretanto, o próprio Milliet assinala a presença da cultura cafeeira, em Ubatuba, porém rejeita a idéia de que a cultura do café tenha partido do litoral norte em direção ao Vale do Paraíba, galgando a serra. Escreve ele que “o contrário parece mais lógico”.(MILLIET, 1982, p.18). Essa nossa observação comprova um equívoco de Motta Sobrinho (1968, p. 26), ao se reportar sobre o assunto. Escreve Motta que:

Embora itinerante, a cultura do café não veio de Vassouras para Rezende e daí para o vale paulista, como acreditava Monteiro Lobato e em geral se pensa. Implantou-se, definitivamente, lá como aqui, na década de 1830. Seu período áureo na província do Rio de Janeiro vai de 1850 a 1870. O apogeu, na zona paulista, de 1850 a 1887. As tentativas iniciais de Ubatuba e São Luis do Paraitinga não devem conferir a essas localidades, como quer Sergio Milliet, a designação de primeiros produtores de café em São Paulo. Nem a Bananal, pois, em 1817, a freguesia do Bananal pertencia a Areias, e sua produção de café não ia além de 4.049 arrobas, embora já começando o plantio, dentro do 1º decênio.

Ainda Motta Sobrinho (1968), ao se referir a Bananal, escreve que o maior fazendeiro daquele tempo, início do século XIX na localidade, foi o alferes Gonçalves Lemo, que possuía 173 escravos e nunca exportou café para o Rio de Janeiro, porque não o produzia, só consumia.

O mesmo autor considera que Areias, em 1936, possuía uma produção de 102.797 arrobas anuais, “o primeiro e o maior produtor da fase inicial”, que teve início em 1810. Com base no Relatório do Marechal Daniel Müller, de 1836, Areias aparece como o primeiro produtor, em São Paulo, seguido de Bananal e Jacareí. Só em 1854, Bananal atingiu o primeiro lugar, com 554.600 arrobas, ultrapassando Areias, com Taubaté e Pindamonhangaba como segundo e terceiro produtores paulistas (**ver mapa 3**).

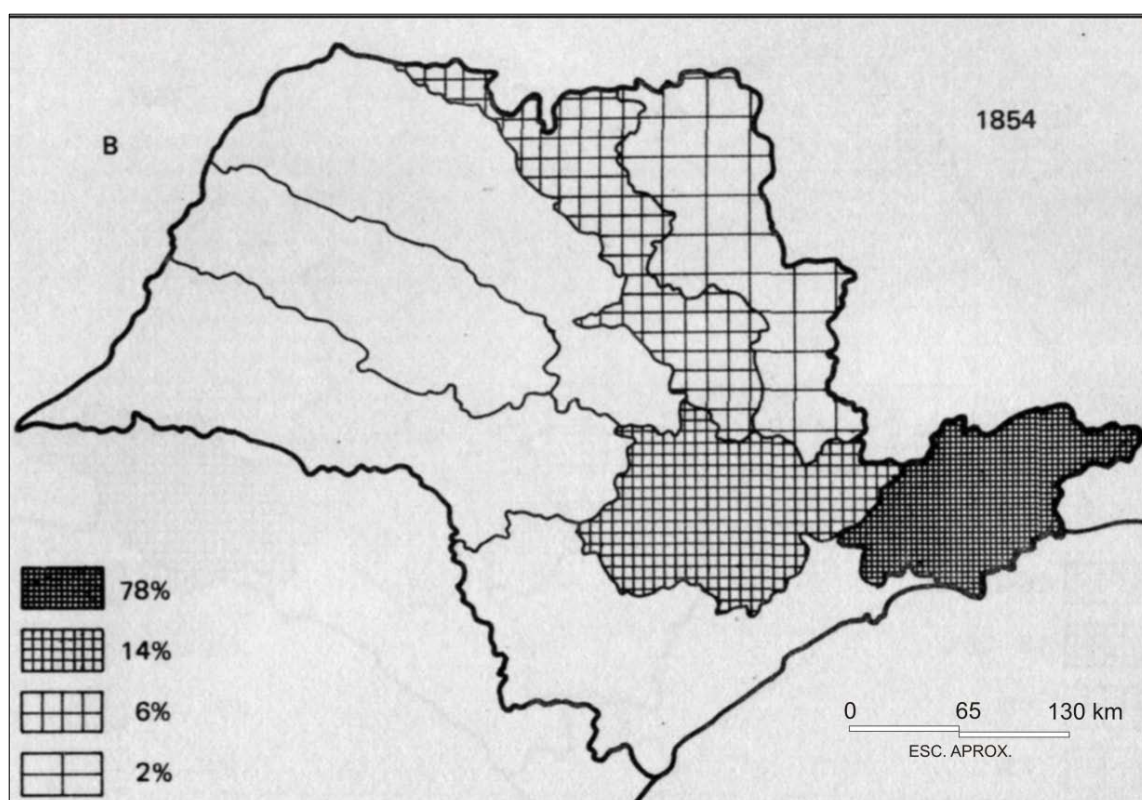


Mapa 3. Situação do café em 1836 (S. Milliet, 1982)

Esse mesmo autor afirma que, somente em 1883, é que a produção paulista igualou-se à fluminense, para nos anos seguintes ultrapassá-la e se distanciar cada vez mais.

Rodrigues (1980), ao se referir ao plantio de café em Bananal, escreve que desde 1782 vinha sendo plantado ali, com sementes trazidas de Resende, na fazenda Bahia.

De acordo com Furtado (1970), o segundo e principalmente o terceiro quartel do século XIX correspondem, basicamente, à fase de gestação da economia cafeeira. Se o uso intensivo da mão-de-obra escrava se assemelha ao da economia açucareira, difere dessa por apresentar um grau de capitalização mais baixo, “porquanto se baseia mais amplamente na utilização no fator terra”. Se de um lado o cafeicultor tem seu capital imobilizado, pois o cafezal é uma cultura permanente, de outro, as “suas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de localização local”. Se comparado com a empresa açucareira, a cafeicultura, organizada com base no trabalho escravo, apresenta custos monetários ainda menores. **(ver mapa 4).**



Mapa 4. Situação do café em 1854 (S. Milliet, 1982)

Em outro trabalho, Furtado (1969) considera a rápida expansão da demanda de café e cacau, a partir dos meados do século XIX, como o fator que veio permitir que os produtos tropicais desempenhassem um papel mais dinâmico na integração

da economia latino-americana no comércio internacional. Neste contexto, coube aos Estados Unidos e, em menor escala, aos países continentais europeus, o papel de centro dinâmico. A Inglaterra, neste caso, fartamente abastecida pela suas regiões coloniais, teve um peso bem menor.

E mesmo com a demanda crescente, esses produtos tropicais, ainda segundo Furtado (1969), de uma maneira geral, tiveram significação reduzida como fator de desenvolvimento, apesar de terem aberto importantes áreas de povoamento nos países produtores. De acordo com esse autor, esses produtos não exigiam a construção de uma infraestrutura importante e, em muitas regiões, os meios de transportes tradicionais continuaram a ser utilizados.

As áreas de produção também, na maior parte, não tiveram capacitação para introduzir novas tecnologias. Entretanto, em certas regiões, a agricultura tropical de exportação desempenhou importante papel como fator de desenvolvimento. E o exemplo mais significativo talvez seja a região cafeeira paulista, em especial, nas novas áreas de expansão. Mesmo no eixo principal do Vale do Paraíba paulista, com exceção do Vale Histórico da Bocaina, houve benefícios trazidos pela ferrovia Central do Brasil, e mais tarde pela moderna rodovia, a Via Dutra.

No mercado internacional o café, em especial, teve ligeira queda após 1830. Mas, não dava mais para recuar no processo de plantio, que afinal só atinge sua máxima produtividade após quatro anos. Contudo, os preços logo tenderam a se estabilizar, devido ao contínuo aumento do consumo nos mercados internacionais, em particular os Estados Unidos, que passaram a ser o maior importador do café brasileiro, que desse modo driblava as condições de mercado impostas pela política colonial inglesa e holandesa.

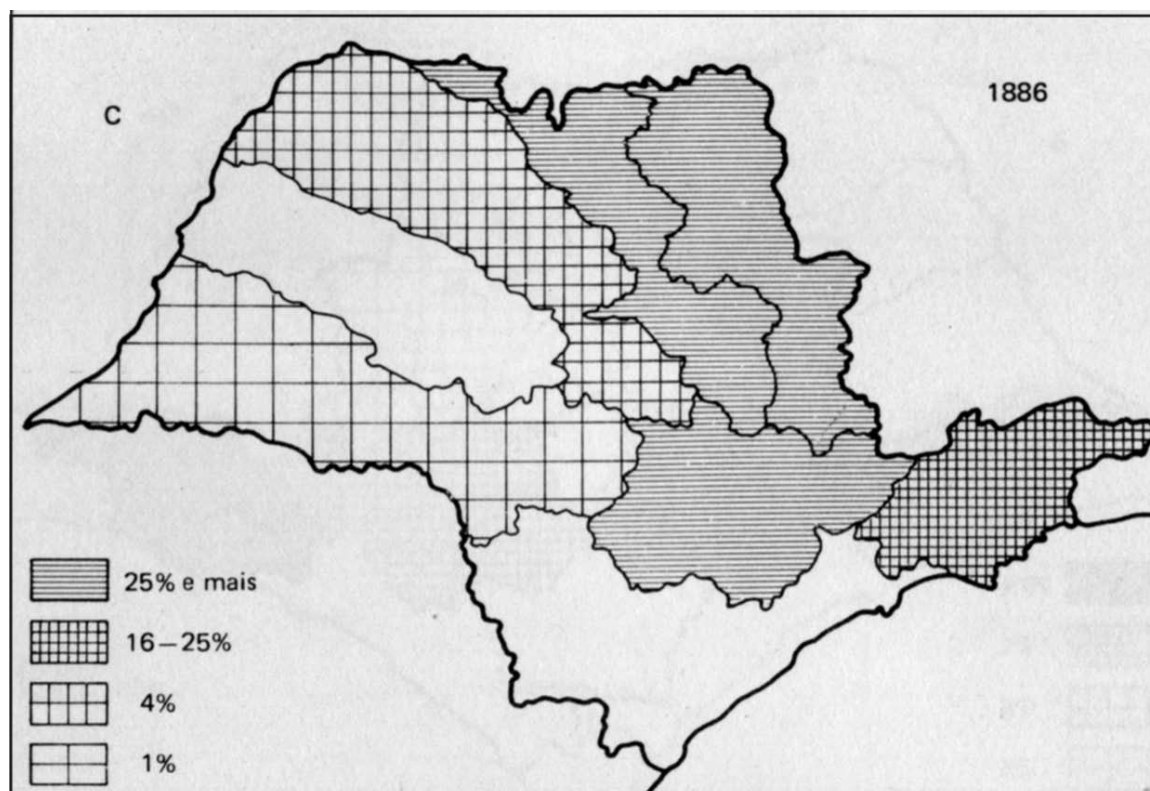
Dentro desta mesma perspectiva, contrapondo as idéias de Celso Furtado (1969; 1970), apresentadas acima, Gilberto Leite de Barros (1967b, p.421) escreve que:

As condições técnicas de cultivo do cafeeiro não se assemelhavam às da cultura da cana-de-açúcar. Diferiam sobremodo uma da outra, não só quanto à organização da empresa agrícola – a do café necessitando de capitais mais vultosos que a da lavoura de açúcar, em virtude de constituir o cafeeiro uma planta de produção demorada – como, outrossim, quanto à diversidade da técnica de cultivo do cafeeiro e da cana, em razão das singulares peculiaridades fisiológicas da rubiácea.

Ainda Barros (1967b) explica que o café era planta bem mais sensível que a cana-de-açúcar. O cafeeiro desabotoava nos limites de temperatura, entre 5° C e 33° C, e era sensível à insolação excessiva e às geadas, comuns nas áreas do planalto paulista.

Como a cultura do café era permanente, mantinha os trabalhos agrícolas ao longo do ano, exigindo de 4 a 5 anos, em média, cuidados até sua maturação plena. Isso requeria, em razão das despesas, maior volume de capital, o que excluía, se não dificultava, a sua exploração pelo pequeno agricultor.

Barros (1967b) esclarece que a cultura do café era exclusivista, ao contrário da lavoura canavieira. O plantio do café restringia, ao cafeicultor, a possibilidade de cultivar outros produtos simultaneamente. Isso explica a excessiva alta dos preços dos gêneros alimentícios, na década de 1840-1850, em decorrência do crescimento da cultura cafeeira no planalto paulista, em especial na região do Vale paraibano. **(ver mapa 5).**



Motta Sobrinho (1968, p. 23) reafirma que o cafeeiro foi introduzido ao longo do Rio Paraíba, “quase ao mesmo tempo, tanto no vale fluminense, quanto no paulista”, em seguida ao esgotamento das minas. Em Bananal, nos fins do século

XVIII, ainda freguesia de Areias, José de Aguiar Toledo e Maria do Espírito Santo Ribeiro, residentes no bairro do Retiro, cultivavam, inicialmente, o anil, do qual fabricavam uma tintura muito procurada na época. Mas, já na primeira década do século XIX, aderiram à cultura do café, adquirindo a fazenda Bahia, na qual formaram uma grande sementeira de cafeeiros, abastecendo os fazendeiros que desejavam iniciar novas plantações na região. As primeiras mudas vieram de Resende e estas, por sua vez, oriundas dos cafeeiros do Rio de Janeiro, trazidos pelos frades, do Pará.

Sobre a fazenda Bahia, é preciso lembrar que Rodrigues (1980) esclarece que desde 1782 já se cultivava o café. Porém, muitos estudiosos da cultura cafeeira conferem a 1795 o ano no qual o café foi introduzido em São Paulo.

Motta Sobrinho (1968) escreve que mesmo com a crise da indústria açucareira, a lavoura do café encontrou certa resistência para se implantar, nas duas primeiras décadas do século XIX. No entanto, a partir de 1830, o café tornou-se a atividade agrária dominante em todo o vale.

Apesar do cultivo do café ter sido experimentado em diversos tipos de terrenos e solos, os fazendeiros do Vale paraibano paulista, assim como o fluminense, usavam métodos empíricos para julgar as melhores terras para o plantio do café. Stein (1961, p. 7) escreve que:

As margas argilosas e as gredas arenosas do Vale do Paraíba produziam cafezais florescentes, porém, sua fertilidade era efêmera. Foi observado que a mata virgem frequentemente tinha pouca matéria orgânica, característico dos solos porosos e arenosos que permitiam o escoamento da matéria orgânica em dissolução nas águas, em vez de retê-la na superfície.

Com relação ao plantio em áreas como no Vale Histórico da Serra Bocaina, cujo domínio é de “mares de morros”, a ofensiva contra a cobertura florestada natural foi rápida.

Por ser zona de morreados, o processo iniciava-se com a derrubada. Num primeiro momento, roçava-se o mato fino para, em seguida, iniciar a derrubada propriamente dita, feita com o machado através das mãos de escravos negros. As árvores de madeira de lei muitas vezes eram poupadas, uma aqui outra acolá, devido a sua escassez crescente e visando seu aproveitamento futuro. Era o caso do jacarandá ou da peroba. Após secar o mato, era feito o aceiro (desbaste em

terreno, ao redor da plantação, para evitar a propagação do fogo), cuja largura variava de acordo com a topografia do lugar. Seguiu o fogo, iniciado nas cabeceiras da derrubada, evitando-se a propagação do mesmo, caso o local fosse montanhoso. Os meses de queimada iam de maio a agosto, antes do período das chuvas. Depois vinha a preparação da terra, com a marcação das covas.

O café vinha das sementeiras que, geralmente, existiam nas próprias fazendas.

As fileiras verticais que subiam pela encosta dos morros, nas plantações de café, nas áreas de “mares de morros”, típicas da Bocaina, tinham suas vantagens e desvantagens. As enxurradas tropicais provocavam intenso escoamento superficial, pelas íngremes vertentes, as torrentes buscando as linhas das covas dos cafeeiros, onde existiam depressões, deixando as raízes expostas. A vantagem de facilitar o acesso às plantações, a partir da base do morro, na maior parte das vezes, com o passar do tempo, trazia o inconveniente dos processos erosivos intensos. Escreve Lamego (1963, p. 92-93) que:

As mais preciosas madeiras de lei incineravam-se em queimadas formidáveis que tudo consumia. Jamais o mundo vira um desperdício tão completo de uma flora valiosa devorada em turbilhões de fumo e chamas. Numa destruição total o homem a dissipava no delírio de estender seus cafezais. As filas de negros de machado em punho iam recuando a floresta para as grimpas inacessíveis, para as cristas pedregosas e inaproveitáveis.

Assim, a formação dos grandes domínios cafeeiros do Vale Histórico da Serra da Bocaina deu embasamento para aprofundar o sistema patriarcal-aristocrático. Em razão do quase isolamento geográfico, as fazendas, como unidades produtoras, tornaram-se praticamente auto-suficientes, ou quase, e dava a impressão de uma estabilidade, livre de qualquer abalo econômico ou social, por um longo espaço de tempo.

Não raro, os mais abastados “barões do café”, não somente se sobressaíam como membros da aristocracia rural, mas também como importantes políticos do Segundo Império. Possuíam várias propriedades rurais, formando vastos domínios que, como já relatado, incluíam milhares de alqueires de terra e de pés de café, centenas de escravos negros, dezenas de empregados especializados em diversos

ramos de atividades, gado leiteiro para uso doméstico, muares e equinos, casarões de fazendas e suas benfeitorias anexas, solares suntuosos nas cidades do Vale Histórico, da região do Paraíba ou mesmo nas capitais, São Paulo e Rio de Janeiro. E tantos outros itens que lhes permitiam levar uma vida confortável e luxuosa.

A organização e administração desses “pequenos impérios” realizavam-se em ostentação de riqueza e luxo, expressa nas sedes das fazendas e no estilo de vida, em marcante contraste com as primeiras gerações de fazendeiros do Vale paraibano paulista e fluminense. Mesmo os proprietários das médias e pequenas fazendas procuravam adotar, no que podiam, a mesma organização e estilo de vida dos grandes senhores de café.

7.2 – O Sistema Escravocrata e a Economia Cafeeira

O primeiro desembarque documentado de escravos africanos no Brasil data de 1538. Em 1550, lotes de negros capturados na Guiné chegaram à Bahia e em 1559 foi expedida a Carta Régia que facilitava o tráfico negro para o Brasil.

A presença do escravo negro, dessa forma, já se fazia desde os primeiros decênios da chegada dos colonizadores europeus em solo brasileiro.

Há referências de mocambos (quilombos) na região que, atualmente, pertence a Pernambuco e Alagoas, desde 1595, e do famoso quilombo dos Palmares, na mesma região, desde 1630.

Em São Paulo, os primeiros escravos negros chegaram com os pioneiros engenhos de açúcar. No Vale do Paraíba, ainda no século XVIII, os engenhos deram vez às primeiras culturas de café e à organização peculiar das fazendas cafeeiras. França (1960, p. 82) escreve que:

A instalação da cultura do café no médio Paraíba determinaria um importante deslocamento dos habitantes de Minas Gerais para essa região, onde irão fornecer os primeiros quadros humanos das fazendas de café. Não só os fazendeiros, mas os trabalhadores agrícolas, constituídos em grande maioria pelos escravos negros, provêm, em maioria, daquela área que não cessaria de se despovoar a partir do século XVIII. Os quadros da nova burguesia brasileira do século XIX, que se organizariam à base do fazendeiro de café, formar-se-iam no médio Vale do Paraíba, sobretudo em seu trecho fluminense, com o predomínio marcante dos mineiros.

Antes da proibição do tráfico negreiro, o escravo africano ainda era barato e abundante. Para se ter um parâmetro, em 1800, o Brasil contava com uma população em torno de 3 milhões de habitantes, dos quais um milhão de cativos negros. No ano da proibição do tráfico, 1850, contava com 8 milhões de habitantes, dentre eles 2,5 milhões de escravos. Neste mesmo ano, começou o deslocamento de escravos do norte para o sul do país. Houve também, no mesmo período, um incremento extraordinário da imigração branca, de certo modo “compensando” o ingresso de escravos africanos, em grande número, antes da Lei Euzébio de Queirós, que proibiu o tráfico.

Nas décadas seguintes à de 1850, houve uma queda de 50%, em média, do estoque disponível de escravos, elevando-se o número de mulatos. No auge do período cafeeiro, no Vale Paraibano paulista, em torno de 1872, ano do primeiro recenseamento brasileiro, havia pouco mais de 1,5 milhão de escravos para uma população de 10 milhões de habitantes. Destes 8,5 milhões considerados “livres”, aproximadamente 7 milhões eram brancos e o restante mulatos livres e negros libertos. No ano da abolição da escravatura, em 1888, restava ainda meio milhão de escravos, para uma população total de cerca de 14 milhões de habitantes. (MOTTA SOBRINHO, 1968).

O braço escravo alavancou a cultura cafeeira, derrubando a mata, formando os cafezais, construindo a casa-grande e todo seu complexo de edificações. Esta comprovação é muito clara na região do Vale do Paraíba. Mesmo porque, o braço escravo disponível na região do Vale era relativamente grande, conforme escreve Monbeig (1984, p. 101):

O recenseamento de 1872 mostra que as proporções dos escravos, relativamente ao conjunto da população, eram mais elevadas nos velhos centros cafeeiros: em Bananal, onde atingia 53%; em Barreiros, 44 %; em Areias, 33%.

De acordo com documento das Coletorias das Comarcas, que subscrevia a matrícula dos escravos negros, e detalhava suas características e cada proprietário, em 1884, na Província de São Paulo havia 167.491 cativos. (MOTTA SOBRINHO, 1968).

Em Areias, naquela data, estavam matriculados 2.083 escravos; em Bananal, 6.928 escravos; em Silveiras, 1.636, e em São José do Barreiro 2.634 escravos,

Como já havia sido comentado anteriormente, os cafezais, apesar da disponibilidade de braços escravos, sempre demandavam braços suplementares, não sobrando trabalhadores para outros tipos de serviços como, por exemplo, a produção de víveres. Diversamente da cultura canavieira, onde sempre se havia podido plantar, simultaneamente com a cana, o feijão, o milho e outros gêneros alimentícios, na cafeicultura o trabalho no cafezal e no beneficiamento do café tomava, praticamente, todo o tempo do pessoal das fazendas.

Segundo Barros (1967b), foi grande a influência do negro africano sobre o paulista. A importância se estende desde os engenhos de açúcar, nas minas de ouro, na criação de gado, nas fazendas de café e nas pequenas atividades comerciais nas cidades, como principal instrumental de trabalho. Nos núcleos urbanos, destacavam-se “nos pregões de rua, na venda de cestos, de aves, de leite, de carvão, de sabão, de pano, de gêneros alimentícios diversos como palmito, milho, mandioca”.

A influência foi mais além. O paulista deixou-se influenciar pela maneira de andar, falar, gesticular, de tratar as crianças ensinando-lhes a ser meigas e sentimentais. Com seus ritos religiosos, o negro africano soube influir na religiosidade do povo, num sincretismo rico e ao mesmo tempo ladino. Ainda Barros (1967b, p. 433) explica que:

Conseguiu o negro, afinal, infiltrando-se no sangue de numerosas famílias paulistas, senão anular, pelo menos enfraquecer uma possível linha de resistência social contra a cor escura.

Prado Junior (1969), ao escrever sobre a cafeicultura como principal força econômica do Império, afirma que o país, com isso, não conseguiu se desvencilhar dos quadros coloniais. Não conseguiu, com efeito, lançar as bases de uma economia genuinamente nacional. Para este autor, o café repetiu ou reproduziu o que o pau-brasil, o açúcar, o ouro e diamantes, e o algodão já haviam feito, anteriormente, na economia: o Brasil continuou a ser um produtor de matérias-primas para o mercado exterior, não superando, nesse setor, algo que era fundamental, seu estatuto colonial.

7.3 – As Fazendas de Café do Vale Histórico da Bocaina

Certamente as antigas fazendas de café marcaram uma época de riqueza e poder. A ocupação da região começou com as sesmarias. Com o tempo, a derrubada da mata pelos escravos, o uso da madeira de lei para a construção das sedes, dos abrigos, das senzalas, depósitos de ferramentas etc, culminaram com a formação desses domínios, mais parecendo feudos, no meio das morrarias da Bocaina.

Até o final do século XVIII, as fazendas da região não apresentavam nem imponência nem sofisticação. A simplicidade era conjugada com a solidez do conjunto, de formato retangular, edificado sobre baldrame de pedra, telhado avantajado de quatro águas, grandes beirais, paredes brancas, portas e janelas coloridas. (LUZ, 2002).

A riqueza do café, aos poucos, começou a influenciar na construção das propriedades, principalmente a partir do século XIX. Surgiram, então, solares com fachadas mais trabalhadas, com escadarias frontais ornadas com grades, com belos alpendres, cômodos melhor distribuídos, porões habitáveis e uma divisão mais racional dos espaços.

A influência neoclássica foi mínima, o que difere das ricas fazendas fluminenses, que sofreram a influência da arquitetura européia. Contudo, as fazendas do Vale Histórico da Bocaina apresentam um estilo harmonioso e eclético. Luz (2002, p.244) escreve que:

Decepcionados, constatamos que inúmeras propriedades representativas da época cafeeira desapareceram ou desabaram, abandonadas em locais ermos. Transformaram-se em ruínas. Ainda assim, algumas resistem ao tempo com galhardia, e sobrevivem bem cuidadas, mantendo seus padrões e as estruturas originais.

7.3.1 – Fazenda BOA VISTA

Teve origem nos fins do século XVIII, a partir da sesmaria da Água Comprida, no “Caminho Novo”, concedida a Manoel Antonio de Sá Carvalho. Ali se plantou cana-de-açúcar e anil, antes do advento do café. Um dos herdeiros, o comendador

Luciano José de Almeida, nascido na própria fazenda, em 1796, foi quem a transformou na sede de suas propriedades e numa das mais prósperas fazendas da região, ou, como admitem alguns, talvez a maior produtora de café de toda a província, entre 1854 e 1882. Chegou a possuir 700.000 pés de café, 287 escravos e uma área de 323 alqueires, sem se considerar o seu sertão, na serra. Além disso, como uma unidade praticamente auto-suficiente, possuía uma farmácia administrada por um boticário, um padre capelão residente e um mestre carpinteiro, o ex-marinheiro irlandês Patrick Georghen Shinery, que chegou em Bananal no ano de 1832 e se fixou, dois anos depois, na Boa Vista, onde permaneceu até sua morte, em 1872.¹

A casa-grande da fazenda data, provavelmente, da década de 1840. Em 1848, ali se hospedou o então Barão de Caxias, onde reabasteceu as suas tropas, a caminho de Silveiras, para combater um dos focos da Rebelião Liberal **(ver foto 27)**.

Atualmente é um hotel-fazenda e dista cerca de 12 quilômetros de Bananal.



Foto 27. Fazenda Boa Vista, hoje hotel-fazenda (município de Bananal)

Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 2006

¹ Publicação mimeografada ([1980]), p. 8, com o título “Bananal – Histórico do município – O Vale do Paraíba – Secretaria de Turismo da Prefeitura de Bananal.

7.3.2 – Fazenda do RESGATE

Denomina-se Fazenda Resgate ou do Resgate devido à operação de compra de negros escravizados, ainda na África, em virtude de guerras tribais, operação essa chamada “resgate”.

Fundada em princípios do século XIX, pelo brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros, filho do Visconde de Congonhas do Campo, foi a sede das fazendas do Comendador Manoel de Aguiar Vallin, desde 1838.

Possui salões e capela com murais decorados pelo pintor catalão José Maria Villaronga.

De acordo com o depoimento escrito² do Dr. José Vicente Alves Rubião, neto do Comendador, “O Resgate possuía padre residente, boticário, parteira, sapateiro, seleiro, ferreiro, marceneiros, mobilieiros, serralheiros, mecânicos, cocheiros, alfaiate, cabelereiro, barbeiro. Ali se fabricavam: açúcar, velas de cera de sebo, fumo, aguardente, farinha de milho e de mandioca, mel de abelhas, tecidos de algodão e de lã de carneiro, meias, rendas para vestidos e até linha de coser; quase tudo sob a direção do mecânico e arquiteto irlandês Patrício Croos, que mais tarde passou a guarda-livros da fazenda, quando nós, os mais jovens da família, o conhecemos.”

Convém aqui uma observação. Como foi relatada a presença de um carpinteiro irlandês (ex-marinheiro), com o pré-nome Patrick, residente na Fazenda Boa Vista, e que também foi guarda-livros, e outro irlandês com o pré-nome Patrício, também irlandês e guarda-livros, desta vez na Fazenda do Resgate, chama atenção esta coincidência, o que nos faz crer que se tratava da mesma pessoa, embora não se possa ter absoluta certeza.

Ainda sobre a Fazenda do Resgate, Motta Sobrinho (1968, p. 58) escreve que:

Algumas fazendas, como a de Resgate, em Bananal, com 200 escravos, eram dotadas de forjas e serralherias, onde fabricavam foices e facas; teares, onde confeccionavam tecidos de algodão de uso da escravaria, mantas, cobertores e jponas de lã de carneiro, para as necessidades próprias; selarias, onde trabalhavam o couro.

² Transcrito de publicação mimeografada ([1980]), p. 4, com o título “Nossas Fazendas”, da Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Bananal.

Tarrio (1997) relata que a Fazenda Resgate chegou a ter, na época áurea do café, duas bandas de música compostas por escravos, treinados por um professor de música vindo da Alemanha, especialmente para este fim. Ainda a mesma autora escreve que os familiares do Comendador Manoel de Aguiar Vallin, o proprietário, faziam frequentes viagens à Europa e que ele, que havia multiplicado muitas vezes a fortuna herdada do pai, possuía, pouco antes da sua morte, em 1878, 600 escravos, em todos os seus domínios, e quase 1% de todo o papel-moeda emitido no país.

Luz (2002, p. 245/246) escreve que o Comendador Vallin importou, durante anos, vinhos, pratarias e porcelanas chinesas da dinastia Ming. Lembra também que à entrada da fazenda avista-se logo a casa-grande, “inspirada nas bucólicas casas senhoriais portuguesas do século XVIII.” Apresenta o porão alto e uma “formosa escadaria central [...], abrigada por um pórtico engastado”. Um dos locais mais altos da casa é a capela, com uma altura equivalente a dois andares, apresenta balcões laterais, iluminados por candelabros de prata.

Só a Fazenda do Resgate, em 1878, chegou a possuir 238 escravos, 41 lances de senzalas e 304.000 cafeeiros. Atualmente, admiravelmente restaurada e conservada pelos seus atuais proprietários, é um bem tombado pelo CONDEPHAAT.

Dista cerca de 8 quilômetros de Bananal, na estrada que liga Bananal a Barra Mansa (RJ).

7.3.3 – Fazenda BOM RETIRO

Fundada pelo mineiro e comendador Antonio Barbosa da Silva, conhecido por “O Baú”, em 1844. Rodrigues (1980) menciona que a casa-grande da fazenda Bom Retiro “é uma das mais notáveis entre as das fazendas de Bananal, como exemplar da arquitetura rural da época”. No Almanaque Laemert, de 1860, existe a informação de que na fazenda Bom Retiro havia um professor de música ali residente, M.Soulier.

De acordo com um inventário feito em 1875, o Bom Retiro possuía 79 alqueires, 30.100 pés de café e 10 toneladas de café colhido, nos terreiros. A fazenda fica na via que liga Bananal a Barra Mansa (RJ).

7.3.4 – Fazenda TRÊS BARRAS

Não há documentação exata sobre de qual sesmaria a fazenda Três Barras teria sido desmembrada. O nome deriva das barras dos rios Turvo, Pirapitinga e Água Comprida, afluentes do rio Bananal, que se encontram em terras da fazenda.

Sabe-se que, em 1813, a fazenda já pertencia ao capitão Hilário Gomes Nogueira, que ao casar sua filha com Antônio Barbosa da Silva (“o Baú”), teve o ato testemunhado pelo Marquês de Alegrete, Capitão General da Capitania de São Paulo, Luiz Teles da Silva, e pelo Tenente Coronel Joaquim José Xavier de Toledo. Isso parece comprovar a importância da fazenda e das relações do proprietário, homem de posses e boas relações, inclusive com a Corte. O fato é que ali o Príncipe D. Pedro se hospedou, em 1822, tanto na ida como na volta de sua histórica viagem a São Paulo. O quarto onde o príncipe dormiu permanece conservado como na época, embora o restante da parte interna da casa tenha sofrido modificações.

A fazenda passou por vários donos, como o comendador Aguiar Vallin e a família Moitinho, que ali instalou uma próspera e moderna indústria de laticínios.

O inventário do Comendador Aguiar Vallin informa que a Três Barras possuía 229 alqueires, 103 escravos e 218.000 cafeeiros.

Esta propriedade dista cerca de 6 quilômetros de Bananal, próximo ao entroncamento das estradas que levam a Barra Mansa(RJ) e a Rio Claro – Angra dos Reis(RJ).

7.3.5 – Fazenda BOCAINA

Situada na divisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, na estrada interna que liga Bananal a Barra Mansa, possui terras em ambos os municípios.

Foi propriedade de Domiciano de Oliveira Arruda e passou por vários donos, inclusive o Comendador Manoel de Aguiar Vallin. Em 1872, segundo documentação escrita (“Folha de Matrícula”), a fazenda possuía 226 escravos.

Atualmente, a fazenda Bocaina é um centro de criação de cavalos de raça, com excelente haras **(ver foto 28)**.



Foto 28. Fazenda Bocaina, hoje em centro de criação de cavalos de raça (município de Bananal)

Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 2002

7.3.6 – Fazenda RIALTO

Originada a partir de uma sesmaria concedida no final do século XVIII (1784), mais tarde foi desmembrada em várias propriedades autônomas. Entre elas, além do Rialto, Doce, Sítio, Cachoeira (dos Graças), Palmeiras, Cafundó, S.Joaquim, Jaca, Dona Flora, Ipiranga, Santo Antonio (do Barreiro de Baixo).

É conhecida, desde 1842, como “Lugar da Arribada”, em razão de ali terem acontecido as tropas de Caxias, refazendo-se das lutas, no regresso de Silveiras, onde foram combater os revoltosos ligados à Revolução Liberal.

A fazenda Rialto passou por vários donos. A sede original da Rialto, provavelmente, não deve ser a casa atual, construída posteriormente, ainda no século XIX, em estilo europeu, com decorações em pinturas murais de Villaronga, que estão em precário estado de conservação.

A propriedade fica situada a aproximadamente 10 quilômetros de Bananal, na estrada (Via dos Tropeiros), em direção a Arapeí e São José do Barreiro.

7.3.7 – Fazenda das FORMIGAS

Fundada em fins do século XVIII, pelo açoreano José de Aguiar Toledo, cujos descendentes foram os Aguiar Vallin, teve incorporadas às suas terras outras fazendas, como a Bela Vista, o Rio Manso, a Bahia e o Resgate. Antes do café, ali se plantava anil.

A fazenda passou por vários donos. Atualmente, é o Hotel Fazenda Casa Grande, situado no Bairro do Retiro, Vale do Rio Bananal, em torno de 1 quilômetro da cidade.

7.3.8 – Fazenda BELA VISTA

Fazia parte do enorme patrimônio formado por José de Aguiar Toledo. Pertenceu, por herança, ao Barão da Bela Vista, e depois ao Visconde de Aguiar Toledo, neto do fundador. Em 1860, hospedou o escritor português Augusto Emílio Zaluar, que deixou registradas suas impressões:

A fazenda Bela Vista, porém, situada em um lugar ameno, está coroada por uma pequena, mas elegante casa de morada. No alto de um declive suave, pintada de côr de rosa e adornada de dois pequenos jardins na frente, faz lembrar essas vilas da Itália que assombram os pântanos e engrinaldam as hastes trepadeiras da madressilva e dos jasmineiros. O interior destas casas

corresponde perfeitamente ao seu poético exterior. (ZALUAR, 1995, p. 42).

De acordo com um inventário de 1873, a Bela Vista incluía a fazenda da Saudade e o sítio da Floresta, este último no município de Barra Mansa (RJ), além da fazenda Rio Manso. Neste conjunto de propriedades existiam 258 escravos, incluindo 4 morféuticos, 1 inválido, 7 fugitivos e 10 ingênuos; tinham 191.500 pés de café plantados, 2 casas de residência (Bela Vista e Rio Manso), com 21 lanços de telhas e 53 lanços de senzalas. Empobrecido e no declínio da vida, o Visconde vendeu essas propriedades. (RODRIGUES, 1980).

Esta fazenda também passou por vários proprietários, incluindo a Companhia Centros Pastoris e Edmundo Bittencourt, dono do jornal “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro. Situada na estrada que liga Bananal a Barra Mansa (RJ), está na divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

7.3.9 – Fazenda PAU D’ALHO

Situada entre 3 e 4 quilômetros de São José do Barreiro, foi tombada pelo CONDEPHAAT em 1968, e atualmente está sob a responsabilidade do Pró-Memória, órgão do Governo Federal que tem como projeto transformar a fazenda no Museu do Café. O projeto ainda não está totalmente concretizado, mas todo o complexo já vem sendo restaurado.

Consta que, desde 1817-1818, já era propriedade de João Ferreira de Souza, fundador de São José do Barreiro. Ali, em 1822, hospedou-se o príncipe D. Pedro e sua comitiva, na histórica viagem a São Paulo, onde proclamou a Independência do Brasil, jornada essa de 14 dias. A viagem pelo Vale do Paraíba paulista, na verdade, tinha o objetivo de conquistar o apoio dos fazendeiros, políticos e milicianos para a causa da independência do Brasil de Portugal. Tal fato, por si, comprova a importância da região, tanto econômica como politicamente, naquele momento histórico do país **(ver foto 29)**.



Foto 29. Fazenda Pau-D'Alho, vista da entrada (município de São José do Barreiro)
Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 2002

A fazenda Pau D'Alho era praticamente completa como unidade produtora de café. Possuía tulhas, engenho de socar, oficina de arreios, moinho com monjolo, cavalariças, armazéns, enfermaria para os escravos e uma senzala peculiar, situada acima do terreiro principal e num nível mais alto que a casa sede. Esta, por sua vez, fica separada dos anexos em torno do terreiro, por um gradil e portão de ferro trabalhado, com amplas acomodações e uma vista privilegiada da paisagem a partir dos janelões das salas (**ver foto 30**).



Foto 30. Fazenda Pau-D'Alho, parte da sede
Fonte: ANTONIO FILHO, F. D. 2002

Aberta à visitação pública, atualmente, apresenta um raro e conservado exemplo de arquitetura rural. Impressiona pela grandeza e imponência das construções e muralhas, abrigando a sede, as tulhas, os anexos e as senzalas, dominando todo o pátio interno da amurada. Há também um jardim interno e privativo, usado pelos senhorios. Havia um sistema de captação de águas (atualmente inativo), através de canais que desciam a montanha e acionavam o moinho, além de servir para o uso em outras atividades da fazenda.

De acordo com informações orais correntes, os móveis originais (alguns chegamos a conhecer em 1975) foram todos levados para São Paulo, a fim de serem restaurados, porém sumiram, isto é, nunca mais foram devolvidos.

A magnífica construção, em cuja entrada enfileiram-se palmeiras imperiais, está a cavaleiro da estrada dos Tropeiros, à direita do trecho que liga Areias a São José do Barreiro. Fora das muralhas, estendem-se as terras nas quais se plantava o café, em terreno íngreme e com alguns trechos que, hoje, apresentam visíveis ravinamentos e voçorocas.

Na Pau D'Alho, além do café, em 1822 criavam-se equinos puro sangue e cães de caça. Embora a maioria dos historiadores e pesquisadores concorde que o proprietário da fazenda e anfitrião do príncipe D. Pedro fora o coronel João Ferreira

de Souza, Motta Sobrinho (1968) aponta como patriarca que comandava vasta descendência e dono da Pau D'Alho, na época, Zebedeu Airoso.

Na região do Vale Histórico da Bocaina, além das fazendas citadas, existem outras igualmente importantes, da época do café. Conforme levantamento realizado por Nicoletti (1997), excluindo-se as já citadas, são elas: São Francisco, Paineiras, Laranjeiras, Coqueiro, Barra do Cedro, Carioca, Campo Alegre, São Luiz, Lagoa, Harmonia, Barra, Quilombo, Vargem Grande, São Benedito, São Miguel, Catadupa, entre outras **(ver foto 31)**.



Foto 31. Fazenda Quilombo (a parte inferior da casa era a senzala), no município de Bananal

Fonte: ANTONIO FILHO, F. D., 2002

7.4 – A “Visão do Mundo” e o Pensamento Geográfico no Relato dos Viajantes

Inúmeros viajantes percorreram o Brasil a partir do século XIX, principalmente. Vários deles passaram por São Paulo e alguns pelo Vale do Paraíba e pelo Vale Histórico da Serra da Bocaina. Ao se referir aos viajantes, Milliet (1982, p.17) escreve que:

Aos viajantes do início do século XIX, São Paulo interessa por motivos bem alheios à economia. São quase todos eles sábios, cientistas preocupados com Botânica, Zoologia, Mineralogia,

Etnografia. Os seus lindos álbuns de viagem, tão pitorescos por vezes, bem o demonstram. A exceção da fauna e da flora da região, apenas lhe feriam o olhar observador os costumes e os hábitos e a composição étnica do povo.

Dos viajantes cientistas e escritores que passaram pelo Vale Histórico da Serra da Bocaina e Vale do Paraíba paulista, quatro deles se distinguiram: Johann Baptiste Von Spix, zoólogo alemão e Carl Friedrich Phillipp Von Martius, botânico alemão, que chegaram ao Brasil em 1817; Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que aportou no país em 1816 e aqui permaneceu até 1822, e o escritor português Augusto Emílio Zaluar, que chegou ao Rio de Janeiro em 1849, excursionando pela Província de São Paulo, entre 1860 e 1861.

Como nosso objetivo é avaliar a “visão do mundo” e o pensamento geográfico nela embutido, desses viajantes, no que se refere ao Vale do Paraíba paulista e, particularmente, à sub-região do Vale Histórico da Serra da Bocaina e parte do Caminho Novo, omitiremos outras observações feitas fora daquele espaço.

A viagem destes estrangeiros ocorreu em diferentes momentos do século XIX e em roteiros também específicos, com exceção de Spix e Martius, que viajaram juntos.

Algumas localidades foram visitadas por todos eles, outras por um ou outro. Desta forma, para fins didáticos, optamos relatar e avaliar as observações de cada um deles, com exceção de Spix e Martius, que serão referenciados juntos.

7.4.1 – Spix e Martius

Os dois cientistas germânicos saíram do Rio de Janeiro em direção à cidade de São Paulo no dia 8 de dezembro de 1817.

Transitaram pelo Caminho Novo, passando pela vila de Santa Cruz (hoje distrito do Grande Rio), na qual permaneceram alguns dias. Nesta localidade, encontraram alguns colonos chineses, mandados vir ao país pelo Conde de Linhares, para trabalhar na fazenda real, ali existente.

Muitos destes colonos haviam morrido por inadaptação, porém, o que chamou a atenção de Spix e Martius (1981) foi o descaso e o desleixo dos chineses com

relação às atividades agrícolas e à jardinagem naquela fazenda, já que eram famosos exatamente por essas atividades.

Os dois viajantes ainda fizeram comparações anatômicas entre os chineses e o nosso índio, afirmando que, além dos traços fisionômicos, a cor amarelada ou avermelhada da pele faz as duas raças serem idênticas.

Na viagem ao longo do Caminho Novo, passaram por Taguaí (atual Itaguaí) e reclamaram que a estrada ia se tornando cada vez mais penosa e perigosa. Nos trechos da Serra, havia a necessidade de se fazerem grandes rodeios, por serem íngremes e com frequentes morros.

Na descrição da paisagem, ao longo do Caminho Novo, em direção a Bananal, Spix e Martius (1981, p.114) escrevem que:

A montanha é de granito, de grão bastante fino e de colorido vermelho, que passa de quando em quando para gnaisse, e é coberta de matas espessas. O caminho íngreme contorna a serra de S. a O. e segue por diversos vales de boa aguada, porém solitários e tristes, por falta de lavoura, até a uma pobre aldeia no meio da montanha, que poderia proporcionar a mais encantadora residência para um naturalista, visto que os seus arredores ostentam a plenitude da mais rica vegetação e dos mais diversos animais.

A presença da cobertura vegetal original é uma observação constante, “de todos os lados se fecham os vales guarneidos de mato escuro”, bem como os “regatos límpidos de águas frescas”, que às vezes serpenteiam através da mata.

As derrubadas começam a aparecer após a vila de São João Marcos (atualmente submersa pela represa de Furnas).

As pousadas das fazendas são marcadas pela observação dos numerosos escravos que faziam festas “com danças, cantigas e música barulhenta”.

Próximo a Bananal, durante a viagem, as chuvas que “caíam contínuas e mais fortes, não somente à noite, porém já também à tarde”, castigaram os dois viajantes. Considerando que estavam num período de chuvas (dezembro) e no rebordo do planalto, no qual a pluviosidade é sempre alta, escrevem eles que:

Cercados por montanhas matagosas, toda manhã envolvidas em nevoeiro espesso até o vale, encontramos um considerável aumento da umidade atmosférica. [...]. Para os próprios habitantes era bem vinda a época da águas que começava, pois os lugares das derrubadas na mata foram, durante os últimos meses de seca, incendiados, e agora iam ser utilizados para plantações novas. Para

nós ao contrário, eram muito incômodas, ora as violentas cargas de água durante a noite inteira, ora a chuvinha miúda, e a decorrente friagem. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.116).

Com as constantes chuvas no planalto, os caminhos ficavam intransitáveis e o rápido crescimento dos córregos que desciam a serra obrigava os “tocadores” que os acompanhavam a carregarem as bagagens nas costas, retardando a viagem.

Interessante observação sobre as características petrográficas e geomorfológicas nas proximidades de Bananal dá a medida exata da minuciosidade dos registros:

Esta segunda serra, de cujos vales ao norte correm duas principais nascentes do Paraíba, o Piratininga e o menor Turvo, consiste, como a primeira, inteiramente em granito, que em alguns pontos se transforma em gnaiss, por meio de fratura lameliforme. Em alguns lugares, antes de chegar à freguesia de Bananal, encostada num outeiro, indicava a montanha uma inclinação de camada entre 3° e 4°, numa declinação de cerca de 30°. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.116).

Outra observação feita está relacionada à escassez de povoamento da região, mas com extensas plantações de milho, o que eles consideraram “o mais importante produto dessa região montanhosa”. Isso significa que o café ainda era incipiente nas redondezas de Bananal, em 1817.

Ainda contemplando a bela paisagem da Bocaina, os dois viajantes registraram que:

Ao sul de Bananal, ainda algumas serras, quase paralelas entre si e todas cobertas de densas matas, correm de oeste para o oceano. As primeiras dessas serras, de contornos mais arredondados e de feição agradável, entre as quais se rasgam alguns luminosos vales com lagoas e campinas luxuriantes, subimo-las, em dois dias de marcha. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.118)

Nas ramificações orientais da Serra do Mar, no chamado “Morro Formoso”, divisor de águas e das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, os dois naturalistas observaram o caminho descendo “por morros mais espaçosos e alegres”. Por essas paragens, o povoamento e as roças parecem aumentar. E a despeito das canseiras que “os caminhos estragados e os contínuos aguaceiros” os fizeram passar, afirmam que foram “compensados pela riqueza da natureza”, particularmente porque “estas regiões são a pátria das mais belas borboletas”.

Após três dias de partida de Bananal, alcançaram o povoado de Barreiro, em direção à vila de Sant'Ana das Areias. O comentário registrado é sobre a estratégia do governo português em conceder títulos de sesmarias e as prerrogativas decorrentes. Para Spix e Martius, o governo português tinha duplo lucro. Com a concentração de colonos numa área “ganham os imigrantes em civilização e espírito patriótico”. Por seu lado, o governo tem maior facilidade na administração desse pessoal, bem como na arrecadação de impostos, na regularização da milícia e no recrutamento, que, aliás, era um dos grandes problemas das administrações coloniais.

Tal sistema é semelhante, ainda segundo Spix e Martius, ao sistema de colonização militar da Rússia, apesar dos intentos serem diferentes.

As observações críticas surgem, principalmente, com relação aos aspectos apresentados pelos aglomerados urbanos visitados. É o caso de Areias, que sofre comparações com o modo de vida europeu. Escrevem eles que:

A Vila de Areias nasceu nesta Serra, no meio das matas fechadas, quando muito, há uns trinta e cinco anos, ao se estabelecerem alguns pobres colonos, e não pode ainda apresentar brilhante aspecto de riqueza. As casas baixas, construídas de ripas amarradas com varetas entrelaçadas e barreadas, e a pequena igreja do mesmo modo edificadas, são de feição muito efêmera, de sorte que essas habitações parecem construídas para pouco tempo apenas, antes como refúgio de viajantes. A impressão de intimidade e de solidez, calculada para grande durabilidade, das habitações européias, falta aqui de todo, mas, na verdade, elas não são totalmente inadequadas ao clima, onde o morador, cuja residência não tem estabilidade, não precisa de teto duradouro. Semelhantes a este povoado, encontramos a grande maioria das vilas no interior do Brasil, sendo rara uma casa de família bem construída e confortável, o que muitas vezes despertou a viva saudade do encantador asseio e das comodidades da pátria. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.118-119)

De acordo com os valores embutidos em suas “visões do mundo”, Spix e Martius talvez não conseguissem intuir que havia uma tremenda diferença de tempo. As aldeias e núcleos urbanos europeus já existiam há séculos. Areias, como eles mesmos afirmam, tinha, à época da visita dos mesmos, uns trinta e cinco anos apenas. Quanto ao asseio e ao conforto, as habitações e o modo de vida europeu sofreram uma longa e penosa transformação, contabilizada em séculos.

Mas, o que deduzimos e observamos é que os dois naturalistas viajantes, argutos observadores da paisagem, em nenhum momento, ao longo do Caminho

Novo, que eles denominaram de “estrada real”, observaram plantações de café. “A estrada real segue sempre para o sul, por vários vales estreitos com vegetação cerrada, banhados por regatos que correm para o sul e se lançam no Paraíba.” (SPIX ; MARTIUS, 1981, p. 119).

Outra interessante observação dos dois naturalistas alemães se refere à visão pré-concebida do europeu sobre o nativo do Novo Continente. Nas proximidades de Areias, à época de suas visitas, existia uma aldeia indígena, que Spix e Martius denominam “insignificante aldeia de índios”, e que restou de numerosas tribos que ocupavam toda a Serra do Mar. Foram quase todos exterminados e os que sobraram viviam ali misturados com negros e mulatos “meio incultos, espalhados entre os colonos”. Segundo Spix e Martius (1981, p.119):

Eles se destacam, ainda, pela indolência e a quase invencível obstinação de seus antepassados, mantendo poucas relações com os colonos, cujas roças e gados têm de sofrer às vezes as depredações desses maus vizinhos.

Relatam ainda que os habitantes do planalto chamavam estes índios de “caboclos”, distinguindo-os assim dos “outros não civilizados” e selvagens, os chamados gentios, bugres, índios bravos. Segundo ainda Spix e Martius (1981), os portugueses, pela dificuldade de distinguir as diversas tribos ou nações indígenas, chamavam pelo nome generalizado de “coroados”, porque costumavam raspar o topo da cabeça, deixando tão somente uma coroa em torno.

Após Areias, no Caminho Novo, em direção a São Paulo, Spix e Martius descrevem de um ponto mais alto do caminho, à retaguarda, três cadeias de montanhas paralelas, formando “formidáveis degraus”, uma atrás da outra. À frente, uma elevação mais baixa, denominada de Serra do Paraíba. Possivelmente, este ponto mais alto corresponde a um mirante, num trecho a poucos quilômetros de Areias. Não conseguimos identificar, porém, a tal Serra do Paraíba.

No pouso para pernoite, no Vale de Tacasava, próximo a um grosso ribeiro que deságua no Paraíba (também não conseguimos identificar o local), Spix e Martius encontraram muitas tropas que levavam galinhas para vender no Rio de Janeiro. E com relação a esse tipo de comércio, escrevem que:

A desproporção entre as necessidades de uma grande cidade e a escassa produção dos arredores, em grande parte ainda não

cultivados, torna indispensável o abastecimento de regiões muito remotas. Os industriais paulistas trazem por isso, numa distância de mais de cem léguas, a sua produção viva ao mercado do Rio, onde a vendem com lucro. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.120).

Naquela noite, segundo descrevem, mal conseguiram dormir, devido ao cacarejo dos galináceos, aliás, de tom áspero e desagradável aos ouvidos dos dois alemães, diferente do cacarejo das galinhas européias, mais audível. Os cargueiros que compunham a tropa que acompanhava os dois ilustres cientistas tinham sofrido alguns machucados e necessitavam de urgente tratamento. Os machucados tinham sido resultado da inabilidade do arrieiro no trato dos animais. Entretanto, registram que o guia da tropa havia atribuído todo o mal ao nevoeiro intenso da noite, ao forte orvalho matinal e com o agravante das feridas dos animais terem ficado expostas ao luar.

Novas mulas foram adquiridas e as impressões de uma viagem noturna, fato raro na época, merecem uma maior análise e reflexão:

A viagem à noite tem um grande encanto nos trópicos, particularmente pela agradável frescura que anima o viajante depois do calor esgotante do dia. Também a paisagem expõe novos e surpreendentes quadros que, pelo vago dos contornos, excitam a fantasia do europeu de modo particular. Somente a viagem noturna não é conveniente para as mulas cargueiras, porque elas têm o costume de dormir de preferência de meia noite até a manhã. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.122).

Ao longo do caminho noturno, avistavam-se os contornos azulados da Mantiqueira. O medo maior era encontrar uma cobra no caminho, como a jararaca, tão comum na região.

Em Silveiras, encontraram idêntico pouso para as tropas, com pasto fechado para os animais e um rancho espaçoso para pendurar as redes de dormir. Até Silveiras, muitas roças de milho, mandioca e cana, de acordo com o relato, apresentavam-se aos viajantes de forma mais agradável do que a uniformidade tenebrosa e silenciosa das matas virgens, que oprimia e angustiava o espírito europeu, acostumado a uma variedade de paisagens em tão pouco espaço.

A entrada dos viajantes no Vale do Paraíba é descrita minuciosamente, devido à forte impressão causada, inclusive fazendo-os respirar “com mais liberdade”. Chamado por eles de Vale Alegre, é assim percebido:

Na distância de cerca de duas léguas, este vale é formado ao oeste por uma parte da Serra da Mantiqueira, que aqui em geral toma a direção de S.O. para N.E.. Daí, ela parece uma longa serra ininterrupta sem declives abruptos nem gargantas, porém, de agradáveis contornos pinturescos, com muitos outeiros de lombadas suaves, cobertas parte de mata serrada, parte de pastos. O próprio vale, no qual finalmente entramos, depois de termos passado as choupanas de Paiol e o Iripariba, rio que se lança no Paraíba, estende-se entre as últimas encostas da Serra do Mar e da acima mencionada Mantiqueira, para o sul. O Paraíba corre nele, depois de sair dos estreitos vales da primeira cadeia de montanhas em direção norte, e toma em Jacareí direção justamente oposta à anterior. Suas margens são cobertas parte com matos, parte com campinas. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.122-123).

A primorosa descrição do Vale do Paraíba se reporta à visão deslumbrante da Mantiqueira de um lado e da Serra do Mar, de outro, e do cotovelo do Paraíba, em Guararema.

Além da vila de Lorena, registrada como um sítio pobre e sem importância, com umas quarenta casas, apesar de apresentar terras férteis nos arredores e do tráfego entre São Paulo e Minas Gerais, passaram pela vila de Guaratinguetá.

A observação sobre o comércio de São Paulo, que abastecia Minas Gerais, com mulas, cavalos, sal, carne seca, ferragens e os demais produtos que vinham do litoral para o interior, passando por Porto da Cachoeira (atual Cachoeira Paulista) e Porto do Meira, sobre o Paraíba, em direção das Minas, é detalhada. A ressalva dos observadores é que as praças do Rio e da Bahia eram os principais fornecedores de Minas Gerais. Esta província, por sua vez, despachava para São Paulo tecido grosseiro de algodão.

Em Guaratinguetá, a cultura do fumo apresentava idêntica qualidade do fumo cultivado no litoral, o chamado “tabaco da marinha”, distinto do fumo de qualidade inferior, o chamado “tabaco de serra acima”. Segundo Spix e Martius, o melhor de todos era o da Ilha de São Sebastião, exportado como rapé. E esse fumo também se constituía em artigo de permuta com os navios negreiros, por escravos negros.

Sobre Guaratinguetá, elogiam o “talento de observação dos primitivos habitantes”, no significado e na escolha do nome indígena da vila, cujo significado é “lugar onde o sol volta”.

Por outro lado, tecem críticas à falta de ordem e de um sistema entre as profissões, no Brasil, dificultando a fiscalização policial e administrativa.

Pouquíssimos ofícios estavam organizados em grêmios, e somente em lugares populosos.

Há também interessante registro dos dois viajantes sobre sua passagem pelo sítio, de romarias de Nossa Senhora Aparecida, uma capela situada num outeiro, cercada de algumas casas. A pequena localidade “data de setenta anos atrás, época já remota para este país”, registram eles com ironia, sobre a parca memória e a curta história da sociedade brasileira, se comparada à européia. A pequena capela, cuja imagem era considerada milagrosa, atraía peregrinos de toda província e de Minas Gerais.

Em Pindamonhangaba, os dois ilustres viajantes reclamaram das constantes e fortes chuvas que deixavam o vale quase sempre encoberto por densa neblina. Em razão dos aguaceiros, não tiveram a oportunidade de examinar a região “abundante em selvas e aguadas”. Sobre esse fato, escrevem que:

Viajar nos países tropicais durante a época das chuvas, além de muitos outros dissabores e perigos, tem também o duplo inconveniente não só de dificultar muito para o viajante a observação dos arredores, como também o resguardo dos livros, instrumentos e coleções, de destruição. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.125).

Sobre Pindamonhangaba, relatam ser formada de “filas de casebres baixos, espalhados num morro” e apresentando pouca prosperidade. A igreja inacabada e com decoração de mau gosto, enfeitada para o Natal, surpreendeu os visitantes, em especial um presépio ali armado.

Achar esse símbolo religioso também aqui tinha algo de comovente para nós, pois enteneceu-nos a idéia de que também nestas regiões desertas e de beleza selvagem a doutrina do Salvador está estabelecida e o espírito cristão aqui se desenvolverá sempre mais puro. (SPIX; MARTIUS, 1981, p.125).

Sobre Taubaté, Spix e Martius descrevem-na constando “de uma rua principal com casebres cerrados de ambos os lados e algumas ruas laterais”. Consideraram Taubaté uma das mais importantes vilas da província de São Paulo, que mantinha ferrenha rivalidade com os piratininganos, motivo de brigas sangrentas, na época que a extração do ouro impelia todos às Minas Gerais.

Na vila de Jacareí, após a passagem pela pequena vila de São José (atual São José dos Campos), Spix e Martius observaram a presença do bócio como doença endêmica, num grau tão alto “como nunca talvez aconteça na Europa”.

7.4.2 – Auguste de Saint-Hilaire

O naturalista botânico francês partiu do Rio de Janeiro no dia 22 de janeiro de 1822, em direção de Minas Gerais, para sair em São Paulo, e daí retornar ao Rio entre 4 ou 5 de maio do mesmo ano.

As argutas observações, às vezes com fina ironia, principalmente tratando-se dos costumes, expressam uma “visão do mundo” calcada nos valores do europeu como colonizador, isto é, “superior” aos povos das Américas, sejam eles nativos ou descendentes do colonizador.

Saint-Hilaire, ao adentrar no Vale do Paraíba, veio de Minas Gerais. Na descida da Mantiqueira, observou a araucária e observou também, na Província de São Paulo, que:

Como em todas as cidades do interior do Brasil, a maioria das casas fica fechada durante a semana só sendo habitada nos domingos e dias de festas. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.77)

A observação citada, feita por Saint-Hilaire ao passar pelo Vale do Paraíba, é semelhante a outra observação registrada quando ele ainda estava em Minas Gerais, na qual lembrava que as cidades, durante a semana, eram povoadas pela mais vil canalha, alguns artesãos, a maioria homens de cor, mas também mandriões (preguiçosos) e rameiras.

Outra observação do sábio francês, a se destacar, é sobre o próprio Vale do Paraíba. Escreve ele que:

Nos morros descortinávamos todo o território que se estende entre a cadeia marítima e a Serra da Mantiqueira, região que forma uma espécie de bacia entre as duas cadeias.
A cana-de-açúcar e o café são os dois produtos que mais se cultivam nesta comarca. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 69)

A presença de plantações de café surge nas observações do viajante, bem como a cultura da cana-de-açúcar.

A Vila da Cachoeira (atual Cachoeira Paulista) não passava de uma dezena de casas e ainda era um distrito de Lorena, registra Saint-Hilaire.

Nas proximidades de Cachoeira, ele verificou que o caminho se bifurcava: à direita seguia para o Rio de Janeiro e à esquerda para São Paulo, uma região coberta de matas. No caminho para Lorena, as culturas eram quase as mesmas descritas anteriormente: café, cana e mandioca.

Sobre Lorena, observa que fica às margens do Paraíba, na extremidade de uma região plana e pantanosa. Lorena apresentava, na época, ruas menos largas do que as das cidades e aldeias da Capitania de Minas Gerais. As casas eram apertadas umas às outras. Em geral, não eram caiadas, mas pequenas, e apresentavam um só pavimento. Contudo, apresentavam-se bem tratadas e com ar de asseio, que agradava o viajante.

Entre Lorena e Guaratinguetá, observou vários engenhos de açúcar e, no interior das casas, o uso de rede para dormir. Sobre isso, escreve que:

O uso da rede, quase desconhecido da Capitania de Minas, é muito espalhado na de S. Paulo, a exemplo dos hábitos dos índios, outrora numerosos nesta região. Já tive muitas vezes ocasião de notar, que por toda parte onde existiram índios, os europeus, destruindo-os, adotaram vários de seus costumes e lhes tomaram muitas palavras da língua. Se os mineiros têm grande superioridade sobre o resto dos brasileiros, isto provém, certamente, de que pouco se misturaram com os índios. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 72).

Sobre Guaratinguetá, descreveu-a como uma vilazinha mais comprida do que larga, com ruas estreitas se comparadas às cidades e aldeias de Minas. Mas, observou também a presença de “vendas bem sortidas” indicando algum comércio. Entretanto, como era dia útil, a maioria do comércio estava fechada, presumindo-se que abriam tão somente nos domingos e dias de festas, quando todos estariam na cidade (a maioria agricultores).

A única rua que ia dar no rio era ladeada por miseráveis choupanas e lhe pareceu habitada por mulheres de má vida. Nas margens do Paraíba, o naturalista francês e sua pequena tropa se abrigaram, num grande rancho, destinado ao pouso dos tropeiros.

Entre Guaratinguetá e Aparecida, o francês observou uma multidão dirigindo-se à missa, pois era domingo. Escreve ele que:

Alguns homens a cavalo estavam regularmente vestidos. Encontramos um número bastante grande de mulheres montadas e muitas não estavam acompanhadas por homem algum. Trajavam, segundo os costumes do país, chapéu de feltro e uma espécie de amazona de pano azul. Raras respondem ao cumprimento que se lhes faz, mantêm-se eretas, não virando a cabeça nem para um lado nem para outro e olham o passante com o “rabo do olho”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.73-74)

As mulheres pobres, segundo suas observações, andavam com as pernas e muitas vezes os pés nus. Usavam saia e camisa de algodão e chapéu de feltro na cabeça.

Percebeu Saint-Hilaire que, na região do Vale do Paraíba paulista, os traços de sangue indígena eram menos visíveis nos camponeses do que nos dos arredores de São Paulo e Sorocaba.

Na passagem por Aparecida, fez uma longa observação sobre a paisagem vista de cima da colina, onde estava a igreja, e sua implicação como centro de peregrinação religiosa. Escreve ele:

A uma légua de Guaratinguetá, passamos em frente da capela de N.Sa. da Aparecida. A imagem que ali se adora passa por milagrosa e goza de grande reputação, não só na região como nas partes mais longínquas do Brasil.

Aqui vem gente de Minas, Goiás, Bahia cumprir promessas feitas a N.Senhora da Aparecida. A igreja está construída no alto de uma colina, à extremidade de grande praça quadrada e rodeada de casas. Tem duas torres com campanário, mas seu interior nada apresenta de notável. O que é notável realmente é a vista encantadora desfrutada do alto da colina. Descortina-se região alegre, coberta de mata pouco elevada. O Paraíba ali descreve elegantes sinuosidades, e o horizonte é limitado pela alta cordilheira da Mantiqueira. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.74).

A partir de Guaratinguetá, o relevo tornava-se mais plano, de acordo com Saint-Hilaire, e não havia mais a presença de matas virgens. Sobre a Vila de Pindamonhangaba, o naturalista afirma que “é um lugar pouco importante e apenas consta de uma rua”. Verifica que as casas são baixas, pequenas e cobertas de telhas muito limpas e bem conservadas. Ali existem três igrejas e na principal que visitou achou-a muito escura e feia.

Taubaté, onde se hospedou numa estalagem mantida por uma mulata, foi considerada por Saint-Hilaire o núcleo populacional mais importante que encontrou desde que entrou na Capitania de São Paulo.

Fica situada em terreno plano e tem a forma de um paralelogramo alongado. Consta de cinco ruas longitudinais, todas pouco largas, mas muito limpas e cortadas por várias outras. As casas próximas umas das outras são pequenas, baixas, cobertas de telhas e só tem o rés-do-chão.

A maioria apresenta a fachada caiada e tem um quintalzinho plantado de bananeiras e cafeeiros. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.77).

Notou ele que a igreja paroquial ostentava duas torres e era bem grande, contendo cinco altares, além do altar-mor. Além dela, existiam três outras igrejas, que na verdade seriam capelas. Havia o convento, muito grande, da Ordem dos Franciscanos, que ajudava a embelezar a cidade.

Observou também que as terras dos arredores de Taubaté eram próprias para o cultivo da cana e do café, e o peixe do Paraíba era farto na região.

Saint-Hilaire, durante toda sua viagem, quase sempre reclamou das estalagens e locais de pouso. Escreveu ele que:

Estas estalagens do interior não passam de verdadeiros prostíbulos, quer mantidas por mulheres, quer por homens. [...]. Tais mulheres, além disso, são muito raramente bonitas, e sempre desprovidas de graça e atrativos. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.78).

A crítica mais contundente que fez foi sobre a miséria em que viviam os habitantes do Vale, e o pouco asseio nas roupas e cabelos que apresentavam.

Além disso, descreveu que os habitantes, ao longo da estrada para São Paulo, no Vale do Paraíba, apesar da aparência branca, traziam “os traços típicos da raça indígena”. Segundo ele, as crianças em geral eram belas, mas, à medida que cresciam, tomavam um ar enfermício, cor cadavérica e terrosa, proveniente da má alimentação e insalubridade em que viviam.

Nas vendas, na beira da estrada, só se encontravam bananas, aguardente e um pouco de fumo. Ele registrou um curioso costume paulista no Vale do Paraíba, assim relatado:

Em Minas, dizia-me José (que é mineiro), quem tem fome pode estar certo de encontrar por toda a parte um prato de feijão e farinha sem ser obrigado a pagar. Aqui, arvoram nas casas um pedaço de galho espinhoso da figueira-do-inferno para avisar aos que não tem dinheiro que serão mal recebidos. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.79).

A Vila de São José (atual São José dos Campos), para o naturalista francês, “não passa de mísera aldeia composta de casas pequenas, baixas e mal conservadas”. Apenas a vista da Mantiqueira, na sua opinião, tornava a paisagem pitoresca. A serra, ali, encontrava-se mais próxima possível, em todo o Vale.

Saint-Hilaire, depois de uma estada em São Paulo, capital da província, retornou pelo mesmo caminho até Queluz, pegando o Caminho Novo, na altura de Areias. A observação que faz, no caminho de volta ao Rio de Janeiro, está relacionada à cultura cafeeira, que começava a se tornar dominante a partir do trecho do Vale que está mais próximo do Vale Histórico da Serra da Bocaina. Saint-Hilaire (1974, p. 96) afirma que: “É para lá de Lorena que se começa a encontrar homens ricos. Devem todos a fortuna à cultura do café.”

Em Vila da Cachoeira (atual Cachoeira Paulista), segundo Saint-Hilaire, encontravam-se muitas vendas e ranchos, próximos uns dos outros, em geral pequenos e construídos com menos cuidado do que os da estrada do Rio de Janeiro a Vila Rica. Observou também que o vestuário das pessoas, ali no Vale, consistia apenas de chapéu de feltro, camisa e calça de tecido grosseiro de algodão.

Ao encontrar algumas tropas que vinham de Minas em direção do litoral e outras que faziam o sentido inverso, notou que as que demandavam a costa carregavam fumo e as que subiam para Minas carregavam sal e ferro. Indignado com isso, escreveu:

É verdadeiramente vergonhoso que num país onde este metal é tão abundante, proceda ainda do estrangeiro grande parte do que consome. É evidente que seria prestar real serviço ao Brasil sobrecarregar o ferro de impostos consideráveis ao entrar na Capitania forçando-se, assim, os filhos da terra a fazer uso das riquezas que tem à mão. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 99)

Ao penetrar nas proximidades do Caminho Novo, no Vale Histórico da Bocaina, Saint-Hilaire observou a região montanhosa e as matas virgens que “ostentam a plenitude de sua magnificência” e, onde a mata tinha sido derrubada, a vegetação que a substituíra era a mesma das capoeiras. Nas margens das estradas

das Capitanias de Minas e São Paulo, observou que houve o cuidado de cortarem as grandes árvores, de modo que a insolação secasse mais rapidamente a lama que se formava após os aguaceiros.

Na medida em que se aproximava da vila das Areias, começou a notar que as casas eram mais bem construídas e tratadas, e habitadas por agricultores abastados. A presença de cafezais tornava-se mais frequente e então o naturalista intuiu que deveriam aumentar à medida que fosse se aproximando do Rio de Janeiro. Sobre esse assunto, escreve Saint-Hilaire (1974, p.100):

Esta alternativa de cafezais e matas virgens, roças de milho, capoeiras, vales e montanhas, esses ranchos, essas vendas, essas pequenas habitações rodeadas das choças dos negros e as caravanas que vão e vêm, dão aos aspectos da região grande variedade. Torna-se agradável percorrê-la.

Antes de chegar em Areias, o naturalista passou pela fazenda do capitão-mor da Vila e observou a singeleza da habitação: baixa, pequena, coberta de telhas, construída de pau-a-pique e rebocada de barro. O mobiliário simples se constituía de uma mesa, um banco, um par de tamboretas e uma pequena cômoda.

Areias fica a pouco menos de uma légua da fazenda e, de acordo com Saint-Hilaire, a “cidadezinha” fica:

[...] situada num vale entre dois morros cobertos de mato. Pareceu-me inteiramente nova e compõe-se unicamente de duas ruas paralelas, cuja principal é atravessada pela estrada em todo o comprimento. A igreja é bem grande e construída de taipa e não caiada. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 100)

Percebeu também que a cultura do café, na região, era nova, mas já enriquecera muita gente. Descreve com detalhes o processo do plantio do café, no uso de mudas dos cafezais mais antigos e que levariam três anos para produzir, sendo necessários quatro anos para atingirem a plenitude. Descreve ainda os cuidados que se deve ter com o cafezal, desde a capinação, a poda, a colheita, até a secagem e moagem dos grãos.

Em Areias, Saint-Hilaire encontrou um compatriota e sobre a vinda de imigrantes franceses expressou sua simpatia, mas também fez críticas contundentes sobre uma parte deles. Por outro lado, demonstrou profundo preconceito contra os brasileiros, expressando sua visão sobre a superioridade do europeu em

comentários como este: “[...] avistei-me com um jovem francês que parece ativo e bem educado e cujo rosto é agradável e vivaz.” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.101).

Depois de relatar que o seu compatriota, ao qual demonstrou total apreço, veio ao Brasil tentar fazer fortuna, revendendo café na praça do Rio de Janeiro, expressou suas críticas e impressões sobre a imigração de europeus ao país. Sobre isso escreveu:

Nos últimos seis anos tem imigrado para este país grande quantidade de franceses atraídos em sua maioria, pela fama de riqueza de que o Brasil goza na Europa e a esperança de fortuna rápida. A maioria é de militares de ambições contrariadas, operários sem emprego e aventureiros desprovidos de princípios e moral. Vários deles, cheios de decepção, voltaram à Europa ou levaram à América espanhola sua ignorância e fatuidade. Entre eles, entretanto, existem homens de caráter firme, que vindos ao Brasil com a intenção de enriquecer, mostram constância, e cujo trabalho não deixou de ser recompensado. Num país cujos habitantes têm idéias pouco desenvolvidas e estão acostumados à preguiça, o europeu, senhor da vantagem de ter muito maior descortino, deve necessariamente ganhar alguma coisa, se trabalhar com perseverança e comportar-se bem.

A visão preconceituosa sobre a inferioridade do brasileiro é uma constante ao longo do relato de viagem do naturalista francês.

Ainda na região de Areias, conheceu dois habitantes de Cunha que iriam assumir um posto de fiscalização na barreira do Caminho para o Rio de Janeiro. Sobre Cunha (que não conheceu), descreveu um breve relato do que ouviu dos cunhalenses a respeito das distâncias daquela cidade para Guaratinguetá (nove léguas), para Parati (quatorze léguas) e com relação às nascentes do Paraíba (cinco léguas). Comentou sobre o açúcar e o café não serem cultivados nas suas redondezas, afirmando ser devido aos terrenos serem baixos, o que é um grande equívoco de Saint-Hilaire. Mas foi detalhista e correto no que se refere ao comércio pelo “Caminho Velho”, que passa por Cunha em direção a Parati.

Ao chegar na fazenda Pau D’Alho, afirma que ali se encontrava a maior plantação de café que já tinha visto ao longo da estrada para o Rio, então Caminho Novo. E observou que a casa da fazenda era um sobrado, característica pouco comum naquela região, na época que por ali transitou.

Comentou ainda que havia apenas uns vinte anos que o café começara a ser cultivado por ali e que, naquele momento, fazia a riqueza da região. Antes disso,

explica Saint-Hilaire (1974), “ocupavam-se os lavradores apenas de cana-de-açúcar e da criação de porcos.” Entre os pés de café, plantavam-se, ali, milho e feijão.

Na conversa com o jovem francês, em Areias, soube que era comum proprietários de fazendas possuírem 40, 60, 80 ou até 100 mil pés de café, o que gerava enormes fortunas. E, ao indagar ao compatriota, “em que empregavam o dinheiro”, Saint-hilaire anotou a seguinte resposta:

O Sr. pode ver, respondeu-me, que não é construindo boas casas e mobiliando-as. Comem arroz e feijão. Vestuário também lhes custa pouco, e nada gastam com a educação dos filhos que se entorpecem na ignorância, são inteiramente alheios aos prazeres da convivência, mas é o café o que lhes traz dinheiro. Não se pode colher café senão com negros. É pois comprando negros que gastam todas as rendas e o aumento da fortuna se presta muito mais para lhes satisfazer a vaidade do que lhes aumentar o conforto. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.103)

Ao comparar a casa de um europeu (um açoreano), no caminho para Bananal, considerou-a com mais simetria, mais bem construída, mais bem conservada e arejada do que as dos brasileiros. Sobre isto escreveu:

Por menos culto que seja o europeu, por mais baixa que lhe seja a procedência, tem mais idéias do que os brasileiros, que não possuem a mínima instrução. Este é o caso geral mesmo quando diz respeito a pessoas ricas. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.103).

Ao relatar um encontro que tivera no caminho, com um mineiro e um paulista, que viajavam na mesma direção, registrou que o segundo sequer respondia-lhe as perguntas mais simples e “parecia estúpido e acanhado”. O mineiro era mais desembaraçado e firme, concluiu o francês, ao se referir aos homens da região, sempre implicando com os paulistas, dizendo que “os homens mais abastados desta região revelam não somente extrema ignorância como ainda limitada inteligência e pouco critério.” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 104)

No trecho mais próximo a Bananal, não viu nenhum cafezal e observa que a região tornara-se mais montanhosa. Sobre a “Aldeia de Bananal”, afirmou ser sede de Paróquia e que ficava situada num vale largo, entre morros cobertos de matas, possuindo uma única rua.

Com certa intuição, relatou que, apesar de ser recente a fundação do aglomerado, acreditava que logo iria adquirir importância, pois se achava no meio de

uma região onde se cultivava muito café, o que revertia para os moradores rendas consideráveis.

Novamente volta a relatar, na região de Bananal, a presença da “papeira”, ou bócio, afirmando que a tal doença era atribuída à baixa temperatura das águas. Para Saint-Hilaire, a doença era comum em certas áreas montanhosas do Brasil por conta das temperaturas mais baixas. No caminho para o Rio de Janeiro, encontrou para pouso um rancho denominado “Rancho Grande”. Era o maior rancho para tropeiros e viajantes que vira no país. Bem conservado, pertencia a um dos mais ricos fazendeiros de café das redondezas. Aproveitou para reclamar da falta de estrutura de outros ranchos, onde tivera de se abrigar durante as viagens, escrevendo:

É verdadeiramente inconcebível que o governo não tome alguma providência a tal respeito e tampouco do que tanto interessa ao comércio, a ponto de nem proporcionar aos que transportam mercadorias pelas mais frequentadas estradas, lugares onde as possam abrigar à noite, sem temer que a chuva as avarie. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.105).

Os caminhos, para Saint-Hilaire, eram penosos e havia a impressão de que nunca haviam sido reparados, continuando com problemas e obstáculos idênticos aos que já existiam cinquenta anos após a “descoberta do país”.

7.4.3 – Augusto Emílio Zaluar

Zaluar, escritor português, veio para o Brasil em 1848, aportando no Rio de Janeiro. Trabalhou como tradutor e escritor de prosa e verso. Foi professor na Escola Normal, na capital do Império. Residiu em Vassouras e Paraíba do Sul, ambas cidades do Estado do Rio de Janeiro. Fez suas viagens pela região Leste/NE de São Paulo, passando pelo Vale Histórico da Serra da Bocaina, Vale do Paraíba paulista, chegando à capital da província e a Campinas. Foi mais além; chegou até Piracicaba, Sorocaba, Porto Feliz, Itu e Santos.

Aqui ficaremos restritos aos registros feitos por ele sobre o Vale Histórico da Bocaina: Bananal, Barreiro, Areias e Silveiras, onde Zaluar esteve entre 1860 e 1861.

A Cidade do Bananal

A primeira observação de Zaluar é a constatação de um engano. Imaginava que, ao adentrar em território da província de São Paulo, encontraria, de imediato, hábitos e costumes diversos dos encontrados na província do Rio de Janeiro. Muito pelo contrário, a população bananalense pareceu-lhe cultivar uma ligação maior com o Rio do que com a própria capital da província, São Paulo. Havia, segundo suas observações, até o desejo da gente de Bananal de fazer parte do Rio de Janeiro.

Essa observação é deveras curiosa, na medida em que, até mesmo atualmente, em nossas observações desde 1975, constatamos uma forte influência dos costumes e até do sotaque carioca entre os bananalenses.

Zaluar veio a Bananal a partir de Barra Mansa, “por caminhos particulares”. Portanto, não veio pela estrada oficial, sobre a qual diz: “[...] pouco posso dizer da sua estrada, que me consta não ser em cousa alguma superior àquelas que já conheço.” (ZALUAR, 1975, p.42).

No caminho para Bananal, o escritor passou “alguns dias” na fazenda Bela Vista e elogia o proprietário, o Barão de Bela Vista, “moço inteligente, rico, e viajou para a Europa”, com o qual teve o “agradável conforto de sua convivência”. Da fazenda até a cidade são duas léguas, regulares para quem está habituado a elas, mas marcante para quem o faz pela primeira vez, escreve Zaluar. Um ponto marcante foi, sem dúvida, a ponte das Três Barras, próxima à confluência dos rios Turvo, Pirapitinga e Bananal, todos afluentes do rio Paraíba.

Sobre Bananal, Zaluar (1975, p.43) escreve que:

A cidade de Bananal não oferece, para quem vem deste ponto, quadro algum aprazível. Situada em um terreno baixo, está como que escondida nas dobras desiguais de suas próprias construções, sem que se lhe descubram os edifícios nem se lhe deixe ver ao menos o horizonte. A nomenclatura de suas ruas, as quais são felizmente planas e alinhadas, nada oferece também de curioso, pois não se liberta das eternas variantes da rua do Rosário, Direita, Lavapés, que se encontra em todas nossas povoações, concorrendo para a monotonia e uniformidade em que se moldaram quase todos os núcleos do interior; no entanto o aspecto geral da cidade é risonho, e alguns edifícios importantes saltam à vista do viandante observador, que merecem ser examinados com mais detida atenção. Os edifícios públicos, tais como a matriz, a câmara municipal, forçosamente associada à cadeia, e o cemitério, colina coberta de mato, são pobres, feios, mal construídos, e, relevem-nos a franqueza, indignos de um município onde há tantos elementos de

riqueza, fazendeiros tão abastados e de bom gosto, e finalmente de uma povoação onde se ostentam muitos prédios particulares que pela sua magnificência e riqueza mais amesquinham obras que se deviam construir com a solidez conveniente, e de acordo com os preceitos da arte, de que parecem inteiramente deserdadas.

Sobre a Casa de Misericórdia (Santa Casa de Misericórdia), considerada por Zaluar a melhor e a mais grandiosa das construções públicas de Bananal, escreve ele que ela ainda estava inacabada, deteriorando-se, sem servir realmente para o fim que fora construída.

Qual a razão de Bananal não possuir edifícios públicos compatíveis com sua riqueza e população? indagou Zaluar. E comparando-a com Barra Mansa, Resende e Piraí, cidades da província do Rio de Janeiro, próximas, pergunta por que essas cidades se sobressaem neste aspecto, de Bananal. Ele mesmo responde: “É que Bananal foi até certo tempo um campo constantemente aberto à exploração dos ambiciosos políticos.” (ZALUAR, 1975, p.44).

Zaluar reporta às lutas políticas eleitorais, às desinteligências de famílias, às inimizades e discussões que ocorriam sempre com parcialidades. Vislumbra, contudo, tempos mais calmos que trariam os melhoramentos indispensáveis para o progresso.

E, ao falar de civilização e progresso, escreve que para se conhecerem esses atributos de um país, deve-se “estudar a sua instrução pública, os seus teatros e os seus botequins”. Mas, com relação a Bananal, esses dados não serviriam para dimensionar a realidade. Havia em Bananal, na época, duas escolas particulares para meninos, com 20 alunos, e uma pública para meninas, com uma ou duas educandas.

Segundo Zaluar (1975), havia ainda em Bananal “prédios dignos de uma capital”. O Solar do Comendador Aguiar Valim, no Largo do Rosário, “primorosamente acabado”; a casa do Sr. Manuel Venâncio Campos da Paz, no mesmo Largo, espaçosa e apresentando elegante arquitetura; a da D. Maria Joaquina d’Almeida, no largo da Matriz, e outras. Salienta também uma ponte “sólida e bem construída” sobre o rio Bananal.

Zaluar considera Bananal a primeira povoação da província de São Paulo, com uma população afável e amena. Ali se encontra um “grande número de cavalheiros ilustrados” que honram o município e o país. Entretanto, a vida social na

cidade é muito monótona, escreve Zaluar (1975), mas “dizem-me que nas fazendas é mais animado.”

Ao fazer um retrospecto nos seus apontamentos, o escritor afirma que seu intento era apenas produzir uma idéia do desenvolvimento material, no sentido de perceber a grandeza ou decadência dos lugares visitados. Com relação às observações que fez, Zaluar (1975, p.46) escreve que:

A maior parte das cidades e vilas do interior que tenho visitado, é forçoso confessá-lo, longe de se encaminharem para um porvir mais próspero, acham-se pelo contrário em um período de estacionarismo ou atraso que realmente contrasta.

Relata que o fazendeiro e o lavrador não saem de suas fazendas, não vão ao povoado, a não ser por necessidade, e compram os gêneros de que necessitam, na Corte.

Desta forma, segundo Zaluar, as ruas ficam despovoadas, as famílias raramente aparecem nas ruas e nas janelas e há uma sensação de desalento e solidão. Sobre isso, escreve que:

No entanto já houve uma época em que tudo isso era bem diferente! Não há muitos anos ainda era um paraíso habitar no meio dessas cidades e vilas.

As distrações eram constantes aqui. Jantares, reuniões, bailes e festas traziam todo este povo em movimento, em ação; comprava-se e vendia-se muito; todos os interesses tinham portanto um largo respiradouro.

Qual foi porém o flagelo que reduziu quase ao aniquilamento todos estes centros do comércio e da riqueza do país? (ZALUAR, 1975, p.47).

Zaluar explica tudo isso pelas dissensões políticas, pela absorção e desaparecimento das pequenas propriedades, incorporadas às grandes fazendas, as facilidades das comunicações com Corte e a crise financeira por que passava o país, na época.

É interessante notar que outros viajantes, em outras épocas, já haviam relatado o fato das cidades, vilas ou povoados ficarem desertos durante a semana e revividos nos domingos e feriados. Spix, Martius e Saint-Hilaire, em períodos diferentes, observaram esse fato. Neste sentido, acreditamos que Zaluar fantasia um tempo passado, em que os aglomerados populacionais, seja uma vila, povoado ou

aldeia, apresentava uma intensa vida urbana. Parece que, pelo menos no fim do século XVIII e no século XIX, as vilas ou povoados só tinham vida aos domingos e feriados. A vida econômica era muito dependente da vida no campo, da produção agrícola.

Zaluar também entra em contradição ao afirmar que:

O Bananal já teve também o seu período de engrandecimento e prosperidade [...]. Hoje porém é mais uma cidade sem animação e sem vida. Onde pois se escondem as dezoito mil almas que compõem este município, cujo centro é por assim dizer uma povoação deserta? Toda essa gente está na roça, e só aqui vem no tempo das eleições, quando funciona o Júri, ou às paradas da guarda nacional. (ZALUAR, 1975, p.48).

Bananal, como grande produtor de café, de acordo com Milliet (1982), soma-se às outras cidades do Vale do Paraíba, para viver o período de maior opulência, de 1854 a 1886. Neste período, Bananal atinge uma safra superior a 550.000 arrobas de café. Zaluar mesmo escreve que “este município é um dos mais importantes da província de S.Paulo e exporta por ano acima de um milhão de arrobas de café.” (ZALUAR, 1975, p.49).

Contudo, vale lembrar que Bananal nunca atingiu safra tão alta, como alardeou Zaluar. A partir de 1854, a produção de café no município de Bananal foi caindo, até atingir, em 1935, 13.650 arrobas. (MILLIET, 1982).

O visitar as fazendas dos arredores de Bananal, teceu incontáveis elogios aos seus proprietários e propriedades. Na fazenda da Cascata, do Comendador Antônio Barbosa da Silva, registrou que o fez lembrar dos castelos da Escócia, devido à sede da mesma estar edificada num terreno mais alto e ao lado de uma bela cachoeira. Sobre sua estada nestas fazendas, escreveu Zaluar (1975, p.50) que:

Como é diferente a vida da roça da existência monótona da povoação! Ali as distrações abundam [...]. Todas as cidades e vilas querem ser côrtes, ainda que seus habitantes só tenham por ponto de reunião a casa onde se joga o dominó, e todas as portas se fechem antes do toque de recolher! Têm razão os roceiros, não vale a pena para isto frequentar o povoado!

VILA DO BARREIRO

Segundo Zaluar, em Barreiro pode ser observada grande “diferença de costumes e tendências civilizadoras”, comparando com outras povoações modernas ou antigas do nosso interior. Escreve ele que:

[...] a pitoresca vila do Barreiro, reclinada no regaço de um vale ameno e verdejante, e à sombra de uma das abas da serra da Bocaina, cuja cordilheira se encadeia formando elos das montanhas até perder-se no horizonte. (ZALUAR, 1975, p.51).

Retrata que a estrada Geral de São Paulo (Caminho Novo) é muito superior aos outros caminhos e estradas que percorreu, na província do Rio de Janeiro. No município de Barreiro (atual São José do Barreiro), visitou várias fazendas, mostrando-se curioso em relação ao nome da fazenda Catadupa, que descreve em minúcias:

[...] chamada de Catadupa por causa duma dupla cachoeira que aí forma o rio Formoso, fica em parte encostada na fralda da serra da Bocaina, por onde se alastram os seus verdejantes cafezais, em parte estende-se por um vale risonho circundado de morros e cortado pelas sinuosidades do rio, onde avulta uma grande porção de fraguedos destacados sobre o terreno [...]

A cinco léguas pouco mais ou menos deste ponto, nasce o rio Paraíba, por um pequeno lacrimal em um vale de campos naturais formado de uma saliência da serra da Bocaina, que neste lugar representa uma espécie de degrau por duas serras sobrepostas, mas que deixam entre si um largo espaço.

O rio começa com o nome de Piraitinga, e assim continua descrevendo um círculo de vinte léguas até formar sua junção com o rio Paraibuna, e só então é que toma o nome de Paraíba. (ZALUAR, 1975, p.52,53)

Escreve ainda Zaluar que o Paraíba, a um quarto de légua da sua nascente (aprox. 1.650m), apresenta-se estreito e pouco mais avolumado do que um ribeirão, mas no quarto de légua seguinte já se apresenta tão caudaloso que não há como vadear-lo, no caso de uma ligeira enchente.

O rio Paraíba é, pois, o rio predileto de Zaluar. Segundo ele, suas “águas fecundam as margens das três mais belas províncias do Império” – Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Onde, antes, abrigavam tribos indígenas, “levantam-se agora cidades e vilas industriosas”; onde antes existiam “florestas seculares e os matos primitivos”, agora ostentam cafezais, roças de milho e feijão e, nas planícies

(várzeas), os arrozais. Ao longo do rio, brota agora “a vida ao contacto da civilização e do progresso”. (ZALUAR, 1975).

Ao se referir a Barreiro, escreve que a vila, observada de qualquer morro que a circunda, apresenta “aspecto agradável e metódico”.

As suas ruas são perfeitamente alinhadas, quase todas planas, e os prédios, ainda que pouco importantes pela maior parte, construídos com regularidade.

Está dividida a povoação em dois bairros. O bairro nobre, ou aquele em que avultam as construções mais importantes e é habitado pelas pessoas mais abastadas do lugar, levanta-se na parte mais elevada do terreno, e é coroado no alto pela igreja matriz, edifício singelo, mas que não deixa de ter sua modesta elegância.

O outro bairro, abaixo daquele, é habitado pelas classes pobres, e quase todas as casas são ainda ali cobertas de sapé, o que forma um contraste que não deixa de ter seu tanto ou quanto de pitoresco, visto de certa distância. (ZALUAR, 1975, p.53).

Lendo atentamente as anotações de Zaluar, sobre a disposição topográfica de S.José do Barreiro, muito nos surpreendeu. Sem dúvida que se trata de um núcleo urbano pitoresco e que muito nos agrada. Acontece que não conseguimos imaginar os dois bairros, um mais nobre outro mais pobre e, principalmente, um situado em terreno mais alto. Particularmente com relação à igreja matriz, que pelo sabido está localizada exatamente no local da primeira capela, dedicada a São José. De acordo com Luz (2002), a igreja atual começou a ser construída em 1865 e foi concluída em 1861. Portanto, Zaluar não deve ter conhecido o templo “novo”, já que ele passou por ali entre 1860 e 1861.

Contudo, ao que consta, o novo edifício foi erguido exatamente no local do antigo, e não está situado em local alto. Dessa forma, estranhamos esse pormenor descritivo nas anotações de Zaluar.

A igreja matriz e a praça onde está localizada situam-se num terreno baixo, quase no mesmo nível do leito do rio Barreiro, que fica a uns cem metros ou pouco mais daquele local.

Zaluar afirma ainda que Barreiro não se beneficiou da ajuda provincial para abrir e manter as estradas e caminhos pelos quais seus produtos eram escoados para o litoral.

Escreve ele que Barreiro:

[...] para transportar os seus produtos a Mambucaba, que é o porto mais próximo, mantém caminhos que confluem de diversos pontos do município às estradas Cesária e de Areias a Mambucaba [...]. (ZALUAR, 1975, p.54)

Reclama ele que para a utilização de pouco mais de duas léguas da estrada Cesárea pagam impostos de barreira, em posto de fiscalização do Governo.

Também com relação à educação pública, que se não fosse o povo barreirense estaria em completa decadência. A escola de ensino primário é mantida há mais de vinte anos pelo povo de Barreiro e há cerca de oito anos, uma escola para meninas. Critica, acima de tudo, o baixo salário de um professor, pago pelo governo providencial. Sobre isso, Zaluar (1975, p.54) escreve que:

[...] acha-se decretada pela assembléia provincial a exígua e até ridícula quantia de trezentos mil réis para a cadeira pública de instrução primária do sexo masculino! É irrisório!

Isso vem comprovar que o ensino básico, primário, no Brasil, e a remuneração dos seus professores, de longa data, sempre foram menosprezados pelo Estado.

Cidade de Areias

Zaluar comenta que, além da parte descritiva de suas viagens, procurou registrar dados estatísticos acerca da produção de café, da população local, do número de alunos que frequentam as escolas primária e secundária dos núcleos urbanos visitados. Mas, infelizmente, encontrou muita dificuldade, pois havia escassez de documentação, mesmo nos arquivos públicos, o que prejudicou seus cálculos

Com isso, teve de omitir o número exato da população de Barreiro, que pelas informações obtidas, posteriormente, calculou estar entre 5000 e 6000 habitantes.

Para se dirigir a Areias, pegou a estrada Geral de S.Paulo (nome dado ao Caminho Novo). A estrada, segundo Zaluar, apresentava-se melhor do que a maior parte das estradas da província do Rio de Janeiro. Entretanto, observou que alguns

trechos e pontes necessitavam de reparos urgentes. Em alguns pontilhões, em tempos de cheias, as águas não só dificultavam a passagem como davam origem a atoleiros.

Ao longo do caminho para Areias, de subida e descida de morros, encontrou numa localidade chamada Santana, nome de um ribeirão que passa próximo, grande quantidade de pedra calcária, ainda totalmente sem exploração, apesar da proximidade do povoado.

Segundo Zaluar, a cidade de Areias é um importante reduto eleitoral. Povoação antiga, bastante populosa e extensa, conforme suas observações.

Assentada sobre uma vasta planície, as suas ruas são alinhadas e regulares, orladas de muitos prédios, se bem que de pouca elegância, simples e pela maior parte convenientemente reparados. (ZALUAR, 1975, p.57).

Também surpreende a visão de Zaluar de que Areias está sobre “uma vasta planície”, quando no nosso entendimento trata-se de um alvéolo relativamente largo, mas não vasto.

Sobre a igreja matriz, considerado um edifício velho e de arquitetura irregular, de acordo com as observações de Zaluar, estaria em ruínas se não fosse o povo de Areias auxiliar nas reformas, com doações em dinheiro. Esta igreja começou a ser construída em 1792 e seu término ocorreu somente em 1874, com uma reforma em 1890, conforme afirmam Maia & Maia (1988). Isso significa que Zaluar a encontrou ainda no processo de construção, já que levou um longo tempo para seu término, com períodos igualmente longos de paradas das obras. Ao se reportar à casa da Câmara, observa que ali fica também a cadeia pública que é forte e segura. Das cadeias que visitou em cidades da região do Vale Histórico, acredita ele que é uma das que apresentam melhores condições de higiene.

Ainda sobre Areias, escreve Zaluar (1975, p.58) que:

Já se vê pois que a povoação tem cumprido fielmente as condições com que lhe foi outorgado o seu foral de vila. A igreja, a câmara e a cadeia estão construídas. A religião, a municipalidade, a polícia; Deus, o homem e a justiça, tríplice forma do progresso e de garantia pública, funcionam em seus recintos separados, prestando respeito a Deus, incremento ao local e segurança à cidade.

Zaluar relata que em Areias estavam construindo um teatro, um dos mais bonitos da região, com a capacidade para trezentas pessoas, com duas ordens de camarotes. Relata também que a municipalidade construiu uma bela ponte de madeira, coisa rara na província ser de iniciativa local melhoramentos em estradas abertas pelo governo provincial.

Ao comparar com Resende, Zaluar considerou que Areias apresentava um comércio mais importante. A presença de um grande número de lojas, bem guarneçadas em estoques de mercadorias, estava nas principais ruas da cidade.

Pelos cálculos de Zaluar, a população de Areias girava em torno de 6 a 7 mil habitantes e o produto de exportação era o café. Notou também que a produção de gêneros alimentícios ficava abaixo do consumo da população.

Na cidade, de acordo com as suas observações, existia uma botica bem guarneçada e uma padaria que produzia pães tão bons quanto os das melhores padarias do Rio de Janeiro.

Quanto ao ensino, Zaluar anotou a presença de duas escolas públicas de instrução primária, uma para meninos (com 61 alunos) e outra para meninas (com 26 alunas).

O cemitério de Areias era murado, espaçoso e apresentava uma capelinha branca, deixando para o passado, como ainda ocorria em muitos lugares, o sepultamento em campo aberto, local de pastagem para animais.

Por fim, lembra Zaluar que as estradas mais importantes do município eram a estrada geral de S. Paulo (o “Caminho Novo”) e a Cesárea, que serviam para escoar os produtos agrícolas e comerciais, através da Serra da Bocaina e do porto de Mambucaba.

A Vila de Silveiras

Zaluar foi de Areias a Queluz e de lá para Silveiras. Neste último trecho, de quatro léguas, com bons animais, como afirma, levou cerca de seis horas e meia para transitá-la. Depois desta experiência, desabafa “nem todas as estradas de S. Paulo, é força dizê-lo, são melhores do que as da maior parte da província do Rio de Janeiro” (Zaluar, 1975, p.67).

Ao descrever o trecho entre Queluz e Silveiras, expressou seu desapontamento:

Morros descomunais e sem número, caminhos apertados por picadas cobertas de mato, atoleiros onde os animais se enterram até às orelhas, eis fielmente desenhada qual é a via de comunicação que liga os dois municípios, e que, se não é a melhor, também não é a pior das que convergem neste sentido.

Mais de uma vez, confesso, parei desanimado no meio de uma montanha escabrosa e quase inacessível, em frente de um brejo cujas águas limosas exalavam miasmas deletérios, ou à borda de um precipício que faria recuar de espanto um inglês ou um veado, que são as duas criaturas que mais gostam de galgar despenhadeiros. (ZALUAR, 1975, p.67)

A descrição da desventura de Zaluar, neste caminho, chega a ser hilária, por conta de patéticos fatos ocorridos. Num deles, ao solicitar de um idoso a informação se aquele era mesmo o caminho para Silveiras, o homem, cuja figura foi comparada a de um sátiro, respondeu-lhe com uma “furiosa gargalhada”.

Além disso, viu inúmeras cruzeiras plantadas à beira do caminho, de espaço a espaço, simbolizando uma morte, um crime ou, quem sabe, uma promessa cumprida. Os caminhantes que por ali passavam tinham o costume de tirar os chapéus diante dessas cruzeiras, em sinal de respeito, observou Zaluar.

Ao atingir Silveiras, já era noite e estava tão cansado que não conseguiu descrever as primeiras impressões que teve da vila, ainda naquele mesmo dia.

A descrição só foi possível no dia seguinte, quando percorreu a vila, acompanhado de alguns amigos, os quais também lhe forneceram informações valiosas que utilizou para os seus registros.

A vila de Silveiras, a quatro léguas de Areias, está edificada em uma e outra margem da estrada geral de S. Paulo. Fica reclinada em uma planície um pouco baixa, o que faz com que se não possa gozar a sua perspectiva senão de qualquer das alturas dos morros que a rodeiam, especialmente da colina onde está edificada a pitoresca capelinha do Patrocínio, e de onde oferece realmente uma vista deleitosa e agradável. A vila tem cento e tantas casas regularmente construídas, e muitas outras cobertas de sapé. Tem algumas ruas e três praças. A primeira é a da Matriz, cujo edifício é de arquitetura pesada e está agora em reparos, pois havia chegado a um estado lamentável de ruína. (ZALUAR, 1975, p.69)

Sobre a casa da Câmara, Zaluar criticou o mau gosto e a “arquitetura singular”, com o inconveniente de ter sido construída no centro de uma praça, que a enfeiou e quase a inutilizou. A cadeia pública ficava no térreo da câmara. Uma das três praças apresentava um pequeno chafariz como adorno, mas inútil, pois não tinha água.

O município de Silveiras, segundo Zaluar, não era rico, mas a maior parte de seus moradores era remediada. A principal atividade econômica observada por ele era o café. Mas também havia alguma produção de cana e de gêneros alimentícios.

Havia em Silveiras, na época, duas escolas públicas de instrução primária, uma para meninos, outra para meninas. Além dessas, havia uma escola de educação secundária, onde estudavam dez alunos, mantida pela municipalidade e pelo governo provincial.

Ainda de acordo com as observações de Zaluar, Silveiras possuía um pequeno teatro, um espaçoso cemitério, murado e com um grande portão, maior do que os de muitas e mais prósperas cidades.

Quanto ao comércio, percebeu certa estagnação, pela falta de dinheiro, consequência da queda na safra cafeeira.

De Silveiras, Zaluar rumou para Lorena.

8 – A DECADÊNCIA DA ECONOMIA CAFEIEIRA E A SUB-REGIÃO “DEPRIMIDA” DO VALE HISTÓRICO DA SERRA DA BOCAINA

8.1 – A Exaustão e o Mau Uso dos Solos, Técnicas de Plantio e as Pragas

Várias causas podem ser arroladas para justificar a decadência da economia cafeeira no Vale do Paraíba paulista e, em particular, no Vale Histórico da Serra da Bocaina.

No chamado “Norte” paulista, de acordo com Milliet (1982), o período de opulência da safra cafeeira foi de 1854 a 1886, quando a produção alcançou cifras superiores a 2 milhões de arrobas de café. Daí para frente a queda foi vertiginosa. Em todos os municípios da região ocorreu o declínio das safras. Sobre este assunto, Ab’Saber e Bernardes (1958, p.101) explicam que:

Revelaram-se frágeis as bases econômicas em que se apoiava toda aquela estrutura e aquela sociedade agrária. O fator primordial do declínio não foram, porém, as circunstâncias adversas do mercado consumidor como sói acontecer. Na verdade, a plantation de café tem guardado, com freqüência, um paradoxal paralelismo com a lavoura do tipo “roça”. Fundamentalmente, foi o mesmo descuido pela preservação do solo, demonstrado pelo pequeno agricultor, entre nós, que arruinou os fazendeiros do vale. Crises econômicas e abolição do trabalho servil em que se apoiava a organização agrária, com o espetáculo de milhares de escravos abandonando as fazendas, foram afinal de contas, fatores que agravaram e tornaram insustentável a situação e acarretaram a insolvência dos fazendeiros.

Houve um desmatamento impetuoso de uma cobertura florestada frágil, que atingira, depois de milhares de anos, um clímax de exuberância e equilíbrio. O hábito da queimada para “limpar” o solo e a prática de plantar os pés de café em alas que subiam e desciam os morros derivavam da experiência acumulada. As carreiras de café plantadas, subindo as encostas, às vezes íngremes em demasia, simplificavam o acesso para a carpidura e a colheita. Não se usava a técnica de plantio acompanhando as curvas de nível, ainda desconhecida na época.

Stein (1961) acredita que os primeiros cafezais não apresentavam simetria. O plantio a esmo tornava a carpidura e a colheita mais trabalhosa, daí a adoção do sistema de plantio em renque.

Na região do vale do Paraíba e da Bocaina, a pluviosidade anual é alta e bem distribuída, o que ocasiona intensa ação erosiva nos solos descobertos. Surgem, assim, os processos de ravinamento e rapidamente evoluem para as voçorocas, inutilizando os solos. O que se observou então, ao longo do Vale Histórico da Serra da Bocaina, foi exatamente esse fenômeno, exaurindo os solos e deixando imensas cicatrizes nas vertentes dos morros.

Stein (1961, p.262), ao escrever sobre o assunto, explica que:

Se bem que os fazendeiros tivessem consciência da vida efêmera de seus cafezais, a presença de matas virgens encobria aos seus olhos as inevitáveis conseqüências da indiscriminada devastação das florestas e da falta de cuidados com a lavoura.

Em geral, a solução para o esgotamento dos solos era a incorporação de propriedades, de tal modo que se pudessem aproveitar as remanescentes matas virgens e mesmo os cafezais ainda produtivos.

Juntavam-se a tudo isso outros inconvenientes, que estavam fora de controle dos melhores cuidados dispensados aos cafezais, as chamadas “pragas dos cafeeiros”, que aparecem registradas em relatórios do governo, sobre o “mal” que ameaçava os cafezais, de onde saíam as principais rendas do Império e da Província. (STEIN, 1961). Uma das doenças mais temidas, chamada de “praga das borboletas”, era capaz de aniquilar cafezais com mais de vinte anos de produção. A praga da erva-de-passarinho, planta semi-parasitária, trazida por passarinhos que comiam as cerejas do café, infestava as plantações. Nos cafeeiros mal tratados, a erva-de-passarinho se alastrava, sugando-lhes a seiva, impedindo assim os frutos de brotarem.

Outra praga temida era a da saúva (*Atta Sexdens*), que infestava o cafezal pouco depois da derrubada e da produção da primeira safra, devorando tudo pela frente. Stein (1961) comenta que, em decorrência disso, surgiu, em muitas fazendas do Vale, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a figura do “matador” ou “formigueiro”. Em geral, era um escravo adestrado para localizar e destruir os formigueiros, com o fole de metal ou de barro, com o qual espargia fumaça nas

entradas dos mesmos. Era um método pouco eficiente, através do uso do fogo de brasas, introduzido nos acessos do formigueiro, sendo a fumaça soprada para o seu interior. Não raro, esse método destruía os cafeeiros próximos, que ficavam com as suas raízes queimadas.

8.2 – As Crises na Economia Mundial e o Comércio Cafeeiro

As frequentes crises na economia mundial também afetaram a produção e o preço do café no mercado exportador. O maior comprador do café brasileiro, os Estados Unidos, entre 1861 e 1865 teve sua economia praticamente desarticulada, devido à Guerra de Secessão.

O cafezal exigia gastos crescentes para ser mantido e cuidados constantes, que obrigavam a altos investimentos, Sobre o assunto, Motta Sobrinho (1968, p.87) escreve que os fazendeiros de café,

Habitados a gastos crescentes, além de sustentar a família, luxo, viagens à Côrte, à capital da província, ao exterior, a Paris, principalmente, arranjavam mancebias, bastardos aos quais reconheciam, ou faziam figurar no testamento, como afilhados. Afora esses excessos, tinham a escravaria a alimentar e toda uma engrenagem a renovar: animais de tropa; benfeitorias, se não quisessem ficar para trás, na competição. Novos escravos custavam-lhes muito dinheiro.

O sistema exigia sempre novas fontes de capital e de crédito. Entretanto, o sistema de crédito praticamente inexistia, nos moldes atuais, de descontos parcelados. O sistema bancário particular e mesmo o Banco do Brasil, na época, ainda eram incipientes. Não raro, as casas exportadoras que recebiam o produto em consignação, só pagavam a remessa quando a vendiam, mas antes faziam especulações de preços, para aumentar seus lucros, o que demorava mais para reembolsar o cafeicultor. O resultado disso era o endividamento do fazendeiro. (MOTTA SOBRINHO, 1968)

Quem não possuía uma reserva monetária, um parente disposto a emprestar o dinheiro, recorria a particulares, comerciantes e fazendeiros vizinhos que emprestavam dinheiro a juros, chegando alguns deles a amealhar consideráveis fortunas. (STEIN, 1961).

Escreve Stein (1961, p.21) que:

Os empréstimos feitos por estes capitalistas eram garantidos por hipotecas. A execução desses títulos por falta de pagamento envolvia muitos membros da família do credor em transações imobiliárias [...]

Era comum os credores serem obrigados à execução hipotecária, recebendo terras, cafezais e até escravos, muitas vezes sem o desejarem. (MOTTA SOBRINHO, 1968).

Outro problema que se tornou sério aos cafeicultores brasileiros, ainda nos fins do século XIX, foi a concorrência dos produtores colombianos e de alguns produtores centro-americanos.

Luz (2002) esclarece que o café produzido pelas fazendas paulistas e exportado, era eventualmente de baixa qualidade. O café colombiano, ao contrário, produzido em pequenas propriedades, nas encostas montanhosas, passou da típica agricultura de “derrubada e queimada”, itinerante, para uma cultura permanente e lucrativa, nos fins do século XIX. (HIRSCHMAN, 1965). Nesse sentido, produzido em escala menor, o que parece ser mais aprimorado e com mais cuidado, o café colombiano conseguia melhores preços no mercado internacional. Galeano (1979, p.111) vem corroborar com estas colocações ao afirmar que: “Ao contrário do Brasil, o café da Colômbia não é produzido, em sua maior parte, nos latifúndios, mas em minifúndios [...]”.

A baixa qualidade do café brasileiro, em grande parte, deveu-se tanto ao cultivo sem cuidados satisfatórios, como às delicadas operações de descascamento do produto. Quando efetuada por pilões acionados por escravos negros, o café, cujo grão era unido à casca, não era descascado com o devido cuidado. Este método não sofreu mudanças, praticamente em quase todas as fazendas, apesar dos entendidos apontarem para sua ineficiência.

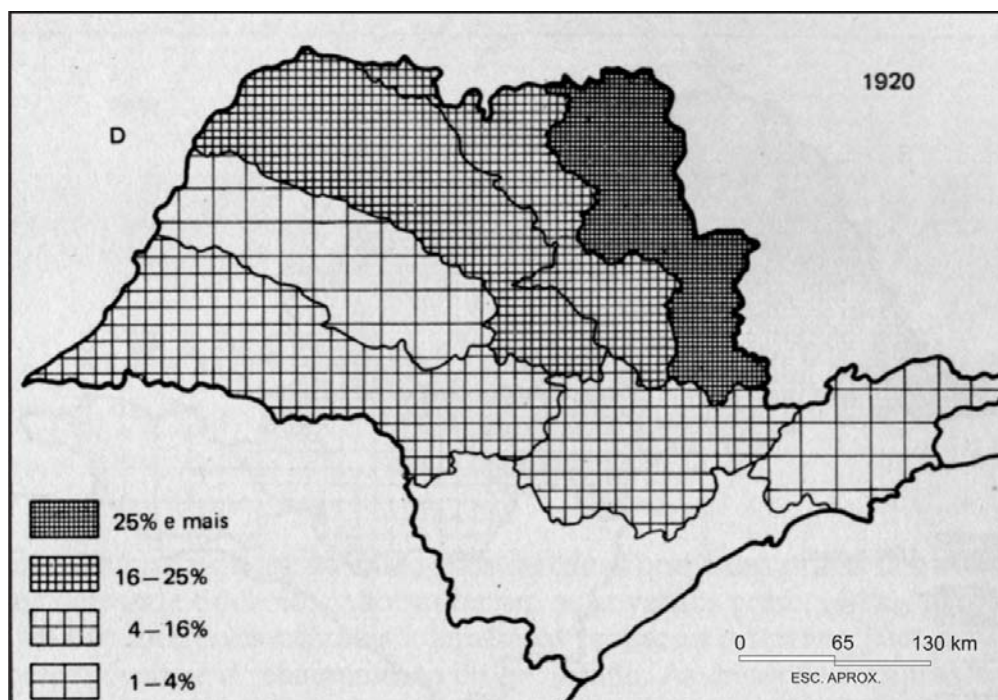
Outro método rústico empregado era bater com uma vara o café nas tulhas, semelhante ao empregado no debulhar do feijão. Pior ainda os agricultores de menor posse, que não descascavam o café nem com o pilão nem com as varas. Como faltavam braços humanos, esses produtores mais pobres faziam carros de boi passarem sobre o café seco, espalhado no chão de terra batida, operação esta que misturava as impurezas da terra com os excrementos do gado. (BARROS, 1967b).

No fim do século XIX, as exportações brasileiras chegaram a representar cerca de quatro quintas partes da oferta de café no mercado internacional. O valor das exportações oscilava, reduzido pela metade, caso fosse anunciada uma grande colheita, ou aumentado fortemente, se ocorresse uma geada. Desta forma, o controle dos estoques constituía uma posição estratégica na economia cafeeira e exigia do governo uma política voltada, especificamente, ao café. (FURTADO, 1969)

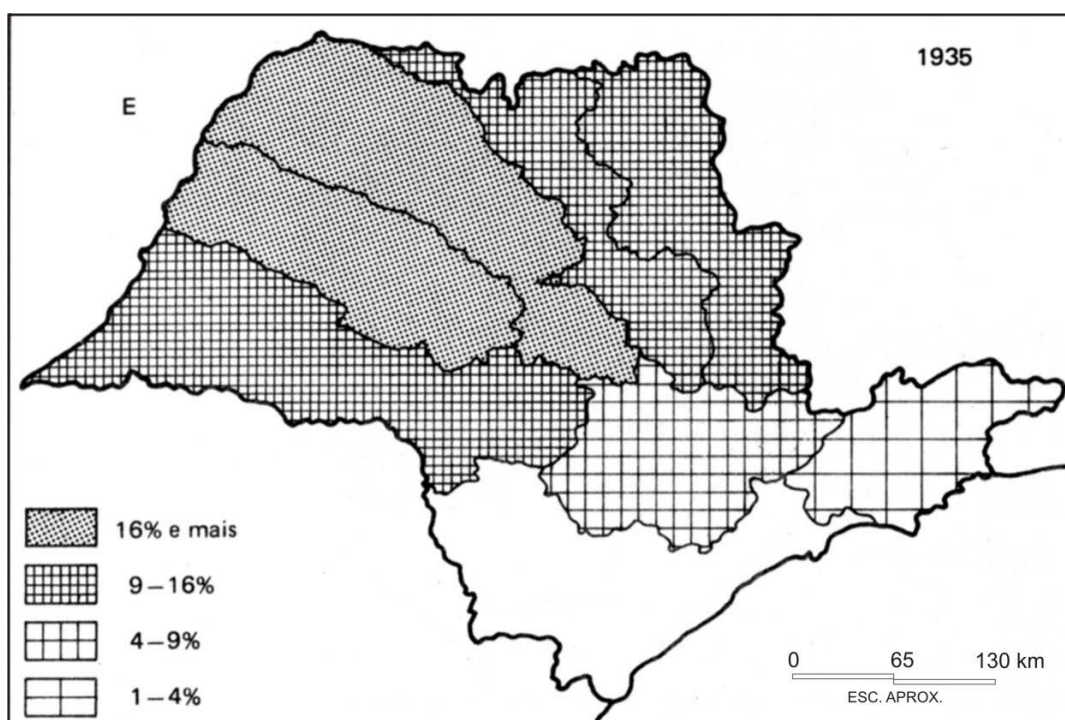
É Galeano (1979, p.114) quem explica que:

[...] o auge dos preços não tem melhores consequências. Deflagra grandes sementeiras, um crescimento da produção, uma multiplicação da área destinada ao cultivo do produto afortunado. O estímulo funciona como um bumerangue, porque a abundância derruba os preços e provoca o desastre.

A situação da cafeicultura, no Vale do Paraíba e no Vale Histórico da Serra da Bocaina, nos últimos anos do século XIX, era de crise. Uma estrutura econômica esgotada; os solos exauridos; o agravamento provocado pela abolição da escravidão negra; o receio de insolvência dos cafeicultores; a concorrência de novas zonas produtoras, nas quais o café encontrou solos férteis e foi estabelecido de modo mais racional, com a contribuição do trabalho livre do imigrante europeu, e uma superprodução nas novas áreas, tudo isto levou à derrocada da cafeicultura na antiga região “Norte” paulista **(ver mapa 6 e 7)**.



Mapa 6. Situação do café em 1920 (S. Milliet, 1982)



Mapa 7. Situação do café em 1935 (S. Milliet, 1982)

8.3 – A Abolição da Escravatura e as Mudanças da Base Econômica

Prado Junior (1969) afirma que as fontes documentais acerca da escravidão, no Brasil, são relativamente escassas, principalmente devido ao primeiro governo republicano ter mandado destruir todos os documentos sobre o assunto, existentes nos arquivos públicos. Justificativas de cunho sentimental foram alegadas, mas houve também a intenção de inviabilizar reivindicações e pedidos de indenização futuras, dos antigos proprietários de escravos.

É interessante observar que a base econômica da cafeicultura e, por extensão, do Império, era o sistema escravocrata. Escreve Luz (2002, p.257) que:

As gerações brancas brasileiras, nascidas na época dos braços servís, aprenderam a julgar a escravidão como fato natural. E, realmente, todos tinham escravos. Até a Igreja.

Uma série de “sinais”, ao longo do tempo, indicava aos fazendeiros de café e a todos os outros escravocratas, a lenta mas, inexorável, mudança para novos tempos. Desde 1831, quando o Governo Imperial brasileiro promulgou a lei

extinguindo o tráfico escravo para o Brasil, que não vingou, o tráfico continuou até mais intenso. Somente com a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, devido à pressão da Inglaterra, o tráfico de escravos tornou-se crime de pirataria, sujeito à apreensão pela Armada inglesa.

Ainda assim, em pontos estratégicos do litoral, em geral nas proximidades do Rio de Janeiro, escravos eram desembarcados. Mesmo quando presos em flagrante, havia conivência dos Júris locais, de modo que traficantes e fazendeiros eram absolvidos.

Com a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, a mobilização e o recrutamento forçado para formar o combatente, inicialmente eram direcionados ao homem branco ou homem livre. As leis da Guerra, desde os romanos, rezam que nenhum soldado combatente pode ser escravo. Desta feita, em 1866, o Governo Imperial decretou a alforria de todo “escravo da nação”, em condições de lutar no Paraguai. Levas de escravos negros foram, assim, doados ou oferecidos pelos seus proprietários ao Exército Imperial, muitos em troca da isenção de seus filhos se alistarem compulsoriamente. Tornando-se soldado, o escravo era automaticamente um homem livre. Se a guerra não fosse resolvida com brevidade, certamente haveria um grande prejuízo à exportação do café, afetando o comércio internacional deste produto. Com o recrutamento para o esforço de guerra, a falta de braços começou a ser sentida e a refletir certa desorganização da produção cafeeira.

A Lei do Ventre Livre, de 1871, estabelecia que todo filho de cativa, nascido a partir daí, não seria mais escravo, mas ficaria sob a tutela do senhor, até os 21 anos, o que significava que só seriam realmente livres a partir de 1892.

Inúmeras leis provinciais decretaram outras tantas normas, como a proibição do tráfico de escravos interprovincial ou o pagamento de imposto, no caso de São Paulo, para cada escravo que entrasse no território do estado. Ainda assim, em 1884, a Província de São Paulo registrava 167.491 escravos, dos quais, só no vale do Paraíba, havia mais de 56mil. Naquele ano, as cidades do Vale Histórico da Serra da Bocaina apresentavam o seguinte quadro, de acordo com Motta Sobrinho (1968): Silveiras, com 1.636 escravos; Areias, com 2.083 escravos; São José do Barreiro com 2.634 e Bananal com 6.928 escravos.

No mesmo ano de 1884, o Amazonas e o Ceará aboliram a escravidão em seus territórios, na impossibilidade de competir com as províncias do sul do Brasil.

A lei do Sexagenário ou Saraiva-Cotegipe, de 1886, liberava os (pouquíssimos) escravos com mais de 65 anos.

Pinto (1969, p.142) afirma que:

Não há dúvida de que o mal-estar gerado pela abolição foi fator decisivo para a queda da Monarquia e que os primeiros passos da República foram dados num período em que a desorganização econômica conduziu o país à grave crise. Este período, denominado “Encilhamento”, caracterizava-se pela desordem econômica e pela especulação desenfreada e nociva. Esta especulação se faz sentir sobre o câmbio, comércio, indústria, propriedade etc. e tem repercussões nas agitações políticas do início da República.

Os escravos contavam com outros meios para chegar à liberdade, antes da Lei Áurea. Um fundo de emancipação foi instituído pelo Regulamento Imperial de 1872, e correspondia às cotas dos resíduos de impostos, geral e provincial, relacionadas aos municípios. Através deste fundo, muitos municípios alforriaram muitos cativos. A falta de matrícula do escravo, perante a coletoria pública, também levou muitos à liberdade.

Entretanto, nunca houve, por parte do Estado brasileiro, a iniciativa de integrar à sociedade os velhos escravos largados à própria sorte e os jovens emancipados, em conquistar um trabalho que os ajudassem a sobreviver.

No Vale paraibano paulista, muitos cafeicultores não esperaram a Lei Áurea e libertaram seus escravos, convictos de que a abolição era um fato consumado.

Stein (1961) comenta que havia uma grande e heterogênea classe de homens livres, indigentes, situados numa zona econômica mal definida, entre a classe média e a população escrava. Em geral eram descendentes de posseiros livres e sem terra, de várias origens étnicas, colonos despejados de suas terras, portugueses indigentes etc. A essa massa de trabalhadores pobres juntaram-se os escravos alforriados e os fugitivos, na busca de trabalhos servis e insalubres. Não raro “viviam como parasitas da grande lavoura ou das classes médias”, ligadas ao comércio ou às profissões liberais. Quando não, praticavam pura e simplesmente a mendicância, à custa do fervor religioso das mulheres das classes mais abastadas.

Esse contingente de desempregados, rurais e urbanos, acrescidos pelos alforriados, tornou-se cada vez mais comum a partir dos últimos decênios do século XIX, na medida em que as ideias abolicionistas penetravam nos corações e mentes da classe média e urbanizada e se infiltrava até mesmo na aristocracia rural da

região do Vale paraibano paulista e fluminense. O descarte dos escravos velhos e enfermos só fez aumentar as hordas de mendigos nas cidades.

Uma outra observação, feita desta vez por Barreiro (2002, p.20-21), é sobre o destino destes excluídos, sua marginalização e criminalização:

Para considerar-se o crime como um estado patológico da vida social, recorre-se, por exemplo, à análise da presença marcante de um contingente social numeroso composto de homens livres sem ocupações definidas na sociedade escravista do século XIX. A interpretação corrente dos estudiosos é a de que aqueles homens foram marginalizados pela sociedade escravista brasileira, que lhes teria retirado as possibilidades de participar das ocupações disponíveis ao longo dos quatro séculos de vida colonial e imperial. Assim, ainda que dispostos a integrarem o mercado de trabalho, disto teriam sido impedidos, porque a organização econômica da sociedade teria deles retirado as oportunidades para a realização de tal mister. Sem possibilidade de integrar-se ao mercado de trabalho e interiorizando linearmente a condição de excluído, a este segmento de estratificação social pouco definida não teria restado senão o caminho do crime.

Apesar de todos estes sinais de enfraquecimento do sistema escravocrata, no Brasil, as relações de produção entre o senhor e o escravo continuavam a ser como sempre foram, violentas e desumanas.

Costa (1969, p.123) escreve que a aristocracia rural ainda mostrava seu poder no mando do Estado brasileiro:

Enquanto o texto da lei garantia a independência da justiça, ela se transformava num instrumento dos grandes proprietários. Aboliam-se as torturas, mas, nas senzalas, os troncos, os anjinhos, os açoites, as gargalheiras, continuavam a ser usadas, e o senhor era o supremo juiz decidindo da vida e da morte de seus homens.

No fim do Império, o que se observou foi uma falta cada vez maior de garantia para a propriedade escrava e, mesmo entre os conselheiros e ministros, muitos faziam o jogo dos abolicionistas. Mesmo a polícia não mostrava mais empenho na captura dos fugitivos, como nos velhos tempos dos capitães de mato. (MOTTA SOBRINHO, 1968).

Com o Treze de Maio, o ex-escravo teve a liberdade de movimentos, de escolher seu patrão e um lugar para ficar. Entretanto, se muitos libertos resolveram ficar longe das fazendas, outros ficaram, quando puderam, na qualidade de “colonos

camaradas”, com direito a um salário e a morar nos casebres disseminados nos cafezais, onde podiam fazer pequenas plantações de feijão e milho, e criação de galinhas e porcos, para o próprio sustento.

Mas, nem todos os fazendeiros, nos meses seguintes à emancipação, tiveram condições de conservar certo número de ex-escravos, na qualidade de “colonos camaradas”, para cuidarem de seus cafezais, colherem a safra, prepararem os grãos e a plantação para a safra seguinte.

Os feitores, tão detestados, se transformaram em “apontadores”, controlando a presença ou o ponto dos componentes das turmas. Na fiscalização das turmas de trabalho, agora de homens livres, houve a mudança ou o abandono de muitas formalidades que havia no período escravagista.

Ab’Saber e Bernardes (1958, p.103-104) escrevem que:

Nas fazendas, praticamente em abandono, alguns caboclos e antigos escravos que delas não desertaram, garantiam seu sustento fazendo roças em grotas e outros tratos de terra considerados como não apropriados para o café, ou procuravam obter, para os descendentes, parcial ou totalmente arruinados de seus antigos patrões, alguma magra colheita de cafezais exangues.

A produção do café, que trouxe riqueza e opulência a todo o Vale do Paraíba, incluindo o Vale Histórico da Serra da Bocaina, estagnou-se, reduziu-se e praticamente desapareceu. O café, em compensação, buscou freneticamente novas zonas, com outra topografia, dando origem aos oceanos de cafeeiros. Motta Sobrinho (1968, p.25) escreve que:

A grande aventura se completava com a exaustão do solo, e o cafeeiro, ávido de novas terras, prosseguia marcha indômita, deixando, para trás, os que não o acompanhavam.

8.4 – “Cidades Mortas”: degradação e estagnação

Quando da instalação da cultura do café no Médio Paraíba paulista, registrou-se um importante deslocamento de habitantes das Minas Gerais para essa região, fornecendo os principais quadros humanos das fazendas de café. Fazendeiros e

trabalhadores agrícolas, a maioria deles escravos negros, compuseram a massa migratória, despovoando as áreas de mineração exauridas, desde o século XVIII. Esse fenômeno ocorreu igualmente no trecho fluminense do vale paraibano.

O predomínio mineiro se fez notar tanto na formação dos quadros da nascente burguesia brasileira, principalmente urbana, como da aristocracia rural baseada na cafeicultura, no século XIX. Muitos pesquisadores notaram que no Médio Vale do Paraíba, como no Alto Vale, na região de Cunha, e no Vale Histórico da Serra da Bocaina, a migração de mineiros continuou, adentrando o século XX.

Willems (1947), ao tratar da região de Cunha, mostra que a grande transição da lavoura para a criação de gado se deu através da migração de mineiros, o que afetou, em escala crescente, a sociedade e a cultura locais.

Prado Junior (2000, p.78) escreve sobre o assunto:

É interessante notar que a infiltração mineira fronteiriça em São Paulo ainda não cessou. Nos últimos 50 anos, ela se orientou sobretudo para a vertente oriental da Mantiqueira, para o vale do Paraíba, desprezado pelos paulistas desde o último quartel do século passado. A população do vale – o Norte, como impropriamente o chamam em São Paulo – é hoje em grande parte de origem mineira.

Por outro lado, o médio Vale do Paraíba não participou amplamente do afluxo de imigrantes, sobretudo europeus, das três últimas décadas do século XIX para cá. Ao contrário do que ocorreu nas outras regiões para onde o café se deslocaria, com a entrada de estrangeiros, a região do vale paraibano paulista sofreu um refluxo de população.

Mesmo em tempos mais recentes, como após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), com a chegada de pequenos grupos de imigrantes estrangeiros, como a colônia de italianos que se formou no Quiririm, próximo a Taubaté, ou os japoneses, que ocuparam as várzeas em São José dos Campos, Taubaté e Pindamonhangaba, a imigração estrangeira foi relativamente baixa para o Vale do Paraíba.

É interessante observar que no seu conjunto, na região do Paraíba, o despovoamento foi maior nas áreas rurais do que nas cidades, particularmente no Vale Histórico da Serra da Bocaina.

França (1960, p.84-85), com relação ao assunto, escreve que:

Se há “cidades mortas” nesta região, fornecendo temas para bons trabalhos literários, como os do escritor Monteiro Lobato, e se alguns pequenos centros urbanos viram diminuída a sua população, realmente as cidades do médio vale do Paraíba não perderam senão a animação e o desenvolvimento rápido que lhes comunicara a passagem da onda cafeeira no século passado. A maioria, incluindo principalmente aquelas que se acham deslocadas com relação às atuais vias de comunicação (e muito especialmente com relação à moderna rodovia entre Rio de Janeiro e São Paulo), estagnou, conservando não só a fisionomia e a estrutura de pequenos e antigos agrupamentos urbanos, como certo ar de família que lhes empresta o sítio urbano das colinas dominando a planície aluvional. Mas, o que é mais surpreendente, seus efetivos humanos são sensivelmente comparáveis aos dos tempos de fastígio. Geralmente, as cidades chegaram mesmo a crescer, embora modestamente, abrigando boa parte de egressos dos campos.

Quando comparamos a população das cidades do Vale Histórico da Serra da Bocaina, com base nas fontes disponíveis, no decorrer do século XIX, ao longo do século XX e início do século XXI, podemos ter uma visão mais ampla da dinâmica populacional. Esses dados, já referidos anteriormente neste estudo, aqui transcritos na tabela abaixo, servirão para ilustrar o que o autor supra citado quis dizer ao afirmar que, no decorrer do tempo, a população destas cidades pouco se alterou. Entretanto, é interessante notar algumas oscilações significativas, em algumas cidades.

	Areias	S. J. Barreiro	Bananal	Silveiras
1836	9.369	-	6.599	-
1854	-	3.916	-	-
1886	6.788	7.070	17.654	24.590
1920	6.100	4.879	11.507	7.398
1935	5.770	7.445	12.932	7.552
1976	4000*	6.000*	14.000*	6.000*
2007	3.571	4.278	10.233	5.562

Tabela 1. Cidade X nº habitantes X ano de referência
(Fonte: S. Milliet, 1982/IBGE, 2007/ * estimativa)

A região do médio vale paraibano paulista, incluindo a sub-região da Serra da Bocaina, é considerada “área velha”, apesar do Brasil ser um país jovem, quando comparado com países europeus e asiáticos. Nesse sentido, as medidas e a

percepção de tempo têm outro significado tanto para brasileiros como para europeus e asiáticos.

As transformações impressas nas paisagens, na região, nas áreas rurais e urbanas, foram produzidas pelo café, como consequência do mesmo e em decorrência de sua decadência e abandono.

Nas áreas rurais, os alinhamentos característicos dos antigos cafezais deixaram sulcos e covas, acompanhando a declividade do terreno, e nem os processos erosivos, nem outras culturas posteriores e nem as pastagens conseguiram apagar. Tanto em solos formados pelos afloramentos cristalinos, até onde a declividade e a altitude o permitiram, quanto nas colinas terciárias ou nos terraços fluviais, as “marcas” da cafeicultura aparecem até hoje.

As antigas sedes das fazendas de café, os velhos casarões em estilo barroco ou colonial português, muitos deles assobradados, e os terreiros de café, alguns ainda bem conservados, mas hoje sem utilidade, parecem deslocados nas paisagens atuais.

As várias instalações características das fazendas de café e os inúmeros caminhos vicinais, utilizados na época, ainda permanecem como testemunhas mudas de um tempo de opulência.

Nas cidades da região, os antigos solares e outros edifícios também assinalam a passagem do café, embora a maioria dos centros urbanos, no vale paraibano paulista, não tenha surgido em decorrência do café. (FRANÇA, 1960)

Ab'Saber e Bernardes (1958, p.72) explicam que:

Entretanto, a evolução dessas velhas fazendas de café, transformadas para a criação de gado leiteiro, não tem sido sempre a mesma, no conjunto do vale médio do Paraíba e na área de reverso da serra. Em toda a vasta área do rebôrdio serrano, à margem direita do Paraíba, em zona ainda próxima do Rio de Janeiro, as antigas e tradicionais fazendas de café depois de terem passado à produção leiteira foram adquiridas por companhias imobiliárias que as retalham em sítios, ou por particulares, residentes no Rio de Janeiro. Nesse caso, o proprietário geralmente mantém a fazenda, e, embora procure administrá-la em bases comerciais, pouca ou nenhuma alteração introduz no sistema de ocupação.

A paisagem natural se resume num manto ralo de gramíneas, formando pastos pobres, nos quais se cria o gado extensivamente, dispensando poucos cuidados. É o que resultou das etapas sucessivas de plantio, sobretudo do café, e a

posterior criação de gado, da antiga floresta tropical úmida. Nestas áreas de terras altas do sudeste do Brasil, as antigas formações primitivas, isto é, a mata tropical úmida, foram substituídas inicialmente por matas secundárias. Não houve preocupação de ninguém, nem dos particulares nem do governo, em reconstituir as áreas desmatadas e posteriormente, após o fechamento do ciclo cafeeiro, abandonadas.

França (1960, p. 88) escreve que “Com a passagem e abandono da cafeicultura, o médio Paraíba e também o alto Paraíba, conheceriam uma segunda invasão de habitantes de Minas Gerais”.

Os mineiros, criadores de gado, vieram se instalando em escala crescente, desde o final do século XIX, adquirindo fazendas de café decadentes. Arrancavam os remanescentes pés de café, plantavam o capim gordura nos solos degradados, exaustos e sem cobertura natural da mata. Procuravam melhorar a formação dos pastos naturais, na proporção que eles iam dando sinais de esgotamento e partiam para a criação extensiva do gado bovino.

As instalações precárias e a própria casa caracterizavam e expressavam uma fisionomia e estrutura próprias. São incomparavelmente mais modestas que as das velhas fazendas de café. O importante, para o criador de gado, é o curral estar próximo da morada, onde se reúne o gado à noite e faz a ordenha na madrugada. Velho costume mineiro, conforme Ab’Saber e Bernardes (1958).

Não raro, os antigos terreiros de secagem viravam curral. Nestas fazendas de gado não encontramos mais o requinte e o conforto das velhas fazendas de café. Nesta transição, muitas coisas foram perdidas, ou simplesmente sumiram do acervo das fazendas. Na abertura dos espólios e inventários, escritos a pena de ganso, ainda existentes nos cartórios das cidades do Vale Histórico da Serra da Bocaina, há descrição de toda essa riqueza.

Luz (2002, p.242) descreve este período faustoso, sua decadência e suas consequências:

[...] é possível constatar que em dezenas de anos, espaço de algumas gerações, as fortunas foram sendo divididas e dilapidadas. E dessas, só uma ou outra foi refeita. Onde estará o jogo de porcelana das Índias da Baronesa da Bela Vista? Ou o gomil ostentando as armas pessoais do Rei D. Manuel (1469-1521), com a famosa esfera armilar, presente no sobrado elegante da Rua Nova do Conde? E a coleção de vasos de opalina de Dona Maria Joaquina

Toledo de Sampaio Almeida, descrita no seu detalhado inventário de 1882? Onde estará?

As riquezas perdidas fazem parte do passado glorioso e fugaz de Bananal, originado no café e simbolizado por um modo de vida faustoso, com reflexos nos ambientes e comportamentos.

Outro fator fundamental para a cafeicultura, em especial nos municípios localizados dentro do Vale Histórico, foi a ferrovia Central do Brasil (antiga D. Pedro II), cujo traçado, ao longo da calha principal do Vale do Paraíba, marginalizou as cidades de Areias, Silveiras e São José do Barreiro, dificultando o escoamento de sua produção. Bananal, ligada a Resende pela ferrovia comprada na Bélgica, cuja linha passava pelas fazendas e escoava a safra na Central do Brasil, desde 1889, pôde manter-se rica por mais tempo.

As outras cidades citadas simplesmente “morreram”. Nem a antiga estrada de rodagem Rio – São Paulo conseguiu reativá-las.

Maia (1977) relembra que a estrada de ferro de Bananal teve efêmera duração e que a cidade perdeu para a cidade de Queluz os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II, futura Central do Brasil. Isso reviveu antigas rivalidades entre estas duas cidades. Sobre isso, conta ele um pitoresco acontecimento:

[...] quando chegou a Queluz a primeira locomotiva, foi encaminhado a Areias um garrafão, fortemente arrolhado, cheio de fumaça escura, acompanhado do bilhete:

“Aos habitantes de Areias

a fim de que, na falta do trem de ferro,
possam para consolo
sentir o cheiro da fumaça.”

Não houve qualquer resposta na ocasião, mas o garrafão foi cuidadosamente guardado. Meio século depois, no ano de 1928, quando da inauguração da estrada de rodagem Rio – São Paulo que, passando por Areias, deixou Queluz de lado, surgiu ocasião para ansiada resposta. Devolveu então Areias a Queluz o mesmo garrafão, acompanhado do bilhete:

“Aos habitantes de Queluz

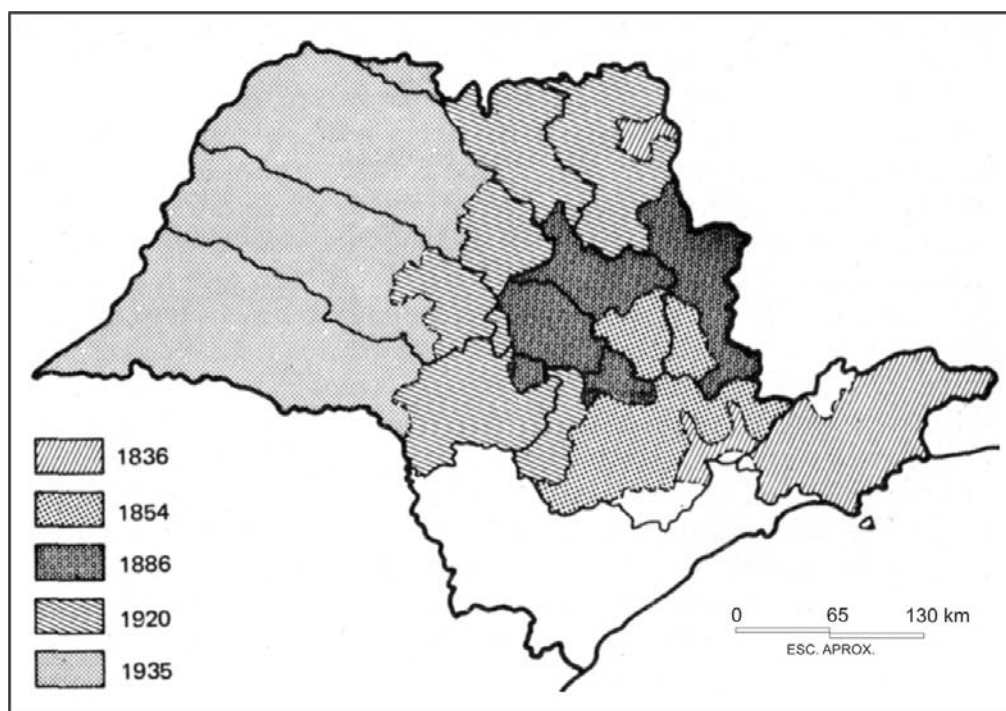
para que, na falta da Estrada de Rodagem,
possam para consolo
sentir o cheiro da gasolina.” (MAIA, 1977, p.14)

O movimento da cafeicultura em direção ao oeste paulista, deixando para trás o Vale do Paraíba e a região da Bocaina, segundo Monbeig (1984), não foi brusco nem brutal. Foi a continuidade pura e simples de uma progressão iniciada no Rio de Janeiro, continuada no chamado “Norte” paulista, isto é, Vale do Paraíba paulista e

expandido em direção da região de Campinas. No chamado oeste paulista, ainda segundo aquele autor, o café eliminou lenta, mas de forma segura, a agricultura tradicional e a cana-de-açúcar. Escreve Monbeig (1984, p.95) que:

Desde 1856, muitos engenhos tinham já cessado seus trabalhos: esses engenhos de fogo morto eram particularmente numerosos em Limeira, Piracicaba e Itu. Se as fazendas da região fluminense denotavam certa fadiga, as do vale do Paraíba paulista continuavam sólidas: Bananal, Areias, Lorena, Guaratinguetá, Taubaté permaneceram até 1880, como o principal bastião do café paulista. Nem tudo ainda estava desbravado na região de Campinas – Limeira - Casa Branca, onde as terras recém cultivadas davam belas colheitas. Lá se temiam muito as geadas brancas, freqüentes nessa região de topografia pouco movimentada [...]. Entretanto, [...] a partir de 1875, escalaram fazendeiros e cafeeiros o escarpamento de basaltos e arenitos, indo instalar-se nas manchas de terra roxa dos planaltos.

A fertilidade da terra roxa, tão somente, não é uma justificativa satisfatória para a expansão da cafeicultura em direção do Planalto Ocidental Paulista. Havia, necessariamente, dois fatores conjugados para se efetivar a cultura do café naquela região: interesse e capacidade em fazer **(ver mapa 8)**.



Mapa 8. Expansão do café no estado de São Paulo (S. Milliet, 1982)

A mão-de-obra disponível, os meios de transporte e um cuidado muito maior despendido sobre uma produção mais considerável do que as obtidas até então, possibilitaram o êxito no empreendimento cafeeiro do Oeste paulista. Contudo, sobre tudo isso, pesou mais ainda a disponibilidade de capitais para seu financiamento.

Para as regiões abandonadas, isto é, as antigas regiões agrícolas, de acordo com Lipietz (1988), haveria, teoricamente, dois possíveis destinos: ser fornecedora de mão-de-obra não qualificada e de baixo valor de reprodução, ou uma região com um êxodo rural intenso que, impossibilitaria qualquer tipo de industrialização moderna possível.

Talvez não caiba ao cientista social, seja ele historiador ou geógrafo, a melhor capacitação para descrever o cenário desolador de uma região “deprimida”. Dialeticamente, é possível observar resquícios dos tempos áureos, não só na paisagem natural ou humanizada, mas nos costumes, no comportamento e formas sutis de “visão do mundo” do grupo social dominante.

Possivelmente, um escritor que representasse significativamente aquele grupo social ou que tivesse a sensibilidade de captar as sutilezas, o subjetivismo, as nuances, que são desprezadas pelo olhar objetivo e direto do cientista, fosse mais capacitado para descrever tais cenários.

Encontramos em Monteiro Lobato o olhar e a pena perfeita para descrever exatamente aquele momento histórico, quando as cidades do Vale Histórico da Serra da Bocaina viviam o abandono, o marasmo, a estagnação. Tal qual Euclides da Cunha descreveu de forma magistral e insuperável a paisagem peculiar do sertão nordestino e a idiossincrasia do sertanejo, Lobato aqui também nos remete às profundezas do subjetivismo, sem, entretanto, perder o objetivismo da realidade vivida.

Avultam em número, nas ruas centrais, casas sem janelas, só portas, três e quatro: antigos armazéns hoje fechados, porque o comércio desertou também. Em certa praça vazia, vestígios vagos de “monumento” de vulto: o antigo teatro [...]

Os ricos são dois ou três forretas, coronéis da Biosa, com cem apólices a render no Rio; e os sinecuristas acarrapatados ao orçamento: juiz, coletor, delegado [...]; famílias decaídas, a viver misteriosamente umas, outras à custa do parco auxílio enviado de fora por um filho mais audacioso que emigrou [...]

Da geração nova, os rapazes debandam cedo, quase meninos ainda; só ficam as moças – sempre fincadas de cotovelos à janela,

negaceando um marido [...]. Pescam, às vezes, as mais jeitosas, o seu promotorzinho, o seu delegadinho de carreira [...].

Toda a ligação com o mundo se resume no cordão umbelical do correio – magro estafeta, bifurcado em pontiagudas éguas pisadas, em eterno ir e vir com duas malas postais à garupa, murchas como figos secos.

Até o ar é próprio; não vibram nele fonfons de auto nem cornetas de bicicletas nem campainhas de carroças nem pregões de italianos nem tem-tens de sorveteiros, nem plás-plás de mascates sírios. Só os velhos sons coloniais – o sino, o chilreio das andorinhas na torre da igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam e recruzam o céu.

Isso, nas cidades. No campo não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Átila. Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos à virgindade da terra nova; ou se transfez nos palacetes em ruínas; ou reentrou na circulação européia por mão de herdeiros dissipados. (LOBATO, 1995, p. 22-23).

9 – TEMPOS ATUAIS: TENTATIVAS DE REINTEGRAÇÃO À ECONOMIA PAULISTA

9.1 – Possibilidades e Potencialidades

Nos últimos 30 anos do século XX e no primeiro quartel do século XXI, muita coisa vem mudando, embora lentamente, na sub-região paraibana do Vale Histórico da Serra da Bocaina.

Algumas mudanças observadas são positivas e se direcionam no sentido da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Outras mudanças nem tanto e outras ainda trazem o que há de pior no bojo de um processo de desenvolvimento.

Se a área estudada foi considerada, no século XIX, a mais rica do estado de São Paulo e uma das mais ricas do país, área core da cafeicultura, no presente momento, contudo, corresponde a uma área “deprimida”, definida da seguinte forma por Denis (1969, p.3): “A região deprimida equivaleria àquela que goza de um nível sócio-econômico atual inferior a um ou vários níveis de que se teria beneficiado no passado.”

Situado entre as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, e muito próximo do eixo principal do Vale do Paraíba paulista, onde se encontram cidades do porte de São José dos Campos, Taubaté, Caçapava, Lorena, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, corredor industrial da pujante economia paulista, o Vale Histórico da Serra da Bocaina tem, assim, uma posição geográfica privilegiada.

Considerando que a vida moderna vem exigindo e valorizando o ócio e o lazer como fundamentais para o bem estar físico e mental, a região da Bocaina surge como opção econômica, e próxima destes centros urbanos e industrializados, com a facilidade, inclusive, de comunicação com o litoral norte paulista e o sul fluminense, onde se encontram Angra dos Reis e Parati.

Se, por um lado, a destruição da cobertura florestada foi intensa e desastrosa para o meio ambiente, estima-se que pelo menos 43% das matas remanescentes da região estejam protegidas por unidades de conservação (LUZ, 2002). Ademais, a existência do Parque Nacional da Bocaina, única unidade deste porte, federalizada,

no território paulista, aumenta consideravelmente as potencialidades de quem procura o contato com a natureza preservada, como opção de lazer.

Já existe, há mais de vinte anos, em São José do Barreiro, empreendimento particular que oferece, a quem se dispuser a pagar, a prática do trekking monitorado.

Para os que praticam o esporte de asa delta, foi construída, no fim da década de 1980, na altitude de 1.800 metros, numa das vertentes da Bocaina, uma rampa para saltos, com acesso a partir de São José do Barreiro.

O número de quedas d'água é enorme e a grande maioria oferece acesso sem maiores dificuldades, apesar de muitas vezes requerer um guia. Embora a beleza cênica compense o esforço, não há nenhuma infraestrutura de apoio nos locais, ficando a segurança e conforto muito a desejar.

Com relação ao quadro cultural, as potencialidades e possibilidades são extraordinárias. É preciso reconhecer o esforço das administrações municipais, com o evidente apoio dos órgãos estaduais, na recuperação de monumentos arquitetônicos tombados. Com maior ou menor intensidade, cada administração vem contribuindo, a seu modo, para recuperar certos edifícios históricos, como que ocorreu com o solar do Comendador Vallin, em Bananal.

Apesar da quebra de harmonia no conjunto arquitetônico, em praticamente todas as cidades do Vale Histórico, com a construção de casas com fachadas “modernas”, há ainda inúmeras edificações da época, umas mais conservadas que outras.

No campo, muitas sedes de fazendas foram transformadas pelos seus proprietários, herdeiros ou empreendedores, em hotéis-fazenda. É o caso da fazenda Boa Vista, no município de Bananal. Ali houve a preocupação em preservar o ambiente de época, mas adequando-o ao conforto da modernidade.

Algumas fazendas, como a do Resgate, também no município de Bananal, foram totalmente preservadas pelos atuais proprietários. Na fazenda Resgate, existe a possibilidade de visitas monitoradas, pagas, obviamente. Outras, como no caso da fazenda Pau D'Alho, no município de São José do Barreiro, as visitas são agendadas por telefone, com a família contratada para zelar pelo patrimônio, que é público. Com relação a esta fazenda, Planet (1999, p.20) escreve que “museologicamente, foi feito o projeto do Museu Nacional do Café, na Fazenda Pau D'Alho, em São José do Barreiro, que nunca funcionou”.

Ainda Planet (1999) é quem observa a necessidade de se efetivar um projeto de preservação e conservação mais abrangente de todos os bens tombados, no Vale Histórico. Este projeto poderia ser coordenado, por exemplo, de acordo com a sugestão do autor citado, pelo Museu Nacional do Café. O projeto idealizado visaria a criação de roteiros ou caminhos museológicos pelas fazendas de café remanescentes. Instigaria a pesquisa da documentação sobre essas propriedades, as condições de conservação do imóvel, suas peculiaridades, resgate dos cenários político e social da região, da época áurea cafeeira.

Além da pesquisa histórica e cultural que esses projetos poderiam instigar, o Vale da Bocaina apresenta outras potencialidades interessantes. O artesanato de crochê em Bananal; o de madeira, já exportado para a Europa, produzido em Silveiras, onde também se produzem deliciosos licores caseiros. Em Areias, a visita aos alambiques artesanais de cachaça é obrigatória.

Dentre as potencialidades, ficou para o final o comentário sobre a culinária. Em Silveiras, a culinária típica tropeira e em São José do Barreiro, a forte influência mineira, satisfazem as exigências gastronômicas pelo gosto e pela simplicidade.

Além de tudo isso, há um importante fator que consideramos como possibilidade e potencialidade, no alavancamento desta área deprimida, com base num turismo bem fundamentado: o espírito hospitaleiro dos habitantes do Vale Histórico – talvez herança dos velhos hábitos e jeito mineiro de ser, descendentes dos antigos tropeiros que por ali passaram.

Mas, se por um lado as potencialidades e possibilidades são muitas, há, contudo, inúmeros problemas a serem suplantados, sem o que não existirão meios para sacudir a poeira do tempo e arrancar o Vale Histórico do seu marasmo e estagnação.

Com a quebra na produção leiteira, sucessora dos cafezais, os pequenos laticínios surgidos na década de 1970 – 1980 simplesmente sumiram. A competição com o leite oriundo da Argentina, via Mercosul, e de outras regiões leiteiras, foi desigual. A mão-de-obra feminina, em grande parte, perdeu o emprego e migrou para fora do Vale Histórico. A produção de leite ainda existe, mas supre a demanda local e parte do Vale do Paraíba, com dificuldade em modernizar-se.

Algumas administrações municipais, infelizmente, demonstram pouca ou nenhuma preocupação com a memória de suas comunidades. É o caso de Areias, que desativou, pelos idos da década de 1990, o museu que existia no prédio da

antiga Santa Casa. Foi lamentável e o problema maior é que ninguém sabe para onde foi todo aquele acervo, inclusive relíquias do próprio hospital, que datavam do fim do século XIX e início do século XX. A antiga e curiosa cadeira de obstetrícia, os inúmeros apetrechos médicos, a farta documentação histórica, os móveis da época etc. Onde estão? O prédio, ao que tudo indica, deu lugar a uma escola pública.

As festas tradicionais surgiram em muitas cidades do Vale Histórico, com o intuito de reavivar a economia do município. Em Silveiras, uma feira de artesanato foi criada em 1979 e neste mesmo ano o 1º Rallye Mundial de Automobilismo teve ali uma de suas paradas técnicas. Os silveirenses então idealizaram um campeonato próprio: 1º Rallye de Carroças. Ainda sobre Silveiras, escreve Motta (1984, p.24) que:

Com a fundação da Sociedade Amigos de Silveiras, seus integrantes passaram a programar a Festa do Tropeiro, com renda destinada à reconstrução da Santa Casa. O que mais preocupava: na terra, fazia 20 anos que não era registrado um nascimento! Quando tinham de dar à luz, as parturientes procuravam as cidades vizinhas, onde eram registradas as crianças.

Em Silveiras, registra-se também a criação de peixes, rãs e abelhas, com incentivo da prefeitura municipal.

Bananal também possui uma criação de trutas, através da empresa Acqua S/A, localizada no alto da serra da Bocaina, cuja produção destina-se aos mercados finos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Mesmo com tais iniciativas, o Vale Histórico ainda ressenete a falta de investimentos de monta na infraestrutura. A manutenção das estradas, com melhores e em maior número de placas indicativas, requer parceria com o governo estadual. A segurança, salvo melhor juízo, é precária, mesmo que os índices de violência sejam baixos, quando comparados com as outras cidades do Vale do Paraíba. Nos últimos anos, têm-se ouvido reclamações pertinentes da população sobre a quebra da tranquilidade, com a vinda de grupos de pessoas, principalmente de Resende e Barra Mansa, nos fins de semana em que ocorrem as festas locais, provocando tumultos.

Talvez o que causa mais intranquilidade é a falta de empregos e a dependência, de grande parte da população economicamente ativa, do auxílio das “bolsas-família” do Governo federal. Em Areias, por exemplo, de acordo com a

informação da Prefeitura, em meados da década de 1990, chegava a mais de 80% essa dependência.

O Vale Histórico da Serra da Bocaina ainda espera por uma nova redenção. Mas, se o caminho for o turismo, deve-se ter em mente que, se de um lado pode trazer novos tempos de bonança, por outro existe um preço a pagar que deve ser considerado, principalmente pela população local. Cabe a ela decidir e preparar algo que traga benefícios duradouros, ao invés de novos problemas, com consequências de longa duração.

9.2 – O Parque Nacional da Bocaina

Criado por decreto federal, em 8 de junho de 1972, o parque abrange áreas dos municípios de Areias, Cunha, São José do Barreiro e Ubatuba, em São Paulo, e Parati, no Rio de Janeiro.

A área estimada é de 100 mil hectares, ou cerca de 1.100 quilômetros quadrados, com um perímetro de 385 quilômetros. Com um relevo movimentado, apresenta cristas e serras bem definidas e altitudes médias entre 800 e 950 metros. Além disso, o parque possui a maior reserva contínua de Mata Atlântica do país, como também apresenta campos de altitude e araucárias, em razão das diferenças de altitude, variando do nível do mar até 2.088 metros, correspondendo ao Pico do Tira Chapéu.

Na parte que atinge o litoral atlântico, engloba as praias do Caxadaço e do Meio; a Ilha do Tesoura, na região de Trindade, além de uma grande área da vertente do planalto, tudo no município de Parati (RJ).

Seu portão principal está a aproximadamente 27 quilômetros de São José do Barreiro, cujo acesso se dá através de uma estrada sinuosa e íngreme, adequada para veículos motorizados com tração. (PARQUES, 1999)

A palavra Bocaina significa “caminho para o alto”, exatamente para onde os escravos fugiam quando escapavam das fazendas de café, situadas no Vale Histórico, ao pé da serra. O parque foi criado pelo governo militar para servir de “zona tampão”, num caso de um eventual acidente nuclear nas usinas de Angra I e

II, de modo a formar um escudo protetor para as áreas densamente povoadas do Vale do Paraíba e região da capital paulista.

Após todos esses anos, o Parque ainda sofre constante interferência humana, através do desmatamento, da coleta de palmito, da caça e da pesca, além de invasões, todas atividades ilegais.

Para sua fiscalização, o parque mantém um contingente diminuto de guardas florestais, apesar de sua conhecida extensão e problemas com que se deparam. Até o ano 2000, o parque mantinha três guardas florestais para fiscalizar e proteger todo o imenso patrimônio natural **(ver mapa 9)**.



Mapa 9. Parque Nacional da Bocaina (Guia Phillips, 2006)

Apesar de tudo, o Parque Nacional da Bocaina é o santuário de inúmeras espécies animais ameaçadas, como a anta, o bugio, o macaco-prego, o sagui, o mono-carvoeiro, as raras onças pintadas e onças pardas, veados, ouriços, preguiças e cacheiros, além de várias espécies de aves em extinção, como a harpia, o gavião-

pega-macaco, o gavião-de-penacho, o cuiú-cuiú, as jacutingas, o macuco e o tucano de bico preto. (PARQUES, 1999)

A riqueza em espécies vegetais também é enorme. Há muricis, baguaços, canela, ipês, embaúbas, diversas espécies de palmeiras e árvores de grande porte, de até 30 metros de altura, bem como, nas áreas mais altas, acima de 1.500 metros, a araucária, o pinheiro-bravo, o óleo-vermelho, o cedro, o açoita-cavalo, entre outras. (PARQUES, 1999).

Antes da demarcação do parque, já existiam moradores que viviam ali da caça de pequenos animais e da roça de subsistência.

Sobre esta época anterior à demarcação, Ab'Saber e Bernardes (1958, p.166) escrevem que:

Não somente as maiores altitudes de alguns trechos, mas também o aumento da pluviosidade e sua maior distribuição anual na faixa vizinha à serra do Mar, constituiu limitação à expansão da cultura do café. Uma área, mais ou menos extensa, portanto, da região drenada pelos formadores do Paraíba permaneceu em matas ou utilizada por pequenos agricultores que a cultivam segundo o sistema de "roças". Essas áreas, que há muito vêm sofrendo impiedosa devastação pelos lenheiros e carvoeiros, são referidas regionalmente como o "sertão".

Esses antigos moradores, quando da criação do parque, não foram indenizados pelo governo, de modo que foram ficando. As restrições à caça e ao desmatamento criaram grandes dificuldades para essa gente, de tal maneira que muitas famílias abandonaram o lugar. Os que permaneceram, ainda cultivam nas capoeiras que já estavam limpas e alguns ainda praticam a caça às escondidas ou matam alguma onça ou porco-do-mato que, eventualmente, invadem suas pequenas roças. Confiam, obviamente, na incapacidade de fiscalização do IBAMA, em surpreendê-los ou intimidá-los. (TARRIO, 1997).

Apesar de tudo, se não existisse o parque, mesmo com a fiscalização precária, certamente toda essa riqueza de fauna e flora não existiria mais.

10 – CONCLUSÕES FINAIS

Desde 1975, anualmente, vimos acompanhando as transformações ocorridas no Vale Histórico da Serra da Bocaina. Isto significa uma observação in loco dos últimos 30 anos, o que nos oferece uma razoável base para compreendermos e analisarmos um espaço geográfico que foi ocupado com o incentivo do governo provincial e passou por uma série de processos e transformações.

A construção de fundamental via, o “Caminho Novo”, ligou totalmente por terra duas importantes províncias da Colônia e depois do Império, através da qual transitavam as riquezas da terra: o ouro, primeiramente, e depois o café.

A destruição de grande parte da cobertura florestada, num relevo típico de “mares de morros”, para ser ocupada por extensos cafezais nestas superfícies mamelonares, trouxe à região da serra da Bocaina muita riqueza, num primeiro momento. As técnicas de plantio, rudes e empíricas, facilitaram, num segundo momento, o esgotamento precoce do solo, sua degradação e erosão.

O longo período de estagnação pelo qual passou a região começa a ser quebrado. Apesar da lentidão, as mudanças e as transformações que vêm ocorrendo são sinais indeléveis de que o esgotamento do marasmo se prenuncia.

Apesar da perda de população, ao longo desses trinta anos que estamos observando essa sub-região paraibana paulista, entendemos que existe um extraordinário potencial ali conservado. Se bem trabalhado e usado com racionalidade e bom senso, dará a todo o Vale Histórico da Serra da Bocaina, se não uma nova fase de fausto e riqueza, certamente uma fase de economia sólida, em benefício de toda a população e não concentrada nas mãos de uns poucos poderosos.

A paisagem, para quem percorre o Vale Histórico, ao longo da Via dos Tropeiros, ainda é de morreados desnudos ou pastos recobrimdo vertentes íngremes. Aqui ou acolá, nos grotões, nos fundos de vales ou nas cimeiras da serra, surgem as manchas de florestas tropicais, remanescentes da outrora exuberante Mata Atlântica. Estas áreas, de domínio de “mares de morros”, são consideradas por Ab'Saber (2003) o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil em relação às ações antrópicas.

A enorme quantidade de pequenos cursos d'água, que descem do alto da Serra, oferece inúmeras quedas d'água, para o deleite dos aficionados pela natureza. Apesar de precaríssimos acessos, sem qualquer infraestrutura de apoio, sem meios de segurança, deve-se assinalar este potencial natural.

Quanto à situação socioeconômica do Vale Histórico da Bocaina, ainda que durante todo este tempo tenha melhorado a situação geral do país, naquela região, o que se observa é um quadro de falta de empregos. A população jovem, economicamente ativa, tem poucas opções e a busca de emprego fora do Vale Histórico torna-se, então, um meio comum de sobrevivência.

A pecuária leiteira abre poucas vagas e nos núcleos urbanos os serviços e comércios não proporcionam maiores absorções. O artesanato depende, em grande parte, da demanda turística, e os serviços públicos do contingenciamento de verbas e dos interesses políticos.

Entre 2006 e 2007, a construção de gasodutos cortando a região, entre São Paulo e Rio de Janeiro, gerou injeção de dinheiro em cidades como São José do Barreiro. Grandes empreiteiras praticamente locaram todas as pousadas e hotéis da cidade, para alojar os operários.

Alguns hotéis-fazenda, eventualmente, são alugados por temporadas de até um ano, por emissoras de televisão, para a produção de novelas ou filmes. Contudo, ainda é muito precária a rede de hospedagens; há poucas pousadas e poucos hotéis razoáveis nos centros urbanos. Os hotéis-fazenda apresentam uma faixa de preço para hospedagem para um padrão mais restrito de hóspede.

O tipo de turismo ou os tipos ou segmentos do turismo desejado ainda geram confusões entre o poder municipal e empreendedores privados. Houve tentativas de cooperação entre as secretarias de turismo e cultura no Vale Histórico. Ao que parece, não houve vontade política que favorecesse um melhor aprofundamento e continuidade nos projetos.

A falta de um planejamento integrado e, principalmente, a falta de um amplo diagnóstico de demanda, para se adequarem os procedimentos e direcionarem os investimentos, também são sentidos.

Na região do Vale Histórico, as possibilidades são múltiplas. Há grande potencial para o segmento do turismo ecológico ou de aventuras, como também para o turismo rural e histórico. Contudo, não houve até agora qualquer consulta a respeito do que pensa e deseja a população local.

Falta maior preparação de quadros para atuarem na atividade turística, em pousadas, hotéis, restaurantes, como guias, e o preparo da população para receber e saber lidar com o turista.

E, principalmente o poder público saber administrar os possíveis impactos causados pela demanda turística, com estudos focando essas possibilidades. Inclusive com relação ao comportamento da população local ao perceber que seu sistema de vida pode estar ameaçado, mesmo sabendo da importância econômica de tais atividades. Tudo isso exigirá esforço, vontade política e conhecimento.

Não basta apenas a vontade de querer fazer, nem do administrador público, nem do empreendedor privado. É necessário investimento em infraestrutura e em pessoas. E as cidades do Vale Histórico, certamente, apresentam muita carência de ambas as coisas.

Há riquíssimas histórias impregnadas nas antigas fazendas de café, ainda intactas, nos velhos casarões coloniais, nas igrejas, nos caminhos, nos costumes, nas lembranças, na paisagem dos “mares de morros”, nos paredões da Serra da Bocaina. É preciso, porém, abrir esse tesouro com os devidos cuidados, como os dispensados aos preciosos cristais dos velhos sobrados do café.

Ali, o capital reinou enquanto pôde sugar dos homens e da terra. Esta, exaurida, não servia mais para dar lucro, pelo menos não com o produto daquele momento histórico. Daí o capital partiu para outras plagas, em busca do que sempre foi seu objetivo: o lucro. Deixou para trás vidas, sonhos, carestia, pobreza e estagnação. Do que era a exuberante floresta tropical, sobrou somente o pasto, resultado das relações desarmoniosas entre o homem e a natureza, entre a necessidade de um sistema embasado na acumulação de riqueza e a natureza, vista como mercadoria.

A ocupação humana e as etapas processadas na história do Vale Histórico da Serra da Bocaina, através da implantação do “Caminho Novo”, devem servir, ao menos, para uma reflexão sobre nossas futuras intervenções naquele espaço, de modo a garantir melhoria na vida daquelas populações, com o mínimo de impactos.

E, certamente, a Geografia e os geógrafos têm muito a contribuir para isso.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SABER, A. N.; BERNARDES, N. **Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo: guia de excursão n.4**, realizado por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

ABREU, C. de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7. ed. rev. an. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, Fernand. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANTONIO FILHO, F. D. **A visão sobre a Amazônia brasileira: uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900-1940**. 1995 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

_____. As visões do mundo: formas de pensar a realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 1999, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: Universidade Estadual Paulista/IGCE, 1999. vol. 2, p. 60-63.

BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARROS, G. L. de. **A cidade e o planalto: processo de dominância da cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins, 1967a. (Tomo I).

_____. **A cidade e o planalto: processo de dominância da cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins, 1967a. (Tomo II).

BRAY, C. S. A visão do mundo de Pierre Deffontaines e a ideologia da cultura brasileira nos anos 30. **Geografia**, Rio Claro, v. 18, n. 2, p. 53-67, out, 1993.

BUENO, E. **Passando a limpo: história da higiene pessoal no Brasil**. São Paulo: Gabarito: 2007.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

COSTA, E. V. da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1969. p. 63-124.

COSTA, I. B. da; MESQUITA, H. M. T. **Tipos de habitação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: SUPREN/FIBGE, 1978.

DEBRET, J. B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil, 3º série, v.7).

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DENIS, Y. Regiões subdesenvolvidas e regiões deprimidas na América: intervenção e distribuição. **Boletim Geográfico**, ano 28, n. 208, p. 03-13, 1969.

FERREIRA, D. No caminho dos tropeiros. **Rev. Geográfica Universal**, Rio de Janeiro, n. 274, p. 84-91, nov. 1997.

FERRI, M. G. **Vegetação brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. guia de excursão n.3, realizado por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1969.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec; São Paulo: EDUSP, 1978.

HIRSCHMAN, A. O. **Política econômica na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

IBGE. Areias (SP). **Cidades@**. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/sel_cidade_visualiza.php?munic=350350&uf=35&nome=areias>. Acesso em: 16 jan. 2009.

IBGE. Bananal (SP). **Cidades@**. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/sel_cidade_visualiza.php?munic=350490&uf=35&nome=bananal>. Acesso em: 16 jan. 2009.

IBGE. São José do Barreiro (SP). **Cidades@**. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/sel_cidade_visualiza.php?munic=354960&uf=35&nome=s%C3%A3o%20jos%C3%A9%20do%20barreiro>. Acesso em: 16 jan. 2009.

IBGE. Silveiras (SP). **Cidades@**. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/sel_cidade_visualiza.php?munic=355200&uf=35&nome=silveiras>. Acesso em: 16 jan. 2009.

LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1963. (Biblioteca Geográfica Brasileira, n. 8).

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOBATO, M. **Cidades mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LUZ, R. R. da. **5 cidades paulistas: uma pequena viagem**. São Paulo: KMK, 2002.

MAGEE, B. **As idéias de Popper**. São Paulo: Cultrix; São Paulo: EDUSP, 1974.

MAIA, T. R. de C.; MAIA, T. **O passado ao vivo**. São Paulo: FDE, 1988.

MAIA, T. **Vale do Paraíba velhas cidades**. São Paulo: Editora Nacional / EDUSP, 1977.

MARX, K. **O capital (crítica da economia política) – livro 1: o processo de produção capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, [197-]. v. 2.

_____. Para a crítica da economia política. In: MARX, K. **Os pensadores (n.17)**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã (Feuerbach)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec / Polis, 1984.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

MOTTA SOBRINHO, A. **A civilização do café**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

MOTTA, L. Uma cidade que renasce. **Boletim do Interior**, São Paulo, n. 10, p. 24-25, out. 1984.

MÜLLER, N. L. Apontamentos sobre habitat rural no Vale do Paraíba (Estado de São Paulo). **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 5, tomo I, (1955-1957), 1958.

NICOLETTI, F. L. **Reintegração das cidades mortas do Vale do Paraíba: um estudo sobre a cidade de Bananal**. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

PARQUES nacionais: Brasil. São Paulo: Publifolha, 1999. (GUIA PHILIPS).

PINTO, V. N. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectivas**. 2. Ed. São Paulo: DIFEL, 1969.

PLANET, E. A. P. **Restauração**: uma fazenda no século XIX no Vale do Paraíba Paulista. Revista Ângulo, Lorena, SP, n.78, p. 18-21, abr./jun., 1999.

PODOSSETNIK, V.; SPIRKINE, A. **Fundamentos da dialética da história**. São Paulo: Argumento, 1966.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

RANGEL, D. de C. Velhas fazendas de café. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 4., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 1944. p. 411-415. v.4.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

RODRIGUES, P. de C. **O caminho novo: povoadores do bananal**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980.

RUELLAN, F.; AZEVEDO, A. de. Excursão à região de Lorena e à Serra da Bocaina. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 1, p. 37-55, 1945-1946.

RUGENDAS, J. M. **A Viagem Pitoresca através do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1980.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SCHMIDT, C. B. A Serra da Bocaina. **Boletim Geográfico**, ano 6, n. 71, p. 1294-1297, fev. 1949.

SOALHEIRO, B. **Como fazíamos sem**. São Paulo: Panda Books, 2006.

SÓDRE, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. F. V. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1.

STEIN, S. J. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TARRÍO, C. A serra do passado: nas trilhas e casarões da verdejante Serra da Bocaina, uma história de pompa e de riqueza roubada pelo tempo. **Terra**, ano 6, n. 12, edição 68, abr. 1997.

VIADANA, A. G. **A teoria dos refúgios florestais aplicada ao Estado de São Paulo**. Rio Claro: Edição do Autor, 2002.

WILLEMS, E. **Cunha tradição e transição em uma cultura rural do Brasil**. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

ZALUAR, A. E. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AB'SABER, A. N. Domínio dos mares de morro no Brasil. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 2, 1966.

_____. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 20, 1970.

ANTONIO FILHO, F. D.; ANTONIO, A. P. A reintegração das cidades mortas do Vale do Paraíba Paulista. **Diário do Rio Claro**, n. 1473, 26 jun. 1991. p. 10.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRAY, S. C. Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na geografia. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 33-43, 1980.

_____. Da técnica das palavras chaves à história do pensamento geográfico. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 1999, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP/IGCE, 1999. p. 3-16.

_____. Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 29-40, jun. 1977.
BRUNO, E. S. (org.). **São Paulo: terra e povo**. Porto Alegre: Globo, 1967.

BUKHARIN, N. **Tratado de materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

CAMARGO, A. B. M. **Região do Vale do Paraíba: mudanças recentes em uma área de povoamento antigo**. São Paulo: SEADE, 1985.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

DORNAS FILHO, J. **Capítulos da sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955. (Coleção Rex).

FAORO, R. **Os donos do poder**. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, v.1 e v.2).

FARIA, T. P. de. **Ciclo do luar no Vale do Paraíba paulista**. 1978. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978.

FREITAS, M. A. R. G. de. **Bananal: cidade histórica berço do café**. São Paulo: Massao Ohn, 1981.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, [198-].

_____. **Sobrados e mucambos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. (Tomo II).

GOULART, J. A. **Brasil do boi e do couro**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965. v. 1 e 2.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, S. B. de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999. (Acadêmica, 25).

MAIA, T. **O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, 1981.

MENOCCHI, S. Cidades lembram histórias e costumes de tropeiros. **O Estado de S.Paulo**, 24 ago.2003, p.C-4

MÜLLER, N. L. Industrialização do Vale do Paraíba. **Geografia das Indústrias**, São Paulo, n. 1, 1969.

_____. **O fato urbano na bacia do rio Paraíba**: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

PASIN, J. L. **Algumas notas para a história do Vale do Paraíba (desbravamento e povoamento)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1977.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras / Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

RIEDEL, D. (org.). **O planalto e os cafezais**. São Paulo: Cultrix, 1959. (Histórias e Paisagens do Brasil, VI).

RUELLAN, F. Interpretação geomorfológica das relações do Vale do Paraíba com as Serras do Mar e da Mantiqueira e a região litorânea de Parati e Angra dos Reis e

Mamguaratiba e o futuro de Angra dos Reis. **Boletim Geográfico**, ano 2, n. 21, p. 1374-1375, dez. 1944. Parte 1.

_____. Interpretação geomorfológica das relações do Vale do Paraíba com as Serras do Mar e da Mantiqueira e a região litorânea de Parati e Angra dos Reis e Mamguaratiba e o futuro de Angra dos Reis. **Boletim Geográfico**, ano 2, n. 23, p. 1738-1739, fev. 1945. Parte 2.

_____. Excursão ao Vale do rio Paraíba e a Serra da Mantiqueira. In: REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA, 1., 1952, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 1952. p. 209-245. v. 2.

SAMARA, E. de M. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1984.

SILVA, E. **Barões e escravidão**: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

VALE montanha. **Vale Paraibano**, São José dos Campos, 21 jun. 1991. Suplemento Especial.